UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA**

ALEXANDRE GANAN DE BRITES FIGUEIREDO

Ecos do Libertador

**O pensamento de Simón Bolívar no discurso de
Hugo Chávez**

São Paulo

2011

ALEXANDRE GANAN DE BRITES FIGUEIREDO

Ecos do Libertador

O pensamento de Simón Bolívar no discurso de Hugo Chávez

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área: Práticas Políticas e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Leonel Itaussu Almeida Mello.

São Paulo

2011

Nome: BRITES FIGUEIREDO, Alexandre Ganan de

Título: Ecos do Libertador – o pensamento de Simón Bolívar no discurso de Hugo Chávez

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, Prof. Dr. Leonel Itaussu Almeida Mello, pela oportunidade que me deu e pela grande contribuição para meu crescimento científico e intelectual.

À Profa. Dra. Maria Cristina Cacciamali, presidente da Comissão de Pós-Graduação, e a todos os professores do PROLAM, pela influência que tiveram em minha formação.

Aos professores Márcio Bobik Braga e José Aparecido Rolon, membros da minha banca de qualificação e de defesa, cujas observações tiveram grande valor na orientação deste trabalho.

Ao corpo técnico-administrativo do PROLAM, Raquel e William, pela prontidão que sempre tiveram em todas as etapas de meu curso de mestrado.

Aos amigos que me acompanham desde a graduação: Renato Soares Bastos, Rafael Adriano Marques, Evandro Francisco de Souza, Cristiane Marcela Camargo e Godoy de Souza e Vanks Estevão da Silva que, além de partilharem todos os momentos de nossa vida acadêmica, me incentivaram a realizar essa pesquisa.

Aos amigos e colegas de PROLAM José Guilherme Moreno Caiado, que me auxiliou na elaboração do projeto de pesquisa, Luiz Fernando Sanná Pinto, com quem debati a integração latino-americana e outros conceitos fundamentais para esta dissertação e Marcos Favaro, que ingressou comigo no PROLAM, também sob a orientação do professor Leonel, e com quem partilhei esses dois anos do curso de Mestrado. Agradeço também a todos os colegas do PROLAM, pela agradável convivência intelectual durante esse período.

Ao José Clóvis de Medeiros, amigo cuja generosidade me possibilitou, ainda na graduação, a continuação de meus estudos em São Paulo e amigo que abriu para minha vida acadêmica portas que teimavam em se manter fechadas. A ele devo muito desta pesquisa.

Ao Marcelo Campos, amigo e empregador, que sempre permitiu que eu tornasse meu local de trabalho também um local de estudos e quem possibilitou a realização do curso de Mestrado ao flexibilizar meus horários de acordo com as minhas necessidades acadêmicas. Sem sua compreensão e generosidade essa pesquisa não teria sido possível.

Aos meus pais, Percival de Brites Figueiredo e Bernadete de Lourdes Ganan Figueiredo, que, além de me apoiarem em todos os momentos, me ensinaram o amor pelos livros e pela justiça.

Às minhas irmãs Lílís e Poliana Ganan de Brites Figueiredo, pelo carinho e apoio constantes. À Poliana devo ainda sucessivas releituras dessa dissertação e o trabalho de revisar mais de uma vez o texto (evidentemente, qualquer incorreção que seja encontrada é de minha inteira responsabilidade).

Aos meus sogros Carlos Roberto Estanda Moreno e Cristina Wakim Moreno, cujo apoio e carinho foram fundamentais para que eu conseguisse concluir este trabalho.

Por fim, agradeço especialmente a minha esposa Helena Wakim Moreno, por ter me incentivado a continuar quando eu pensava em desistir, por ter debatido comigo cada idéia que me ocorria na realização dessa pesquisa e por ter lido e relido o texto e me apontado sugestões e correções que foram incorporadas, dando à pesquisa mais maturidade acadêmica. Por ter sido minha fortaleza e minha inspiração, a ela devo o que existir de bom neste trabalho.

*“O eco ocorre quando as ondas sonoras encontram
uma barreira e voltam ao ponto de origem”*
Fundamentos da Física

RESUMO

BRITES FIGUEIREDO, A. G. **Ecos do Libertador – o pensamento de Simón Bolívar no discurso de Hugo Chávez**. 2011. XX ff. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

O objeto desta dissertação é o discurso político do presidente venezuelano Hugo Chávez, no que tange à constante referência à vida e obra de Simón Bolívar. Chávez, um dos fundadores, nos anos de 1980, do Movimento Revolucionário Bolivariano-200, é eleito presidente da República em 1998 apresentando Bolívar como a fonte de seu projeto político. Um ano depois, é aprovada, via referendo, uma nova Constituição para o país, elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte prometida por Chávez durante a campanha. A nova Constituição muda o nome do país para República Bolivariana da Venezuela e declara, em seu artigo primeiro, que a Venezuela fundamenta seus valores e objetivos na obra de Simón Bolívar. Esta dissertação se debruça sobre os discursos de Hugo Chávez pronunciados no ano de 1999, primeiro ano seu na presidência e também ano da elaboração e promulgação da Constituição, para investigar as relações entre um projeto político de fins do século XX e o projeto intentado por Bolívar na Revolução de Independência. O que faz Bolívar, herói do século XIX, ser aceito como o fundamento de um projeto elaborado 200 anos após a Emancipação? Qual a relação que a sociedade venezuelana constrói com o passado? Como e por que esse bolivarianismo de fins do século XX se projeta para outros países da América Latina? Para responder a essas perguntas recorreremos primeiro ao pensamento do próprio Bolívar, analisado a partir do contexto em que foi formulado: as guerras pela emancipação e a busca pela consolidação de novas estruturas políticas na América independente. Para Bolívar, a resposta que enfeixa todas as demais questões que então se colocaram foi unir as repúblicas independentes, projeto intentado com o Congresso do Panamá, em 1826. Sem consequências práticas na época, essa ideia de unidade continental tornou-se presente no pensamento político latino-americano. Como nossa pesquisa pretende demonstrar, Hugo Chávez é mais um dentre os muitos que recorreram a Bolívar para explicar os problemas do presente e embasar um projeto político. Portanto, concluímos que existe um Bolívar e um pensamento bolivariano descrito por Chávez, assim como existem outros “Bolívares” que podem levar a visões diferentes e mesmo opostas. Apresentamos a visão da oposição a Chávez, bem como a de seus apoiadores, demonstrando a complexidade do problema. Por fim, a dissertação indaga como e por que a revolução do passado pode ser feita presente na política e no imaginário popular. O conceito de “culto a Bolívar”, formulado por Germán Carrera Damas, e a obra de Leopoldo Zea orientaram as formulações de hipóteses para as questões propostas.

Palavras-chave: História da América Latina. Simón Bolívar. Hugo Chávez. Bolivarianismo.

ABSTRACT

BRITES FIGUEIREDO, A. G. **Liberator's Echoes – Simón Bolívar's ideas in Hugo Chávez's speeches**. 2011. 143 ff. Dissertation – Latin America Integration Post Graduation Program, University of São Paulo, São Paulo, 2011.

The subject of the presente dissertation is the Venezuelan President Hugo Chávez's political speeches, in what relates to their constant reference to the life and works of Simón Bolívar. Chávez, one of the founders of the Bolivarian Revolutionary Movement in the 1980's, was elected President of the Republic in 1998 pointing out Bolívar as the source of his political project. One year later a new Constitution, elaborated by a National Constituent Assembly promised by Chávez during his campaign, is approved by referendum for the country. The new Constitution changes the country's name to Bolivarian Republic of Venezuela and declares, in its first article that Venezuela fundaments its values and objectives in Simón Bolívar's work. The present dissertation analyses Hugo Chávez's speeches pronounced in 1999, his first year as President which is also the year in which the Constitution was elaborated and promulgated, in order to investigate the relationship between a political project conceived in the end of the 20th century and the project intended by Bolívar in the Independence Revolution. What makes Bolívar, a 19th century hero, be accepted as basis for a project which was elaborated 200 years after the Emancipation? What kind of relationship does the Venezuelan society build with the past? How and why this end of the 20th century Bolivarianism projects itself towards other Latin American countries? In order to answer the former questions we have evoked first Bolívar's own thought, analyzing it in the context it was first formulated: the emancipation wars and the search for the new political structures consolidation in the independent Latin America. For Bolívar, the answer to all of the questions asked then was to unite the independent republics, a project intended by the Panama's Congress in 1826. Though it produced no further consequences at that time, the idea of continental unity became present in the Latin American political thought. As our research intends to demonstrate, Hugo Chávez is one among many that have resorted to Bolívar in order to explain present problems and base their political projects. Therefore, we have concluded that there is a Bolívar and a Bolivarian thought described by Chávez, as there are other "Bolívars" that may lead to different and even to opposite views. We present Chávez opposition's view, as well as his supporters', demonstrating the problem's complexity. Last but not least, the dissertation questions how and why the past revolution may be present in politics and in people's imaginary. The concept of "cult to Bolívar", formulated by Germán Carrera Damas and the work of Leopoldo Zea have oriented the hypothesis formulation for the proposed questions.

Key-words: History of Latin America. Simón Bolívar. Hugo Chávez. Bolivarianism.

ABSTRACT

RESUMEN

BRITES FIGUEIREDO, A. G. **Ecos del Libertador – el pensamiento de Simón Bolívar en el discurso de Hugo Chávez**. 2011. XX ff. Disertación – Programa de Posgrado en Integración de América Latina, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2011.

El objeto de esta disertación es el discurso político del presidente venezolano Hugo Chávez, con respecto a la constante referencia a la vida y obra de Simón Bolívar. Chávez, uno de los fundadores, en los años de 1980, del Movimiento Revolucionario Bolivariano-200, es elegido presidente de la República en 1998 presentando a Bolívar como la fuente de su proyecto político. Un año después, es aprobada, mediante referéndum, una nueva Constitución para el país, elaborada por una Asamblea Nacional Constituyente prometida por Chávez durante la campaña. La nueva Constitución cambia el nombre del país para República Bolivariana de Venezuela y declara, en su artículo primero, que Venezuela fundamenta sus valores y objetivos en la obra de Simón Bolívar. Esta disertación se centra en los discursos de Hugo Chávez pronunciados en 1999, su primer año como presidente y año también de la elaboración y promulgación de la Constitución, para investigar las relaciones entre un proyecto político de fines del siglo XX y el proyecto intentado por Bolívar en la Revolución de Independencia. ¿Qué hace que Bolívar, héroe del siglo XIX, sea aceptado como la base de un proyecto elaborado 200 años después de la Emancipación? ¿Cuál es la relación que la sociedad venezolana construye con el pasado? ¿Cómo y por qué este bolivarianismo del siglo XX se proyecta hacia otros países de América Latina? Para responder estas preguntas primero recurrimos al pensamiento de Bolívar mismo, visto desde el contexto en que fue formulado: las guerras de emancipación y la búsqueda de la consolidación de nuevas estructuras políticas en América independiente. Para Bolívar, la respuesta que encierra todas las otras cuestiones que se propusieron fue unir las repúblicas independientes, proyecto intentado en el Congreso del Panamá, en 1826. Sin consecuencias prácticas en el momento, esta idea de unidad continental se ha hecho presente en el pensamiento político latinoamericano. Así como nuestra investigación pretende demostrar, Hugo Chávez es otro de los muchos que han recurrido a Bolívar para explicar los problemas del presente y basar un proyecto político. Por lo tanto, llegamos a la conclusión de que hay un Bolívar y un pensamiento bolivariano descrito por Chávez, así como existen otros “Bolívars” que pueden conducir a distintos, o mismo opuestos, puntos de vista. Presentamos la opinión de la oposición a Chávez, así como la de sus partidarios, demostrando la complejidad del problema. Por último, la tesis indaga cómo y por qué la revolución del pasado puede hacerse presente en la política y en el imaginario popular. El concepto de “culto a Bolívar”, propuesto por Germán Carrera Damas, y la obra de Leopoldo Zea direccionaron la formulación de nuestras hipótesis para las cuestiones propuestas.

Palabras clave: Historia de América Latina, Simón Bolívar, Hugo Chávez, Bolivarianismo.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO	7
ABSTRACT	8
RESUMEN.....	9
INTRODUÇÃO	12
1. UNIÃO, LIBERDADE E GLÓRIA – SIMÓN BOLÍVAR E OS DILEMAS DA EMANCIPAÇÃO HISPANOAMERICANA.....	17
1.1. A Revolução de Independência	18
1.2. O pensamento de Bolívar e a construção da América independente.....	28
2. A VIGÊNCIA DO PASSADO – BOLÍVAR E A REVOLUÇÃO DE INDEPENDÊNCIA NO DISCURSO DE HUGO CHÁVEZ.....	43
3. INTERPRETAÇÕES EM TORNO DO BOLIVARIANISMO – O “CULTO A BOLÍVAR”, APOIADORES E CRÍTICOS DE CHÁVEZ.....	71
3.1. O “culto a Bolívar”	72
3.2. Outros discursos bolivarianos.....	85
3.3. Oposição ao Bolívar de Chávez... ..	90
3.4. Uma saída para o Labirinto?	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS - A HISTÓRIA E A MEMÓRIA EM SEU LABIRINTO.....	100
APÊNDICE – ESBOÇO BIOGRÁFICO DE SIMÓN BOLÍVAR.....	115
MAPAS	
Mapa 1 - América Latina colonial em 1800.....	129

Mapa 2 - Teatro de operações do exército de Bolívar nas guerras de independência.....	130
Mapa 3 - Teatro de operações do exército de San Martín nas guerras de independência no Peru	131
Mapa 4 - Campanhas de Bolívar e San Martín nas guerras de independência	132
Mapa 5 - América do Sul após as independências	133
Mapa 6 - Grande Colômbia (1819-1830)	134
Mapa 7 - América Latina em 1830, com a Grande Colômbia fragmentada	135
Mapa 8 - América Latina contemporânea	136
BIBLIOGRAFIA.....	137

Introdução

O objeto deste trabalho é o discurso político bolivariano de Hugo Chávez. Eleito presidente da Venezuela em 1998, Chávez vem de um movimento político que apresenta Simón Bolívar como seu referencial. O marco temporal escolhido foi o ano de 1999, primeiro da presidência de Chávez e ano em que a nova Constituição do país, “bolivariana”, é elaborada e aprovada por voto popular. Entendemos que esse ano da refundação política da República é fértil na elaboração de uma reinterpretação do passado, em especial, da Revolução de Independência. Essa nova interpretação, que atinge amplos setores da população da Venezuela para posteriormente expandir-se para outros países da América Latina, é o fundamento ideológico de Hugo Chávez e de seus partidários na campanha eleitoral e nesse ano de 1999.

Utilizamos como fonte para essa discussão os discursos pronunciados pelo presidente naquele ano, encontrados em publicações da Presidência da Venezuela. Dos vários pronunciamentos, escolhemos aqueles em que Chávez se detém em considerações sobre o passado, a doutrina de Bolívar, a importância do ensino e do conhecimento da história, dentre outros. Nesses discursos, Hugo Chávez apresenta a história venezuelana (e latino-americana) como uma história traída. O projeto dos próceres que conduziram a independência é apresentado como republicano, democrático, popular e orientado por um ideal de justiça social. Conforme Chávez (e seus aliados, como veremos), Bolívar já havia abolido a escravidão, valorizado a herança africana da América, bem como a herança dos povos originários. Além disso, a independência tal qual pensada por seus líderes foi marcada por uma aspiração de união continental, o “sonho de Bolívar”, como já foi repetido por tantos outros revolucionários, políticos, intelectuais, dentre outros, da independência aos dias de hoje. Esse sonho teria sido interrompido pela ação das “oligarquias”, apresentadas como

contrárias ao povo e ao projeto dos próceres, devido a seu caráter entreguista, localista e antidemocrático.

Essa história de traição só teria sido interrompida pelo retorno dos ideais “verdadeiros” da independência na Constituição de 1999, que torna o país oficialmente uma república bolivariana. De modo que Chávez apresenta o ano de 1999 como a continuação histórica do ano de 1830 (quando morre Bolívar a caminho do exílio). De 1831 a 1998, a Venezuela teria vivido sob a vigência de uma república que nasceu da traição aos ideais da independência, um tempo no qual a própria história teria se mantido suspensa, carecendo da realização que só teria vindo com a sucessão de movimentos políticos que culminam com a eleição de Hugo Chávez e com a nova Constituição.

Assim, podemos dizer que o discurso político bolivariano de Chávez apresenta uma nova forma pela qual o presente se relaciona com o passado, projetando um futuro que será glorioso somente na medida em que se concretize essa nova relação. A novidade está tanto na valorização do povo venezuelano, louvado e saudado como um povo coberto de honras e descendente de uma geração de guerreiros que trouxe a liberdade à América, como no resgate para a vida cotidiana de um personagem histórico como Simón Bolívar.

Veremos que a presença em si de Bolívar não é nova, já que as estátuas do Libertador, os hinos, os manuais escolares, etc., comprovam que ele já era, antes de Chávez, mais que um personagem histórico. Porém, é nova a forma pela qual ele é apresentado: não mais somente um herói gigantesco do passado, um mito para o qual o Estado construiu um culto, mas também um personagem do presente, autor das respostas para os problemas atuais e fonte de legitimação para o movimento político encabeçado por Chávez. Quando quer apresentar uma solução para um problema do presente (seja a crise econômica, seja a fome do povo), é Bolívar que Chávez cita, é à obra do Libertador que ele recorre. Em que medida essa

recorrência é sincera ou mero instrumento de retórica não é objeto de nossa discussão. Para essa dissertação, basta constatar que essa característica do discurso chavista propõe uma nova forma do venezuelano (e por extensão, o latino-americano, como veremos) relacionar-se com seu passado.

Não pretendemos, pois, buscar o quanto de Bolívar “realmente” existe em Hugo Chávez. Aliás, acreditamos que sequer convém esse tipo de abordagem. Bolívar é lido como um pensador da política, como um personagem principal do momento de construção da vida independente no continente americano. A leitura de sua obra pode tanto caminhar para a direita como para a esquerda, dependendo de quem a lê. Portanto, não buscaremos “falhas” no raciocínio chavista ou deslizos “antibolivarianos”. Tampouco procuraremos apresentar um discurso no qual maquiavelicamente (no sentido vulgar que esse termo adotou) um líder político manobra as emoções das massas utilizando a história como ferramenta de sua vitória política.

Nossa abordagem caminha para outro sentido. Trata-se, na nossa perspectiva, de entender as chaves que permitem que esse discurso político recrie a memória da independência e coloque esse momento histórico no cotidiano de um país para depois levá-lo inclusive a outros países do continente, como será feito com a ALBA. Portanto, trata-se de entender porque tem sucesso essa forma de relacionar-se com o passado (sucesso este medido pela vitória nas eleições de 1998 e pela aprovação da Constituição de 1999). Enfim, as perguntas são: qual é essa nova relação com o passado e por que ela é aceita e aprovada nas urnas? Dadas essas questões, fica claro que também não leremos os discursos de Hugo Chávez como se fossem documentos escritos por um historiador criterioso, ciente da obrigação crítica que implica a sua função. Chávez fala sim do passado, cita e recita a revolução de independência, mas não o faz com método de historiador. Por isso, não nos

preocuparemos com questionamentos do gênero “será que a emancipação e o pensamento de Bolívar são mesmo assim?” Parece-nos claro que não, que o discurso chavista é uma leitura possível dentre várias. Por isso, essa discussão fala mais do presente que do passado, embora busque no passado o seu referencial. O que nos importa é um contexto político latino-americano de final do século XX e a representação que ele faz de si mesmo, não o passado em si.

Esta dissertação divide-se em três capítulos e Consideração Finais. O primeiro deles é uma apresentação de algumas questões em torno na Revolução de Independência e da obra de Bolívar. Nossa intenção com esse capítulo foi mostrar as linhas gerais do pensamento do Libertador, pretendendo deixar clara a multiplicidade de abordagens que é possível na leitura dessa obra. Clássico do pensamento político, Bolívar aborda diversas questões e, em especial, trata dos problemas em torno da construção e consolidação do Estado independente na América Latina, escrevendo nesse esforço vários projetos de Constituição citados por Chávez como fonte teórica. A recorrência constante de Chávez a alguns documentos de autoria de Bolívar (como o Discurso de Angostura) levou-nos a optar pela apresentação das questões contidas nesses documentos. Como dissemos, não se trata de uma comparação entre o que Bolívar e Chávez dizem (aliás, realizar essa comparação, ainda que para criticar o chavismo, seria aceitar tacitamente que Chávez é um substituto de Bolívar), mas de uma demonstração de que os mesmos documentos usados para afirmar o caráter democrático da revolução de independência podem ser utilizados com outro sentido em uma leitura mais conservadora. Ou ainda, fora da discussão estritamente política, esses mesmos textos podem justificar a visão iconoclasta de um Bolívar ditador, inimigo das instituições liberais, pai do militarismo na América Latina. Luis Castro Leiva, por exemplo, teceu sua crítica ao legado do Libertador

nesse sentido¹. Portanto, o chavismo faz uma interpretação possível do pensamento de Bolívar, mas não a única.

No segundo capítulo, discutimos propriamente os discursos selecionados de Hugo Chávez. Apresentaremos os conceitos com os quais o presidente venezuelano constrói seu bolivarianismo, os elementos principais de seu discurso. Já, no capítulo terceiro, apresentaremos as interpretações em torno do bolivarianismo, bem como a crítica existente contra Chávez e sua proposta de relação com o passado. Pretendemos obter subsídios para compreender as razões do sucesso do discurso chavista em autores que trabalharam com a relação do latino-americano com sua história e em outros que trataram especificamente do bolivarianismo.

Por fim, nas Considerações Finais procuramos demonstrar que uma corrente do pensamento crítico latino-americano, nacionalista e mesmo revolucionário, busca no bolivarianismo sua fonte desde o século XIX. Os eixos temáticos do discurso chavista não são, portanto, absolutamente novos. Além disso, também demonstramos que o bolivarianismo contemporâneo, propagado por Chávez, não fica restrito às fronteiras da Venezuela, tendo se expandido a outros países do continente. Daí a necessidade de uma reflexão sobre as razões da força desse discurso, que intentamos ao término de nossas Considerações Finais.

¹ LEIVA, Luis Castro. *De la patria boba a la teología bolivariana*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1991.

União, Liberdade e Glória

Simón Bolívar e os dilemas da emancipação hispanoamericana

*“Yo deseo más que otro alguno ver formar en
América la más grande nación del mundo,
menos por su extensión y riquezas que por su libertad y gloria”*
Simón Bolívar

A Constituição Venezuelana de 1999 dita em seu artigo 1º que “la República Bolivariana de Venezuela es irrevocablemente libre e independiente y fundamenta su patrimonio moral y sus valores de libertad, igualdad, justicia y paz internacional en la doctrina de Simón Bolívar, el Libertador”². Esse texto é a elevação à dignidade constitucional de um personagem histórico e de uma interpretação de seu pensamento. Bolívar, além de uma das figuras mais proeminentes da Revolução de Independência, é um clássico do pensamento político e, como tal, sua obra está sujeita às mais diversas interpretações.

Uma delas surgiu no interior da Força Armada Nacional, institucionalizando-se primariamente no Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), que tem como um de seus fundadores e principais líderes Hugo Rafael Chávez Frías. Com os olhos postos em Bolívar (ou no que entende ser Bolívar), esse grupo lidera a fracassada rebelião militar de fevereiro de 1992 para depois da prisão ganhar popularidade com a figura de seu comandante, Hugo Chávez. Muda de caminho optando por chegar ao poder pela via eleitoral, vence as eleições presidenciais de 1998 e consegue a convocação de uma Assembleia Constituinte que, no ano seguinte, promulga a nova Constituição.

² Constituição da República Bolivariana da Venezuela. Disponível em <http://www.constitucion.ve/documentos/ConstitucionRBV1999-ES.pdf>. Acesso em 18 ago 2010.

O presidente Chávez apresenta a nova Constituição como o marco inaugural de uma época, dotado, porém, de uma peculiaridade. O passado é caracterizado como uma época sombria, de exploração do povo, corrupção e crise moral, com a qual é preciso romper. Contudo, ao mesmo tempo em que é necessário negar esse passado inglório, é também necessário recuperar o passado mais antigo, o momento fundador da liberdade no continente: as guerras de independência e o pensamento daquele que foi o seu principal líder e, a nosso ver, seu principal pensador. Esse movimento de retorno ao passado mais passado é tão forte na retórica dos bolivarianos de Chávez que o ano de 1999 é apresentado como a continuação do ano de 1830, ano da morte de Bolívar e da Grande Colômbia. Um passado de liberdade e glória é apresentado como o caminho para a superação do passado de desencontros e tiranias. A nova Constituição seria a consubstanciação do ideal do Libertador, derrotado no XIX, mas renascido no final do XX.

Antes de procurarmos apresentar e intentar uma interpretação desse movimento é necessário uma apresentação, ainda que breve, do contexto das lutas de emancipação e do pensamento de Bolívar. Procuramos, com isso, salientar as possíveis e diversas interpretações a respeito dessa época e dessa obra.

A Revolução de Independência

São muitas as obras, e as explicações, que se atêm à Revolução de Independência da América de colonização espanhola, mais especificamente ao processo de emancipação da maior parte do império colonial espanhol na América, que toma o final do XVIII e se estende

até os anos de 1820³. Dentre as clássicas chaves de explicação desse processo, estão as reformas borbônicas que, em certa medida, liberalizaram o comércio colonial, buscando dar maior eficiência à pesada burocracia da Coroa; as ideias do Iluminismo, nas quais se formou a maior parte da direção do movimento, e o importante antecedente das rebeliões do século XVIII. Tulio Halperin Dongui afirma que todas essas “causas” da revolução são discutíveis, posto que nenhuma foi necessariamente causadora do processo de emancipação. Para ele, mais importante foram as ideias e o cenário realmente novos de fins do XVIII: “verdadeiramente novas, depois de 1776 e sobretudo de 1789, não são as idéias mas a própria existência de uma América republicana, de uma França revolucionária”⁴. Assim, a independência seria um desdobramento da crise do Antigo Regime, que levou à desagregação do Império colonial espanhol, sob o impacto da invasão napoleônica de 1808. Ou melhor, a emancipação seria, para Dongui, uma consequência da desagregação do poder espanhol.

Já José Luis Romero e Luiz Alberto Romero indagam, em seu ensaio introdutório ao “pensamento da emancipação”, até onde seria válido pensar e interpretar o processo de Emancipação apenas como um aspecto da crise pela qual passava a Europa, crise essa à qual está ligada a queda do Império colonial espanhol. Eles admitem que a emancipação se deu em um quadro maior de transformações, mas afirmam que a independência se desata a partir de situações e peculiaridades locais que geraram (e foram geradas por) uma dinâmica própria. Esse processo conformaria ideias enraizadas e formadas na própria realidade americana,

³ É possível encontrar um índice dos estudos mais recentes em: ROJAS, Rafael. *Las Repúblicas de Aire – Utopía y Desencanto en la Revolución de Hispanoamérica*. Buenos Aires: Taurus, 2010, p. 11.

⁴ HALPERIN-DONGHI, Túlio. *Historia Contemporánea de Latinoamérica*. Madrid: Alianza Editorial, 1972, p. 67.

muito embora não sejam perfeitamente conceituadas e nem figurem como as referências apontadas pelos libertadores em seus textos, discursos, constituições, etc⁵.

Esses autores notam a existência de uma contradição entre as ideias importadas (sejam as da Europa do Iluminismo e da Revolução Francesa, sejam as da República norte-americana) e as ideias geradas na nova “sociedade mestiça” das colônias. O pensamento dos próceres teria uma *forma* cujo referencial seriam as ideias e o modelo de estado da Europa e dos EUA – tanto a monarquia como a república foram opções para a vida independente, como veremos mais adiante – enquanto o *conteúdo* teria sido preenchido pela própria realidade, à revelia dessa forma “importada”. A dificuldade que os novos estados encontrarão para consolidar suas instituições denotam essa contradição entre a forma e o conteúdo, contradição essa que, por sua vez, não passou despercebida pelos protagonistas da Revolução, sendo o pensamento de Bolívar um exemplo do quão complexa ela se tornou na construção das repúblicas livres.

Nas palavras dos autores, pode-se dizer que o pensamento dos homens da emancipação, marcado por essa relação dialética entre o local e o estrangeiro

[...] expresó un conjunto de modelos preconcebidos para una realidad que se supuso inalterable, pero que empezó a transformarse en el mismo instante en que ese pensamiento fue formulado. Eran modelos que tenían su pasado claro y conocido, pero que tuvieron un futuro incierto y confuso. Su génesis hay que buscarla fuera de Latinoamérica, pero el singular proceso de su funcionamiento y adecuación es lo que explica la historia de las cinco o seis décadas que siguieron a la Independencia⁶

É certo que os modelos de organização política foram a monarquia constitucional inglesa, o republicanismo igualitário de Rousseau (inclusive em sua versão jacobina, de

⁵ ROMERO, José Luis; ROMERO, Luiz Alberto. *Pensamiento Político de la Emancipación (1790-1825)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, volumes 23 e 24, 1985, p. X-XI.

⁶ ROMERO, José Luis; ROMERO, Luiz Alberto. *Pensamiento Político de la Emancipación (1790-1825)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, volumes 23 e 24, 1985, p. XI.

1783), bem como o republicanismo girondino de 1795, além do federalismo dos Estados Unidos. Essas ideias chegaram à América por meio de ilustrados espanhóis e livros franceses proibidos, circulando paralelas a outras ideias que já existiam no mundo colonial. José Luis e Luis Alberto Romero não negam o grande impacto do Iluminismo naquela sociedade assentada no tripé *absolutismo*, *catolicismo* e *vida social autoritária*, mas lembram que o princípio de desobediência a uma ordem injusta não foi criado pelo século das luzes. A formação intelectual de boa parte da elite *criolla* foi muitas vezes um monopólio da Companhia de Jesus, o que fez com que a ideia de legitimidade do tiranicídio ou de legitimidade da rebelião contra o mal rei já estivesse presente no horizonte teórico mesmo sem a influência das ideias do Iluminismo (os autores nos remetem ao pensamento do padre Juan de Mariana e, em especial, à doutrina de Francisco Suárez).

Soma-se a essa formação um forte sentimento nativista *criollo*, em oposição aos *gapuchines*. Sendo proibida de ocupar qualquer cargo da administração colonial, a elite *criolla* ampliará esse sentimento, essa clara oposição aos europeus, e buscará se identificar em uma condição nova e ainda pouco clara: *americanos*. Nas palavras de José Luis Romero e Luis Alberto Romero, foi esse sentimento uma fonte de resistência passiva às ideologias e aos modelos políticos extraídos da experiência estrangeira⁷.

Em resumo, para esses autores uma formação ideológica já naturalizada na realidade colonial, somada a um sentimento nativista que levava a elite local a se identificar na oposição aos europeus, ocupantes dos cargos da administração do Império, concorreram tanto para a Revolução de Independência quanto as causas clássicas apontadas anteriormente. A grande questão a ser enfrentada pela geração dos libertadores foi como harmonizar o modelo estrangeiro, importado das revoluções europeias e norte-americana, com os fatores e

⁷ ROMERO, José Luis; ROMERO, Luiz Alberto. *Pensamiento Político de la Emancipación (1790-1825)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, volumes 23 e 24, 1985, p. XVIII.

pensamento locais. Nessa questão, as propostas para a organização do continente pós-independência se enfrentaram no campo das ideias e das armas: Monarquia ou República? Centralização do poder ou federalismo? Discutiremos na parte final desse capítulo as implicações dessa disputa.

As guerras de independência podem ser divididas em duas fases: uma primeira, que vai da deposição de Fernando VII por Napoleão em 1808 até a Restauração de 1815, e uma segunda, que vai da Restauração até a vitória final contra os espanhóis em Ayacucho, em nove de dezembro de 1824. É importante realçar as diferenças entre esses dois momentos para evidenciar a heterogeneidade ideológica do pensamento da emancipação e das múltiplas interpretações que se pode fazer da vida e obra dos libertadores, Bolívar entre eles.

Na primeira fase, não há de pronto um questionamento do vínculo com a Espanha e nem um majoritário furor contra a monarquia. Seguindo o exemplo que vinha da própria metrópole, os cabildos se recusam a aceitar Dom José Bonaparte como rei, jurando lealdade ao monarca prisioneiro Fernando VII. Como diz Halperin Dongui, os rebeldes não se consideram propriamente “rebeldes”, mas sim os herdeiros legítimos de um poder que caíra⁸. Portanto, não há um questionamento nem das instituições herdadas do passado e nem da estrutura social da colônia, mas uma tomada do poder pelos *criollos*, que desalojam os espanhóis. Como a Espanha não tem condições de enviar tropas para combater na América nesse momento, a causa do Império é defendida pelos *gachupines*, aos quais não faltou apoio da população colonial. O cenário é de guerra civil entre *criollos* patriotas e *gachupines* legitimistas, na qual estão em jogo a riqueza e o acesso ao poder. Não figurava em nenhum dos lados oponentes uma opção de real mudança em qualquer das condições de vida da massa da população. Para o “americano” de fora das elites, sua “liberdade” não estava em jogo e isso

⁸ HALPERIN-DONGHI, Túlio. *Historia Contemporánea de Latinoamérica*. Madrid: Alianza Editorial, 1972, p. 77.

justifica o apoio que a causa do Império recebeu. Nessa primeira fase, excetuando posturas tão radicais como isoladas, os dois lados querem evitar que o confronto se torne uma guerra de pobres contra ricos.

José Luis Romero e Luis Alberto Romero denominam essa estratégia da primeira fase de “máscara de Fernando VII”⁹. Os patriotas encontraram na rebelião uma solução de meio termo entre a tradição medieval e as novas ideias: as Juntas se organizariam livremente para depois devolver a soberania ao rei legítimo. Ressalva feita a alguns mais audaciosos que defendiam desde o início a emancipação total, como Artigas (1811), a Ata de Independência da Venezuela (1811) e a guerra pela independência do México (1813). Já Bolívar, em 1811, dirigindo-se à Sociedade Patriótica, falava contra os que pediam calma, contra os que combatiam as propostas de ruptura total: “¡Que los grandes proyectos deben prepararse con calma! Trescientos años de calma ¿no bastan? (...) Pongamos sin temor la piedra fundamental de la libertad suramericana: vacilar es perdernos”¹⁰.

Apesar dessas posições, ainda minoritárias ante o todo, só na segunda fase os patriotas se preocupariam em apresentar um programa que contemplasse as aspirações dos estratos mais pobres da população colonial, com vistas a ampliar as bases populares e a legitimidade da revolução, trazendo mais contingentes para suas fileiras. Na fase pós-1815, a monarquia fora restaurada, Fernando VII ocupava o trono e os legitimistas venciam a guerra, mas as marcas deixadas pelo embate anterior não possibilitaram uma reacomodação à maneira antiga. Nem os *criollos* desejavam abandonar as posições que obtiveram e nem as feridas deixadas pela violência haviam cicatrizado. Nesse momento, afirma o historiador argentino, a guerra

⁹ ROMERO, José Luis; ROMERO, Luiz Alberto. *Pensamiento Político de la Emancipación (1790-1825)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, volumes 23 e 24, 1985, p. XXII.

¹⁰ BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985, p. 7.

transmuta-se de guerra civil a guerra colonial¹¹, cujo resultado final será a vitória dos patriotas.

O Império enfim caiu e a maior parte da América colonizada pelos espanhóis tornou-se independente. O desafio passava a ser manter essa independência e consolidar instituições estáveis sob as ruínas do Império. A questão é que havia homogeneidade entre os vencedores, mesmo quando concordaram com a opção republicana para a organização política da América independente (até porque essa opção comportava um amplo ideário). Simón Bolívar resumiu-a em realização periódica de eleições, divisão dos poderes, ausência de uma nobreza e de privilégios, fim da escravidão e estabelecimento do primado da igualdade de todos os cidadãos perante a lei¹². José Artigas, que da Banda Oriental ameaçou o poder de Buenos Aires sobre a região que compreendia o Vice-Reinado do Rio da Prata, ainda inclui demandas sociais como a reforma agrária (revertida graças à forte oposição de Buenos Aires e à invasão e incorporação da Banda Oriental pelo Império do Brasil). Porém, em geral, não se foi tão longe.

Conforme Halperin Dongui, o projeto dos centros urbanos, como Bogotá, Santiago, Lima e Buenos Aires, era liberal¹³. Nas elites criollas desses centros, vigorou a fé no governo impessoal de magistrados e em uma ordem legal à qual o cidadão não prestaria obediência. Mas a ausência de demandas sociais e o elitismo desse liberalismo afastou esse projeto das elites urbanas da proposta de Bolívar e seus partidários: uma república assentada na virtude, um cidadão devotado ao estado e algumas reformas sociais importantes, como direitos dos indígenas à terra e libertação dos escravos. Mais adiante, apresentaremos alguns aspectos do

¹¹ HALPERIN-DONGHI, Túlio. *Historia Contemporánea de Latinoamérica*. Madrid: Alianza Editorial, 1972, p. 92.

¹² BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985, p. 86-107.

¹³ HALPERIN-DONGHI, Túlio. *Historia Contemporánea de Latinoamérica*. Madrid: Alianza Editorial, 1972, p. 98

pensamento de Bolívar e discutiremos mais detidamente esse contraste. De todo modo, a América de 1825, terreno para a construção de novas instituições, era muito diferente daquela de 1810, quando as primeiras afirmações do poder local contra a Coroa aconteceram. O novo cenário era complexo: desordem e militarização, estagnação econômica, escassez de recursos públicos, violência cotidiana. O poder colonial fora destruído sem que outro conseguisse se organizar a tempo de suprir o vácuo deixado. Era necessário encontrar os “*elos ocultos da nova ordem*”¹⁴. Por isso, e afirmamos como hipótese, há um giro conservador nos discursos mais radicais, desde Bolívar, que propõe na Constituição da Bolívia um presidente vitalício e um Senado hereditário¹⁵, até Bernardo de Monteagudo, que revê seu “democratismo” e faz uma severa auto-crítica¹⁶.

Outro autor, que também entende a independência como um fenômeno marcado mais pelas razões locais que pela penetração de ideias do Iluminismo, relativiza esse “drama”. Victor Andres Belaúnde defende que a época colonial não foi negada, ou melhor, não foi destruída para que a nova ordem surgisse. Sendo assim, não é correta a explicação segundo a qual teria havido um vazio institucional completo do qual veio a crise do pós-independência e as guerras civis que marcam a história das novas repúblicas. Para Belaúnde, a estrutura política colonial legou aos países emancipados a base dos governos locais (os cabildos), as bases da demarcação territorial (Intendências) e a linha geral da futura diferenciação nacionalista. O Império seria uma confederação de reinos que se desagregara, sem que as instituições locais de cada uma de suas partes fossem destruídas. Pelo contrário, o mapa

¹⁴ Ibidem, 1972, p. 146.

¹⁵ BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985, p. 195-204.

¹⁶ ROMERO, José Luis; ROMERO, Luiz Alberto. *Pensamiento Político de la Emancipación (1790-1825)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, volumes 23 e 24, 1985.

político do continente emancipado teria seguido as divisões de cabildos e Intendências¹⁷. Belaúnde também defende a maior importância das ideias locais no processo, quando comparadas às ideias “importadas”. Segundo ele, foi tão importante a tradição contestadora que vem de Suárez, Vitória y Soto ou mesmo Tomás de Aquino (que, na Suma Teológica, reconhece o direito de resistir a um rei tirano)¹⁸, que a emancipação teria acontecido mesmo sem a influência de ideias estrangeiras¹⁹.

Em estudo recente, o historiador cubano Rafael Rojas também passou pela questão do pensamento da independência. O tema de seu trabalho é a primeira geração republicana, que vai de 1810 a 1830, ano da morte de Bolívar. Segundo Rojas, morreria com o Libertador o republicanismo que impulsionara as guerras pela emancipação e que caracteriza a engenharia institucional dos estados surgidos das antigas colônias espanholas.

Rojas afirma que as revoluções foram, ao mesmo tempo, um conflito militar, um processo de transformação política e uma rebelião popular²⁰, além de ser também uma revolução intelectual²¹. A ideologia da primeira geração seria esse primeiro republicanismo, caracterizado pela busca da homogeneização cívica das novas comunidades (já que é clara para os primeiros republicanos a real heterogeneidade da realidade na qual se locomovem) e pela constituição de repúblicas confederáveis entre si. Não há para Rojas o nacionalismo em embrião do qual fala Belaúnde, mas sim uma ideia de comunidade (tributária do medievo ibérico) antecedendo o nacionalismo, que, por sua vez, só surgiria na fase posterior ao ano de 1830. Por conta dessa ideia de comunidade, Bolívar e outros pensariam a união das repúblicas

¹⁷ BELAÚNDE, Victor Andrés. *Bolívar y el Pensamiento Político de la Revolución Hispanoamericana*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1959, p. 36.

¹⁸ Ibidem, p. 41.

¹⁹ Ibidem, p. 59.

²⁰ ROJAS, Rafael. *Las Republicas de Aire – utopia y desencanto en la revolución de hispanoamerica*. Buenos Aires: Taurus, 2010, p. 11.

²¹ Ibidem, p. 107.

independentes como algo natural. Os projetos de união política do Congresso do Panamá, impulsionado pelo próprio Bolívar em 1826, ou o de Lucas Alamán, na Tacubaya de 1928, têm em comum, além da clareza quanto aos inimigos a serem enfrentados, a ausência de uma perspectiva de soberania para nações²². Tratava-se de um sentir-se americano sem adjetivos, sem os “ismos” que surgiriam depois. Rojas acredita que a explicação do fracasso dos projetos unionistas está exatamente nesse apelo (para o autor, equivocado) a uma institucionalidade federal continental e a um sentimento de pertença também continental, que não foi exclusivo do pensamento bolivariano. Hidalgo, Morelos e Lopez Rayón falavam da “nação americana” como um todo, de “independência e liberdade da América”, não somente do Vice-Reinado de Nova Espanha²³.

Contudo, a construção das identidades nacionais pela geração posterior (a chamada fase do liberalismo romântico – 1831-1868) e as novas formas de identidade que surgiram depois reivindicam como pai fundador um ou vários membros daquela primeira geração republicana. Bolívar, San Martín, Mier, Zavala, etc, são personagens ilustres de histórias nacionais, apesar de o projeto que eles sustentaram e pelo qual combateram não possuir a nação em seu horizonte intelectual.

Liberais e conservadores do XIX escolhem entre os libertadores seus heróis, assim como a esquerda revolucionária o fez ao eleger Bolívar como seu precursor²⁴. O panamericanismo patrocinado pelos Estados Unidos também se apresentou como continuador da obra de Bolívar, assim como o fez o hispano-americanismo, aprismo ou o chamado nuestro-americanismo. O apelo chavista a Bolívar não é uma novidade na Venezuela e nem

²² ROJAS, Rafael. *Las Republicas de Aire – utopia y desencanto en la revolución de hispanoamerica*. Buenos Aires, Taurus, 2010, p. 35.

²³ Ibidem, p. 36.

²⁴ PIDIVAL, Francisco. *Bolívar – Pensamiento Precursor del Antimperialismo*. Havana, Casa de las Américas, 1977.

no cenário político latino-americano. O Libertador, assim como alguns de seus contemporâneos, é pai reivindicado por muitos.

O pensamento de Bolívar e a construção da América Independente

A obra de Bolívar é extremamente vasta, somando mais de 10 mil documentos publicados e ainda restando boa parte sem publicação. É de Vicente Lecuna o trabalho de compilação dessa obra, feito em vários livros desse autor venezuelano, como por exemplo o *Papeles de Bolívar*, de 1917, ou as *Cartas del Libertador*, publicadas em 1948. Sendo assim, o trabalho de se debruçar sobre a obra de Bolívar é extremamente complexo, dado tanto o fato de se tratar de uma obra escrita sob o calor dos acontecimentos, durante anos de guerra, quanto à extensão mesma da documentação. Evidentemente, nossa análise não poderá se deter sobre a totalidade da obra de Bolívar. Nosso objeto é um olhar específico sobre essa obra, o olhar do “bolivarianismo” do presidente Hugo Chávez. Por isso, a discussão que faremos a seguir se baseia em cinco textos do Libertador escolhidos dentre tantos outros devido à frequência com que frequentam os discursos do presidente venezuelano²⁵. Chávez ampara suas citações a Bolívar, assim como a explicação de seu projeto, prioritariamente em quatro documentos: o Manifesto de Cartagena, de 1812; a Carta da Jamaica, de 1815; o Discurso de Angostura, de 1819; e a Mensagem ao Congresso da Bolívia, de 1826. Esses textos nos remetem ao pensamento de Bolívar quanto às instituições a serem adotadas na América do pós-independência, à sua visão de como seria composta a cidadania, à busca pela definição de uma identidade para o americano e, por fim, à ideia de consolidação da unidade entre os

²⁵ Os discursos de Chávez que nos servem de referência são do ano de 1999, seu primeiro ano na presidência e ano no qual é redigida e promulgada a nova Constituição. Além disso, esses textos de Bolívar já fundamentavam as reflexões feitas por Chávez em *El Libro Azul*.

países do continente. Tais textos não serão apresentados, dado o fato de serem bastante conhecidos. Nossa pretensão é realizar uma reflexão sobre esses textos, pensando a partir das questões colocadas por Bolívar. No capítulo posterior, confrontaremos essa reflexão com a leitura feita por Hugo Chávez em sua definição (ou busca de uma definição) do bolivarianismo²⁶.

Segundo o filósofo mexicano Leopoldo Zea, o grande mérito intelectual de Bolívar, que torna seu pensamento referência constante no continente latino-americano, foi pensar a realidade da América a partir de quatro questões chave, nucleares, que sintetizam o que será o desdobrar do pensamento latino-americano da independência até os dias de hoje.

A primeira delas encerra o dilema identitário: “quem somos?”. Surgido a partir de uma conquista, uma guerra brutal dos colonizadores contra povos originários, na qual muitos desses povos foram exterminados, erguido sobre o trabalho escravo, educado nas diferenciações de “raça”, nos privilégios a uma casta de nobres nascidos fora da terra que governavam, na Inquisição, marcado pela violência cotidiana e extrema, que povo seria esse que surge da América e que batalha por sua independência? O que é o “homem americano” e qual seu papel no mundo, indagou Bolívar. A segunda questão é um desdobramento da primeira: se somos de uma determinada forma, por que assim o somos? Zea abre nessa questão um questionamento à situação de dependência da América que, por sua vez, leva à terceira questão-chave: “podemos ser de outra maneira?”. Podemos ser livres? Podemos nos constituir, a partir do que somos, como povo independente e soberano em todos os sentidos? E, por último, “se estivemos integrados na submissão, por que não poderíamos nos integrar na

²⁶ Esses textos de Bolívar constam da coletânea publicada como primeiro volume da Biblioteca Ayacucho. BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985.

liberdade”?”²⁷ Identidade, dependência, liberdade e integração: orientaremos-nos por essas chaves de interpretação de Zea para discutir as respostas dadas por Bolívar.

Como vimos, ao fim das guerras de emancipação, emergiram novos Estados que adotaram a forma de governo republicana. Uma opção ousada, dado aquele contexto de Restauração após a derrota de Napoleão – ele próprio, aliás, portador de uma coroa. O conceito de “república” foi um campo para a disputa política no pós-independência, o que não retira a ousadia dessa opção naquele cenário político. Afinal, o movimento pela emancipação não começou com um levante pró-república. A invasão napoleônica da Península Ibérica gerou um vácuo de poder na América, colocando os *cabildos* das colônias na difícil opção entre a lealdade a um rei prisioneiro (o que na prática, significava a independência) ou a sujeição a um monarca ilegítimo²⁸. Para Tulio Halpherin Dongui, as Juntas que optaram pelo primeiro caminho não eram compostas por rebeldes ou reformadores sociais, mas por herdeiros assustados de um poder que caíra²⁹.

A elite *criolla* que dirige o início do processo é conservadora no trato com o povo e resistente à ideia de *igualdade*. Uma leitura do *Plan de Gobierno* apresentado por Francisco de Miranda para a Primeira República venezuelana demonstra essa pouca disposição à ampliação das bases sociais do processo de emancipação. E Miranda não está só: o acompanham Servando de Mier no México e Mariano Moreno em Buenos Aires. Essa elite temia mais a “anarquia” de um levante das massas que um retorno à esfera espanhola. Apesar disso, a repressão não vacilou em punir severamente os líderes das Juntas – Miranda morreu aprisionado na Espanha e, na Venezuela, o general espanhol Pablo Morillo buscou a

²⁷ ZEA, Leopoldo. *Simón Bolívar – Integración en Libertad*. Cidade do México: Edicol, 1980.

²⁸ ROMERO, J. L. “Prólogo”. In: *Pensamiento Político de la Emancipación*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985.

²⁹ DONGUI, T. H. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

eliminação do foco de rebelião com a simples medida de executar todos os venezuelanos que soubessem ler e escrever. Essa derrota dos patriotas, para a qual contribuiu o clero e as classes pobres, será amparada pela Reação de 1815 e pela elevação de Fernando VII ao trono da Espanha.

A derrota levou os partidários da independência a refletir sobre o fracasso e abandonar os meios termos da fase anterior. A luta agora passaria a ser dirigida pelos líderes mais radicais, como Bolívar, que conseguirá a ampliação da base social da Revolução com a libertação dos escravos e a cooptação da população dos *llaneros* venezuelanos, liderados por José Antonio Páez, além da posterior concessão de direitos dos povos originários à terra que habitavam. Assim, ao lado dos *criollos* mais radicais que, de um modo ou de outro, participaram da primeira fase da insurreição, surgirão lideranças advindas de outros estratos sociais, destacadas pela atuação nas guerras. Com elas, naturalmente novas demandas e novas ideias de “República” e “Liberdade” virão à tona, anunciando o duro embate que se deu nos primeiros anos de vida independente.

Apesar das divergências, José Luis Romero e Luís Alberto Romero advertem que há uma linha de continuidade entre os vários movimentos e as fases do processo de emancipação: qualquer que tenha sido o modelo político preferido, uma nova imagem da sociedade acompanhou todos os processos emancipadores, sendo o republicanismo a marca distintiva da revolução em Hispano-América. Ainda que as novas sociedades conservassem seus velhos preconceitos, o desprezo por índios, escravos e pobres, o espírito no qual foram concebidas teria sido essencialmente republicano e, implicitamente, igualitário e democrático³⁰. Outro traço comum fora a preocupação com a expansão da educação, com a difusão da ilustração. Além desses, a busca por legitimidade dos novos poderes fundou um

³⁰ ROMERO, José Luis; ROMERO, Luiz Alberto. *Pensamiento Político de la Emancipación (1790-1825)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, volumes 23 e 24, 1985, p. XXIV.

constitucionalismo cuja base foi a convocação de congressos que assumiriam a soberania e desenhariam as instituições novas. “Sólo los contradecía la realidad social y económica, que desbordaba los marcos doctrinarios con sus exigencias concretas, originales y conflictivas”³¹.

Afinal, a experiência demonstrara, como admitirá Bolívar, que fazer a independência era apenas uma questão de ganhar uma guerra. O esforço mais custoso viria após a vitória: uma vez emancipada sob a bandeira das virtudes da liberdade republicana, único governo digno de homens livres, como a América construiria as instituições que dessem forma concreta a esse princípio? Ou melhor, se “República” é uma ideia importada, cujo referencial é a Roma idealizada pelos revolucionários franceses e o federalismo adotado pelos americanos do norte, como trazê-la às terras da América Ibérica, governada até então pelo absolutismo, pela Inquisição, educada nas diferenciações “raciais” e nos privilégios da nobreza? E como fazer com que essas repúblicas a serem construídas se unifiquem em uma só comunidade, em uma “pátria de pátrias”?

A desordem interna, a insegurança externa e as divergências na busca por uma institucionalidade estável e coerente levaram às guerras civis que perpassam todo o século XIX, em maior ou menor grau. As cidades portuárias tentam manter um estatuto privilegiado tal qual “metrópoles” do interior, que responderá descontente e sublevado empunhando a bandeira federal. Os governos vão à guerra contra as populações que resistem a uma institucionalidade duvidosa, evidente no seu descompasso entre os princípios legais adotados e a prática política concreta. O problema levou a uma revisão conservadora dos princípios republicanos que orientaram a luta pela independência.

A guerra pela institucionalização pedia antes de tudo uma definição do homem americano: ele existe? Se sim, o que ele é? Em que medida difere ou se assemelha aos outros

³¹ ROMERO, José Luis; ROMERO, Luiz Alberto. *Pensamiento Político de la Emancipación (1790-1825)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, volumes 23 e 24, 1985, p. XXVII.

homens do mundo? Em que medida pode-se falar de uma unidade desse homem, quando a prática fez emergir diversos estados que trarão com o tempo diversas identidades e sentimentos nacionais? Estaria “ele” apto à vida republicana plena? Até hoje, as possíveis respostas são discutidas e, mais ainda, disputadas no campo político.

Uma segunda questão é qual o melhor governo a ser adotado pela América? A resposta vencedora nos anos de 1820 (e vencedora no campo militar, inclusive, posto que seus opositores foram derrotados, exilados ou assassinados) foi o retorno à “república” conservadora da primeira fase da independência, que excluiu da cidadania os povos originários, os descendentes de africanos, enfim, a massa do povo. Estados pensados a partir da nova elite, composta por militares e grandes proprietários de terra, criaram o “governo da lei” tornando-o restrito a uma minoria. Essa elite era o “povo”, os “cidadãos” aos quais as Constituições se referiam. A busca pela superação do descompasso de uma República oligárquica, assentada no trabalho da maioria sem direitos, animou as lutas políticas do continente nesses 200 anos que se passam desde a emancipação.

Interessa-nos aqui o pensamento de Bolívar quanto a essas questões. Protagonista do período, Bolívar procurou uma saída para a contradição que a independência trouxera. Muito embora o referencial teórico utilizado por ele e por seus contemporâneos seja o mesmo (o Iluminismo, o republicanismo jacobino ou girondino, o federalismo dos EUA, além das ideias de governo justo e de comunidade do pensamento ibérico), Bolívar não o utilizou como um manual para a ação, como uma cartilha a ser seguida. Sua avaliação sobre as causas da derrota da Primeira República Venezuelana (cujo maior expoente foi Francisco de Miranda) apresenta uma forte crítica à adoção irrefletida de princípios formulados para e por outros povos. Na proclamação que Bolívar dirige aos cidadãos de Nova Granada (1812) já se afirma em tom amargo e enérgico que o federalismo adotado sob Miranda, por mais perfeito que seja, levou

ao estabelecimento de um “governo tolerante”, fraco, e, conseqüentemente, à divisão e à derrota frente aos apoiadores da causa realista. Bolívar avalia que teria faltado aos legisladores daquela primeira experiência uma consciência clara da originalidade da América. Entretanto, como ele admitirá um pouco mais tarde em seu exílio jamaicano, não se podia esperar atitude diferente dos *criollos* que governaram a primeira República Venezuelana. Afastados dos cargos públicos, privados até mesmo da tirania ativa, sem qualquer experiência além da aprendida nos livros (com exceção dos que vinham da Europa, como o próprio Miranda), criaram um governo dotado de leis perfeitas que só funcionaria, na expressão de Bolívar, numa república de santos. Em sua “cruel reflexão”, as eleições populares, as assembleias, as Juntas e Congressos convocados na Venezuela independente geraram um espírito de partido amparado nos vícios da ambição, cobiça e ferocidade, herdados da colonização.

Mas se a emancipação se justifica pela causa da liberdade e se a liberdade é entendida em termos republicanos, como questionar as instituições da República sem perder o sentido da própria independência? Se o estabelecimento do governo de liberdade foi a causa da derrota, qual o sentido de lutar contra o despotismo da Espanha em nome de uma liberdade comprovadamente nociva? Evidentemente, Bolívar não esboça o problema nesses termos. Pelo contrário, ele chega a apresentar a guerra de independência como um desdobramento do conflito secular da liberdade contra a tirania. A construção da República foi sempre ponto pacífico para ele, mesmo quando flertou com as inspirações monárquicas que o levaram a propor a presidência vitalícia. O problema estaria no *como* construí-la e na definição de *qual* República seria possível naquele momento, dependendo tanto um como o outro da reflexão quanto às questões fundamentais que esboçamos acima.

Fiel ao ensinamento de Montesquieu, segundo o qual a lei deve seguir as características do povo que a estabelece, Bolívar procura definir a América. Chega à conclusão, na já na Carta da Jamaica (1815), que seu objeto é mais um composto da América e da África que da Europa. Admitirá que qualquer previsão quanto às instituições que as ex-colônias espanholas adotarão não passa de mero exercício retórico, dada a natureza desse continente imenso, heterogêneo e, sobretudo, desconhecido. Seus planos são mais um “desejo racional” que o resultado de um estudo fiel e confiável da natureza do país.³²

Partindo da base, o povo que comporá o corpo de cidadãos da República, Bolívar faz sua avaliação. Fruto de uma conquista brutal, da qual Las Casas oferece o mais contundente testemunho, educado na obediência ao poder absoluto, nas diferenciações de “raça”, na aceitação do trabalho escravo, na Inquisição, enfim, no que o Libertador considera “as cadeias da escravidão”, esse povo traria consigo os vícios legados pelos 300 anos de colonização: a ignorância e a tirania. Imaginar que dessa matéria, que da enorme violência cotidiana que orientava a sociabilidade colonial, pudesse surgir um governo perfeito, amparado nos mais elevados princípios, foi o erro dos primeiros líderes da independência, adverte Bolívar em seu discurso aos congressistas de Angostura (1819). Os vícios da colonização impediram o estabelecimento do federalismo e do “governo brando”. Nossa hipótese é que a elite *criolla*, receosa de manter a posição de proeminência interna que a colônia lhe garantia, não rompeu decididamente com o passado. Vacilou quando se viu frente à abolição da escravidão e à elevação dos “indígenas” à mesma condição de cidadania. Podemos dizer, por nossa conta, que os “vícios” que Bolívar aponta estão mais presentes na elite, ambiciosa, pouco disposta a

³² O curioso dessa afirmação é que Bolívar apresenta uma descrição pormenorizada da situação da guerra em cada vice-reinado, dos partidos que se combatem e mesmo de projeções quanto ao tamanho das populações, mostrando um nível de informação e de dimensão geopolítica privilegiados.

abrir mão de privilégios, que na massa do povo, vítima de “cadeias opressoras”, “educado na escravidão”.

Como esperar as virtudes do amor à pátria, às leis e o respeito aos magistrados quando as leis e os magistrados se voltam contra o povo e quando “pátria” não passa de uma palavra vazia? A experiência da guerra, com o recrutamento de populares para as fileiras do exército libertador, convenceu Bolívar de que esses vícios podem ser substituídos por virtudes quando o povo sai da condição de massa passiva à condição de cidadão e soldado de uma pátria em construção. Critica-se o fato de que na sua fase mais “conservadora”, expressa no projeto de Constituição da Bolívia, Bolívar defende um corpo de eleitores reduzido a 1/10 da população. Porém, não se exigiu apresentação de bens como critério de seleção para a candidatura ao cargo de eleitor e nunca se admitiu o trabalho escravo. Mesmo na Bolívia, o Libertador roga pela abolição da escravidão, além de assinar decretos abolindo a servidão e os impostos sobre os indígenas. Aqui, cabe um breve parêntese: em nenhum momento Bolívar critica os EUA, pelo contrário, só louva as virtudes cívicas dos “irmãos do norte”. Mas em vários momentos questiona a contradição maior de um governo de homens livres que assente na convivência com a escravidão. “Prorrogar esse crime mesclado de suplícios é o ultraje mais chocante”, é uma ação que não pode ser tomada sem que fiquem “transtornados os princípios elementares do direito e sem a perversão mais absoluta da noção de dever”. Como haver escravidão onde reina a igualdade sem que se traga a reputação de “dementes” mais que a de “usurpadores”, diz ele aos deputados bolivianos.

Porém, nem essa posição em evidente contraste com outras de seu tempo atenua o rigor de sua avaliação. O caráter e as luzes daquela América recém-emancipada não estariam adequados às instituições mais perfeitas de um governo livre. Sendo assim, como sair desse labirinto (feliz metáfora de Garcia Márquez)? Bolívar propôs a formação de um quarto poder

republicano, o Poder Moral, destinado a enrobustecer o espírito do povo para o exercício amplo da liberdade.

Norberto Bobbio afirmou, no livro-conversa que fez com Maurizio Viroli, que a República é apenas uma forma ideal de Estado, sem existência concreta. Ela seria, na sua acepção, um ideal retórico que se funda no amor à pátria e na virtude dos cidadãos, tendo a seu lado o braço do Terror. República exige virtude e a severa prática da virtude exige o controle do Terror³³. Por esse motivo Montesquieu considerou tão difícil estabelecer um governo republicano, lembra Renato Janine Ribeiro, que apresenta uma definição de República não como um regime específico, mas sim como um modo de exercer o poder, destinado ao bem comum, o que não abre mão da virtude, já que exige o sacrifício dos interesses privados em função da coisa pública, muito embora se admita que o republicanismo moderno exige menos de seus cidadãos.³⁴ Se formos pensar a partir dessa reflexão, o Poder Moral de Bolívar é uma expressão daquela República enquanto ideal retórico, que nunca teria existido. Mas também pode ser interpretado como uma forma encontrada para educar os cidadãos na virtude da contenção, no respeito à lei como barreira aos desejos, indispensável para manter o equilíbrio de vontades que garantiria o bem-estar de todos e a estabilidade do Estado.

São muitas as referências clássicas: o Poder Moral “somaria os censores romanos e a austeridade espartana” na obrigação de punir moralmente a “ingratidão, o egoísmo, o desamor pela pátria, além do ócio, negligência e corrupção”. Seria formado pelo “Areópago”, dividido em duas câmaras, uma destinada à educação física e moral das crianças com até 12 anos e outra à fiscalização dos cidadãos. Essa segunda Câmara teria entre suas atribuições a premiação dos virtuosos e a punição (não com a privação de liberdade, mas com uma

³³ BOBBIO, N., VIROLI, M. *Direitos e Deveres na República*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2002, p. 2-3.

³⁴ RIBEIRO, R. J. *A República*. São Paulo: Publifolha, 2001.

reprovação pública) dos que se desviassem – um “Terror” mais brando que o jacobino. É bastante amplo o conceito de desvio, podendo tanto ser o não cumprimento da palavra dada quanto a insensibilidade ante desgraças públicas e mesmo pessoais. Bolívar concebe como eixo de sua República uma intervenção direta do Estado na formação do “cidadão” ideado. Vai do governo da lei, destinado ao bem comum, ao ideal de virtude e amor à pátria.

Assim, a identidade do americano, ainda um enigma, deveria ser a base das novas Repúblicas. A realidade da dependência, que atava esse americano a uma vida de escravidão, pervertendo-o mesmo após a derrota do Império, abriria caminho para a verdadeira liberdade com a construção de uma República centralizada e reguladora da virtude.

Por fim, Bolívar é consciente de que esse caminho, extraído desde as reflexões sobre a amarga experiência de uma realidade institucional movediça, só seria completo com a união de todos os povos e repúblicas do continente. Em 1826, por convocação de Bolívar, reuniu-se o Congresso do Panamá, com oito delegados representando o México, Centroamérica, Grã-Colombia e Peru, além da Grã-Bretanha como observadora. A reunião não produziu resultados efetivos, mas o Tratado de União celebrado contém alguns dos dispositivos que frequentam tratados e debates do gênero até o presente. Dentre eles, a criação de uma cidadania supranacional e de uma zona de comércio entre as repúblicas confederadas, além do estabelecimento de um exército igualmente supranacional sob o comando da Assembleia Geral de Plenipotenciários. A União se assentaria nos valores comuns a todas as repúblicas que comporiam a União: republicanismo e antiescravismo. A unidade cultural precederia a unidade política.

Comentando o Congresso do Panamá, Leopoldo Zea afirma que Simón Bolívar imaginou um mundo construído sobre fundamentos diferentes da exploração entre os povos e da lei do mais forte. O Libertador acreditava na solidariedade universal entre povos que se

sabem iguais em direitos e obrigações. Afasta-se do contratualismo à medida que pensa uma América unificada não por um acordo que impeça a violência, ou pelo objetivo de se fortalecer na busca por riquezas, mas pela aspiração comum de liberdade e glória.

Entablaremos el pacto americano que, formando de todas nuestras repúblicas un cuerpo político, presente la América al mundo con un aspecto de majestad y grandeza sin ejemplo en las naciones antiguas. La América así unida, si el cielo nos concede este deseado voto, podrá llamarse la reina de las naciones e la madre de las repúblicas.

disse Bolívar comentando o projeto unionista³⁵. Aspira-se à glória fundada na liberdade e no exemplo, não na conquista.

Na América, todos os povos do mundo se encontraram, violentamente, é verdade, mas dessa violência surgiram pátrias, surgiu mais liberdade. O mandamento era construir a União dessas novas pátrias para se fazer respeitar ante o mundo, para impedir que vigorasse a lei do mais forte, reequilibrando o mundo com o contrapeso da grande confederação de repúblicas americanas. Em outras palavras, unificar a América era estabelecer o equilíbrio universal, único poder capaz de derrotar a tirania dos impérios. Unificar a América era, no pensamento bolivariano, o primeiro passo para unificar o mundo pela primeira vez sob o signo da liberdade. Leopoldo Zea reflete sobre a originalidade desse projeto e sobre o papel de Bolívar na história. Conforme o mexicano, Bolívar seria um contraponto ao herói hegeliano que usado pelo “Espírito” abriria caminho para o avanço da consciência até a realização da liberdade. Se esse herói de Hegel, que o alemão reconhece em Alexandre, César e Napoleão, é mero instrumento inconsciente da “astúcia da razão”, a América produziu um herói que busca a liberdade conscientemente, um herói que só poderia ter surgido da relação dialética entre a conquista/opressão e a aspiração de liberdade. Nas palavras de Zea, Bolívar é um expoente da

³⁵ MARTÍNES, Gustavo Vargas. *Bolívar y el Poder – Orígenes de la Revolución en las Repúblicas entecas de América*. Cidade do México: UNAM, 1991, p. 165.

filosofia da história de "pueblos que, habiendo entrado a esta historia bajo el signo de la dependencia, han de luchar, a lo largo de ella para negar tal dependencia para anular la servidumbre que la misma implica, afirmando, de esta forma, la indiscutible humanidad de sus individuos y pueblos".³⁶

Assimilando a cultura de todos os povos, a América imaginada por Bolívar seria o centro de um mundo feito. A solidariedade bolivariana teria, assim, um impulso distinto do interesse e da luta por poder. Contudo, mesmo essa visão otimista e grandiosa para o futuro do continente, cuja libertação e primeiros passos na vida livre ele comandara, não afastou Bolívar das ideias mais conservadoras da Constituição da Bolívia. A base desse projeto, o homem americano, deveria ser educada e preparada para aquele destino.

Crítico acerbo do irrealismo da Primeira República e de seus “legisladores quiméricos”, não estaria Bolívar cedendo à tentação de antepor seu ideal de estado à realidade? Ou, em uma visão menos simpática, estaria aqui mostrando o seu verdadeiro caráter, anti-liberal, de chefe de uma plebe proletarizada sem compromisso com as liberdades fundamentais, como acredita T. H. Dongui? Limitamos-nos a dizer que, com todos os problemas que possamos apontar, o projeto de Bolívar foi o que mais se aproximou de uma República amparada nos princípios da igualdade e da participação popular. A guerra e o exercício do poder lhe deram a conclusão de que seria necessário um compromisso com o passado para garantir a estabilidade dos novos estados (ou do novo grande estado, como Bolívar desejou) e o esplendor do futuro. Foi liberal e defendeu a cidadania ampla, mas concebeu um estado “paternal”, que construísse de cima para baixo o cidadão virtuoso. Pensou um Senado hereditário como forma de manter uma aristocracia republicana, equilíbrio entre o governo e os desejos do povo, ao lado de uma Câmara eleita pelo voto popular.

³⁶ ZEA, Leopoldo. *Simón Bolívar – Integración en Libertad*. México: Edicol, 1980, p. 17.

Excluiu a Igreja das funções de educação, mas propôs um presidente vitalício, com direito de escolher o sucessor, o que lhe custou a acusação de desejar uma monarquia sem o revés de uma coroa. Bolívar parece mover-se entre o pragmatismo mais realista e o compromisso com o ideal mais elevado. Há duas esculturas de Bolívar que parecem expressar esses dois polos, como anota Belaúnde³⁷: uma equestre, em Caracas, mostra um Bolívar vitorioso, general do exército libertador, comandante da “Campanha Admirável”, expressão da liberdade. Outra, em Bogotá, apresenta um Bolívar em pé, sem os trajes militares, vestido em uma toga romana, de cenho franzido, tendo em uma das mãos a espada (para baixo) e na outra a Lei. As promessas da independência e as dificuldades na criação do Estado livre ensejaram um paradoxal quixotismo realista, na imagem de Haya de la Torre.

Essa divisão não passou despercebida e nem sempre foi compreendida por seus contemporâneos. O Poder Moral expôs Bolívar à acusação de promover uma nova Inquisição. Alegando delicadamente que o Estado de guerra ainda vigente não oferecia condições práticas para a implantação, o Congresso de Angostura rejeitou a proposta (como o fará oito anos mais tarde o Congresso da Bolívia). Os deputados preferiram deixar o projeto como um apêndice à Constituição, esperando “as opiniões dos sábios do mundo”. A oposição ao “partido bolivariano” o acusou de aspirar à tirania, de buscar limitar a liberdade de consciência e expressão. Obviamente, poderíamos questionar o que essa oposição, ligada aos interesses dos grandes proprietários de terras, chamava de liberdade plena, posto que após a derrota e morte de Bolívar e das lideranças mais proeminentes de seu grupo as Repúblicas que resultaram do processo foram marcadas pela contradição sobre a qual falávamos antes.

³⁷ BELAÚNDE, V. A. *Bolívar y el pensamiento político de la revolución hispanoamericana*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1959, p. 139.

Bolívar se defende empunhando a experiência histórica. A causa da liberdade, diz ele, quase sempre foi derrotada. Venceu em poucos lugares e mesmo neles não conseguiu perdurar por muito tempo, devorada pela tirania ou pela anarquia. A democracia ateniense e as repúblicas que surgem na França revolucionária foram derrotadas, ao passo que Roma (“um império monstruoso”) ou as dinastias chinesas obtiveram maior sucesso em prevalecer no tempo. É vislumbrando esse histórico de pouca esperança para a causa da liberdade que Bolívar entende a luta na América e sua ousada opção pela liberdade. Não encontrou as bases para a república ideada e, buscando evitar os erros que levaram ao fracasso das tentativas de se estabelecer governos livres para homens livres, propôs a construção de instituições que imaginou adequadas aos homens de seu tempo: um Estado forte, promotor da virtude e disciplinador das condutas entendidas como viciosas.

Teria se contradito ao propor um estado e uma virtude que se impõe de cima para baixo? Teria ironicamente caído no mesmo erro que criticou? Talvez. E talvez aquela realidade movediça o tenha levado à derrota. Mas sua obra demonstra o entendimento de que as instituições são tão mais frágeis quanto impostas a partir de princípios etéreos, sem elos com a realidade. Bolívar viu na ignorância desse princípio a causa da derrota da Primeira República e o anteviu como o ponto fraco que levaria ao caos os novos estados, dilacerados por guerras civis durante praticamente todo o século XIX. Interpretou o “americano” como homem original, destinado a grandes realizações, mas ainda prisioneiro dos vícios herdados da vida em escravidão. “Nossas mãos já estão livres, mas nossos corações ainda padecem as doenças da servidão”, disse em Angostura. Todo seu esforço de engenharia institucional foi dedicado à superação dessa contradição, entendendo que o caminho mais seguro, estável e próspero seria o de um compromisso entre o passado vicioso e o futuro republicano e democrático, que tornaria a América o palco da definitiva vitória da causa da liberdade.

A vigência do passado

Bolívar e a revolução de independência no discurso de Hugo Chávez

*A veces hay gente que piensa que la historia se fue y se fue y se perdió.
No! La historia está aquí hoy (...) Uno tiene que oír más allá del silencio,
uno tiene que ver más allá de la oscuridad.
Yo siento la historia, la oigo que cabalga por dentro, la oigo más allá del silencio*
Hugo Chávez, em entrevista à TV pública argentina

Em 24 de setembro de 1999, o presidente venezuelano Hugo Rafael Chávez Frías, há nove meses no cargo, celebrava o aniversário de Simón Bolívar. A espada do Libertador, guardada na maior parte do ano em um cofre do Banco Central do país (conforme Chávez, o último lugar que Bolívar teria escolhido³⁸), é apresentada na cerimônia oficial. Apontando para ela, Chávez anunciou que de novo aquela espada estava no campo de batalha: “Las espadas vibran, las espadas recogen siglos de combate y generalmente detrás de una espada hay una idea para que sea noble la espada más noble de este Continente y una de las espadas más nobles del mundo, del universo mundo”, afirma, acentuando que o fato de os venezuelanos serem os guardiães dessa “Espada Libertadora” lhes dá a responsabilidade de estarem à altura de Bolívar e do que a luta de Bolívar teria representado³⁹. Resgatar a herança de Bolívar fora a promessa de Chávez desde quando prestou um juramento solene ainda aluno-oficial da Academia Militar.

³⁸ CHAVEZ, Hugo . “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la sesión solemne del Día de la Independencia Nacional”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 251.

³⁹ Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la celebración del 216 aniversario del natalicio del Libertador Simón Bolívar, el 176 aniversario de la batalla naval del lago de Maracaibo y Día de la Armada Venezolana”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 257.

O presidente ainda faria uma alusão carregada de simbolismo ao estado de conservação do Panteão Nacional e do museu que funciona na casa que fora de Bolívar. Conforme Chávez, tais edificações estariam caindo aos pedaços. A elite que governara a Venezuela nos últimos 50 anos seria “antibolivariana” e, por isso, desejava apagar ao máximo possível a memória do Libertador, cabendo ao novo governo e ao povo venezuelano resgatá-la. Reconstruir o Panteão e reconstruir o país, honrando a memória e o projeto de Bolívar. “Bolívar hoy está velando y creo que abrió los ojos, son los ojos de un pueblo”, conclui Chávez⁴⁰.

Um ano antes, dizendo-se continuador da obra de Bolívar, Hugo Rafael Chávez Frías foi eleito presidente da Venezuela, liderando uma coalizão composta por partidos de esquerda tradicionais no cenário político (como o PPT e a Causa R) e pelo Movimento Quinta República. A eleição de Chávez, coronel da Força Armada Nacional (FAN), levava ao poder um movimento que começara em 1982 quando ele, acompanhado por outros três oficiais da FAN, fundou o clandestino Movimento Bolivariano Revolucionário-200 (MBR-200), em homenagem ao bicentenário de Simón Bolívar. A vitória de Hugo Chávez naquela eleição trazia consigo a derrota de um acordo político que governava a Venezuela desde 1958, pelo qual os dois partidos mais importantes do país se revezavam no poder (Ação Democrática e Comitê de Organização Político-Eleitoral Independente – AD e COPEI, respectivamente). Trazia ainda a vitória de um oficial da Força Armada que, em 1992, tentou derrubar o governo do presidente Carlos Andrés Perez por meio de uma “revolução” saída dos quartéis⁴¹.

⁴⁰CHAVEZ, Hugo. Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la celebración del 216 aniversario del natalicio del Libertador Simón Bolívar, el 176 aniversario de la batalla naval del lago de Maracaibo y Día de la Armada Venezolana. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 259.

⁴¹ Os limites dessa dissertação nos impedem de apresentar uma biografia do presidente Hugo Chávez. Por isso, nos restringimos a recomendar os textos consultados durante essa pesquisa: BÁEZ, Luis; ELIZALDE, Rosa Miriam. *Chávez Nuestro*. Havana: Casa Editora Abril, sem data; BILBAO, Luis. *Chavez y la Revolución*

Naquele ano, o levante militar liderado por Chávez foi derrotado, mas, na condição de líder rendido da rebelião, ele falou em cadeia nacional de televisão pedindo aos seus companheiros que depusessem as armas, para evitar um inútil derramamento de sangue. Nesse pequeno discurso, duas frases chamaram a atenção. Uma, na qual Chávez afirma ser o responsável pelo levante militar, quando assumir a responsabilidade por algo não era um comportamento comum na política venezuelana, como afirmam até mesmo críticos do presidente⁴². E outra na qual diz aos seus companheiros que “por ahora” os objetivos pretendidos não haviam sido alcançados. Esse “por enquanto” deixou a expectativa de que o projeto só fora derrotado momentaneamente, crescendo em força discursiva quando dito por um homem derrotado e prisioneiro. Como resultado, Chávez foi condenado à prisão, mas se tornou um herói nacional. A derrota militar se converteu em vitória política⁴³.

Como foi dito, o movimento se apresentava como bolivariano. Dizia ser necessário cumprir o programa da independência e afastar do poder a oligarquia que tomou o controle do estado desde quando expulsou Bolívar da Venezuela. Para além do projeto político, o movimento de Chávez desde o início foi marcado por um apelo místico em torno da figura de Bolívar. O ato de fundação do Movimento Bolivariano Revolucionário-200, em 1983, é um juramento solene que Chávez, acompanhado por Jesús Urdaneta, Felipe Acosta e Raúl Baduel, fazem de mãos dadas sob a sombra do Samán de Güere, árvore que teria dado

Bolivariana. Buenos Aires: Capital Intelectual S/A, 2002; BLANCO MUÑOZ, A. *Habla el comandante*. Caracas: Fundación Cátedra Pío Tamayo, Universidad Central de Venezuela, 1998; HARNECKER, Marta. *Um homem, um povo*. São Paulo: Expressão Popular, 2004; JONES, Barth. *Hugo Chávez – Da Origem Simples ao Ideário da Revolução Permanente*. São Paulo: Editora Novo Conceito, 2008; MARCANO, Cristina; TYSZKA, Alberto Barrera. *Hugo Chávez sem uniforme – uma história pessoal*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.

⁴² MARCANO, Cristina; TYSZKA, Alberto Barrera. *Hugo Chávez sem uniforme – uma história pessoal*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.

⁴³ Vários autores narram tais acontecimentos: BILBAO, Luis. *Chavez y la Revolución Bolivariana*. Buenos Aires: Capital Intelectual S/A, 2002; GOTT, Richard. *À sombra do Libertador*. São Paulo: Expressão Popular, 2004; JONES, Barth. *Hugo Chávez – Da Origem Simples ao Ideário da Revolução Permanente*. São Paulo: Editora Novo Conceito, 2008; MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

descanso ao Libertador. Esse gesto simbólico, um juramento de defender a pátria e cumprir o projeto de Bolívar, era solenemente repetido por todos os novos membros do grupo.

Atuando na clandestinidade, o MBR-200 planeja a tentativa de tomada do poder de 1992, acreditando que a via eleitoral não era o caminho adequado para a revolução bolivariana que pretendia realizar. A derrota de 1992 e a prisão de seus líderes levaram o movimento a uma reavaliação. Hugo Chávez, que em 1986 polemizava com Francisco Arias Cárdenas defendendo a formação de núcleos de guerrilha dentro do exército⁴⁴, defende em 1997, em conformidade com a Assembleia Extraordinária do MBR, a disputa das eleições de 1998. O MBR, organização identificada e composta por militares, incorpora setores da sociedade civil e funda o mais amplo Movimento Quinta República (MVR), que, coligado a partidos de esquerda, leva Chávez à presidência.

Os discursos de Bolívar e os relatos das campanhas das guerras de independência estão sempre presentes na retórica do candidato. Hugo Chávez consegue fazer confluir para si as aspirações de um culto bolivariano popular de vertente transformadora, sobre o qual escreveu Carrera Damas⁴⁵? Consegue encarnar o arquétipo do herói esperado pelo povo empobrecido ideado pela memória coletiva dos “vencidos”, conforme pesquisa de Salas de Lecuna⁴⁶? Dizer sim é uma possível explicação, mas há quem discorde. Edgard Lander, por exemplo, afirma que a vitória de Chávez veio em uma onda da antipolítica, na qual o povo votou em um opositor por simples cansaço com os partidos tradicionais⁴⁷. Porém, nos parece claro que a força eleitoral do presidente se explica em boa parte pela identificação feita entre

⁴⁴MARCANO, Cristina; TYSZKA, Alberto Barrera. *Hugo Chávez sem uniforme – uma história pessoal*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006, p. 67.

⁴⁵CARRERA DAMAS, Germán. *Culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1969.

⁴⁶LECUNA, Yolanda Salas de; VILORIA, Norma Gonzalez; VELASQUEZ, Ronny. *Bolívar y la Historia en la Consciencia Popular*. Caracas: Universidad Simón Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1987.

⁴⁷MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 107-108.

ele e Bolívar, ou entre seu projeto e o projeto “bolivariano”, tal qual ideado pela memória popular coletiva. O caminho até essa identificação será, em parte, apresentado a seguir.

Muitos anos antes de chegar ao poder, quando ainda defendia a via armada para a “revolução”, Hugo Chávez escreve *El Libro Azul*⁴⁸. Esse texto, escrito em 1982, foi a base do pensamento do MBR-200 e apresenta muitas das reflexões que o presidente Hugo Chávez fará em seus discursos, em especial sua invocação a Bolívar e às linhas gerais do que seria a “Revolução Bolivariana”. Boa parte das propostas defendidas por Chávez nesse texto, que circulou clandestinamente nos círculos conspiradores do exército, será incorporada à Agenda Alternativa Bolivariana, plano de governo apresentado pelo Polo Patriótico em 1998, como, por exemplo, a convocação de uma assembleia constituinte.

Para Chávez, o pensamento revolucionário deveria retomar as tradições de luta do povo venezuelano e não importar de qualquer outro país as estratégias, os instrumentos e, principalmente, o referencial teórico que conduziria a luta. Por isso, o MBR-200 se baseia no que Chávez batiza nesse texto de “Árvore de Três Raízes”, uma matriz autóctone de pensamento político composto pelas ideias e pela ação de Simón Rodríguez, Simón Bolívar e Ezequiel Zamora. Rodríguez seria o responsável pela formulação da primeira filosofia política venezuelana, consubstanciada na clássica divisa de sua obra *Sociedades Americanas*: “*o inventamos o erramos*”⁴⁹. Uma defesa da construção de saídas institucionais originais para um povo (o ibero-americano) em tudo original, da qual Chávez tira o fundamento da sua crítica à importação de soluções.

Num desdobrar dessa afirmação do caráter original dos povos ibero-americanos, virá Bolívar e seu projeto de construção da América unida, projeção histórica e geográfica da

⁴⁸CHÁVEZ, Hugo. *El Libro Azul*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información, 2007.

⁴⁹RODRIGUES, Simón. *Sociedades Americanas*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1990.

filosofia política de Rodríguez. Também Bolívar, na Carta da Jamaica, defendeu o caráter original dos povos recém-emancipados⁵⁰ e viu na adoção de sistemas de governo estrangeiros, formulados por outros povos e para outras necessidades, a causa maior da derrota da Primeira República Venezuelana. Portanto, ao lado do reconhecimento de uma identidade própria, vem a necessidade de se construir um governo próprio, não só em termos de manutenção da soberania, mas próprio também por ser construído a partir da realidade que pretende governar. No discurso aos congressistas de Angostura, Bolívar afirma (e Chávez o invoca) a necessidade de se derrubar as leis do passado, erigidas sob a tirania e a escravidão, para só então erigir o novo edifício de um estado livre.

Por fim, num terceiro movimento, vem Ezequiel Zamora, caudilho da Guerra Federal interpretado por Chávez como “síntese filosófica orientadora”⁵¹ do pensamento de Rodríguez e da ação de Bolívar. Ao comandar o “povo” venezuelano em prol da realização do projeto bolivariano, derrotado após as guerras de independência, Zamora completa a tríade das raízes empunhando lemas como “horror à oligarquia” e “terra e homens livres.”

Chávez apresenta os heróis do passado em uma retórica de exaltação. Suas frases e seus feitos são celebrados. Por seu raciocínio, haveria um projeto inconcluso que, apesar de ter sido derrotado pelos interesses da “oligarquia”, continuava esperando sua realização. O papel do MBR-200 seria exatamente o de retomar aquele projeto, levando-o à vitória definitiva. Escreve que

[...] este proyecto ha renacido de entre los escombros y se levanta ahora, a finales del siglo XX, apoyado en un modelo teórico-político que condensa los elementos conceptuales determinantes del pensamiento de aquellos tres preclaros venezolanos, el cual se conocerá en adelante como Sistema EBR, el Árbol de las Tres Raíces (...).

⁵⁰ BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985, p. 47-63.

⁵¹ CHÁVEZ, Hugo. *El Libro Azul*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007, p. 17.

Tal proyecto, siempre derrotado hasta ahora, tiene un encuentro pendiente con la Victoria⁵².

Essa reivindicação do passado, em uma leitura bastante particular da história, mostra a existência, dentro desse imaginário político do qual Chávez é produto e também autor, de uma ideia do passado como algo em suspenso (lembrando a reflexão de Leopoldo Zea). Pendente de ser realizado, impedindo a chegada do futuro de libertação caso não se realize, o projeto bolivariano precisa que as novas gerações o levem à prática. Caso contrário, a Venezuela e toda a América Latina, já que o pensamento bolivariano mesmo na leitura de Chávez não se restringe às fronteiras nacionais desenhadas pelas “oligarquias” vencedoras, continuariam prisioneiras da história, dessa história infértil que surge da derrota dos projetos “populares” dos libertadores. O encontro com a história deveria se opor ao distanciamento dela, pregado e oficializado pelas oligarquias. Se a história oficial dos vencedores apresenta Bolívar como uma estátua de praça aos pés da qual se depositam flores e se executam hinos algumas vezes por ano, a história proposta por Chávez torna vivo esse Bolívar, autor de grandes projetos que permaneceriam atuais. Seguindo a distinção que Carrera Damas fez entre culto cívico estatal e o culto popular, o que Chávez pretende, a nosso ver, é tornar “oficial” a segunda vertente, transformadora e plena de potencial revolucionário.

Seu projeto, apresentado em linhas gerais no *El Libro Azul* e mantido até a vitória nas eleições de 1998, é batizado de Projeto Nacional Simón Bolívar (PNSB)⁵³. Partindo da avaliação da situação política do país, Chávez conclui que a Venezuela passava por uma crise estrutural cujas consequências se faziam sentir nos âmbitos econômico-social, político-jurídico e ideológico. Todos os aspectos da vida estariam atingidos e feridos por essa crise,

⁵² Ibidem, p. 12.

⁵³ Para o Chávez dessa época, o PNSB precisaria de 20 anos para se completar. CHAVEZ, Hugo. *El Libro Azul*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007, p. 17.

inclusive a moral. A transformação proposta no PNSB mudaria radicalmente toda a estrutura e o caráter do povo venezuelano. Interessante notar que a avaliação de Chávez, correta ou não (e essa comprovação não é interesse dessa pesquisa) repete também o gesto de Bolívar quando avalia o terreno histórico sob o qual pretende construir o estado independente: um cenário de crise absoluta das instituições e do caráter do povo que, repetindo o Libertador, Chávez chama de “crise moral”.

A superação dessa crise visa a atingir o Estado nomeado “objetivo estratégico”, utopia concreta de Simón Rodríguez (utopia, por ser parte de um sonho de décadas; concreta, por ser realizável)⁵⁴. No século em que as bandeiras da transformação eram liberais e, portanto, centradas no indivíduo, Simón Rodríguez concebeu uma sociedade centrada na solidariedade, que Chávez reivindica para seu projeto. Portanto, nos termos do PNSB, a nova Venezuela deveria possuir instituições originais, construídas a partir de suas necessidades, radicalmente democrática e radicalmente solidária. Para tanto, a Venezuela precisava de uma nova Constituição que de fato representasse a real força de todos os agentes sociais, já que a Carta Magna a ser destituída fora escrita no interesse de uma minoria, no entender de Chávez, carecendo de legitimidade.

Para dar assento institucional ao PNSB, Chávez recorre aos textos constitucionais do Libertador, mais especificamente ao Discurso de Angostura e à Mensagem ao Congresso Constituinte da Bolívia. O novo Estado venezuelano seria construído conforme o pensamento de Bolívar: dividido em cinco poderes, acrescentando o Poder Eleitoral e o Poder Moral aos tradicionais Executivo, Legislativo e Judiciário. A divisão de poderes seria respeitada, sendo que os dois acrescentados comporiam uma força neutra, responsável por dar mais equilíbrio e

⁵⁴Simón Rodríguez, em *Sociedades Americanas*, afirma que o local de realização da utopia seria a América, e não a ilha imaginada por Morus: “no es sueño ni delirio, sino filosofía, ni el lugar donde esto se haga será imaginário, como el que se figuro Tomás Moro; su utopia será, en realidad, la América”.

estabilidade ao Estado, cumprindo a função que Benjamin Constant imaginou para um quarto poder. O Eleitoral tomaria para si uma função que antes cabia ao Judiciário e que, na nova ordem, não poderia continuar na competência do mesmo, posto que os magistrados também seriam eleitos. Já o Poder Moral teria a função de fiscalizar o correto funcionamento do Estado de Direito, impondo “a lei e a razão” como princípios fundamentais da relação do indivíduo com o Estado⁵⁵. Dotado de membros eleitos, aos quais ficaria vedado o acesso a quaisquer outros cargos públicos, o Poder Moral seria, na visão de Chávez, a salvaguarda dos direitos e do patrimônio público.

Conforme demonstrado, o próprio conceito de democracia representativa é colocado em questão e, em contrapartida, é proposta a democracia radical. A construção de novos espaços de participação política surge como uma necessidade urgente e em oposição à “farsa representativa”⁵⁶. Ao eleger representantes e só exercer seu poder soberano no ato do voto, na escolha destes, o povo não possuía de fato o poder político que lhe cabia. Os velhos partidos, dominando a máquina eleitoral, podiam se perpetuar no poder, construindo esquemas de corrupção que aprofundavam a crise moral e a falta de participação política efetiva (expressa inclusive no baixo comparecimento às urnas). Para combater esse sistema, Chávez prega a criação de conselhos locais e novos canais de expressão do poder popular (a Constituição de 1999, inclusive, acrescentará também o Poder Popular, regulador desses conselhos). Nas palavras de Chávez, a sociedade a ser construída pelo PNSB seria

[...] un sistema de gobierno que abra con amplitud ilimitada los espacios necesarios donde los pueblos, la masa popular, se desplieguen creativa y eficazmente, y obtengan el control del poder para tomar las decisiones que afectan su vida diaria y su destino historico, [sendo que] las comunidades, barrios, pueblos

⁵⁵CHAVEZ, Hugo. *El Libro Azul*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007, p. 19.

⁵⁶CHAVEZ, Hugo. *El Libro Azul*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007, p. 42.

*y ciudades deben contar con los mecanismos y el poder para regirse por un sistema de auto-gobierno que les permita decidir acerca de sus asuntos internos por sí mismos, a través de procesos y estructuras generados en su propio seno*⁵⁷.

Dado o Plano e o objetivo estratégico, resta definir o meio a ser utilizado. Chávez não tem dúvidas, nos anos de 1980, em afirmar que esse meio é a revolução - mais ainda, diz que essa lição também vem de Bolívar. Ele critica a historiografia tradicional que, na sua visão, considera Bolívar antes de tudo um homem pragmático, comprometido com reformas e não com uma transformação revolucionária da sociedade. Se contrapondo a essa visão, Chávez afirma que Bolívar foi um revolucionário e um pensador da revolução. Suas propostas de destruição da ordem colonial e construção da ordem nova só poderiam ser entendidas sob a ótica da transformação revolucionária. O que foi o movimento de independência, senão uma ruptura radical com o passado e o compromisso com uma ordem inteiramente nova? O problema residiria no fato de que essa revolução de Bolívar não se completou.

Podemos concluir da leitura desse texto que Chávez possui, como ele próprio admite⁵⁸, uma concepção teleológica do bolivarianismo. Haveria uma tarefa por fazer, um projeto que necessariamente se cumpriria na história.

Anos mais tarde, quando toma posse como presidente da república e jura “sobre essa Constituição moribunda” transformar o país, Chávez retomará as mesmas linhas do projeto ideado na clandestinidade e, em seu discurso de posse, acentua o que já era intuído em 1983. A começar pela frase inicial, na qual Chávez repete as palavras ditas por Bolívar na abertura do congresso de Angostura: “dichoso el ciudadano que bajo el escudo de las armas de su mando convoca a la soberanía nacional para que ejerza su voluntad absoluta”⁵⁹. Ele, Chávez,

⁵⁷Idem, p. 43.

⁵⁸CHAVEZ, Hugo. *El Libro Azul*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007, p. 45.

⁵⁹Idem. *1999-Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 5.

assim como Bolívar, investido no mando, convoca a soberania para dizer qual será a nova lei, a nova Constituição. Bolívar cria, com os congressistas de Angostura, as instituições da Venezuela independente. Chávez cria, conforme seu discurso, uma nova Venezuela que retoma o projeto intentado em Angostura e busca mais uma vez conquistar a independência.

Outras imagens e referências à história e aos heróis nacionais, recriados pela contribuição chavista à apreensão coletiva da imagem de Bolívar, surgem nesse discurso de posse. A preocupação constante em criar o elo histórico com Bolívar, em uma linha de continuidade que deixa clara quais são os inimigos do projeto bolivariano desde o século XIX, é apenas uma dessas imagens. Chávez invoca a força da “mudança”, o “momento fundador” da nova ordem, as imagens religiosas da “ressurreição” da pátria e cita diversas vezes sua fé em Deus e nas palavras do Cristo, além de diversos poetas e demais literatos. É uma seleção que louva a integração continental e a tradição de lutas pela independência – os latino-americanos deveriam honrar “o barro que os fez”⁶⁰.

A vitória de Chávez não foi apenas, segundo ele próprio, uma mudança de presidentes, mas uma mudança de época. Seu governo inauguraria uma nova época na história, anunciando a novidade e o futuro, mas sempre com os olhos postos no passado. Seu momento fundador é na verdade refundador: “nosotros tenemos un proyecto que no es nuevo, ni es original, nuestro tampoco”⁶¹. (Re) funda-se o projeto dos próceres da pátria, em especial de Bolívar, citado em diversas passagens dos discursos chavistas que soam mais como aulas de história e política ao povo, voltando a fomentar a memória coletiva. “Por 1000 pueblos, por 1000 caminos, durante miles de días recorriendo el país durante estos últimos casi cinco años, yo repeti delante de muchísimos venezolanos esta frase pronunciada por nuestro Padre

⁶⁰CHAVEZ, Hugo. 1999 - *Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 31.

⁶¹Ibidem, p. 12.

infinito, El Libertador”⁶², diz Chávez, que se apresenta como a nova voz dos projetos de independência e justiça derrotados no passado.

Ao contrário do que já foi feito com a imagem de Bolívar, Chávez afirma que sua referência não é acrítica e nem repetição meramente protocolar e rebuscada de algumas frases escritas pelo Libertador. A obra de Bolívar surge de fato como a saída para o labirinto de crise no qual a Venezuela e todo o continente latino-americano teriam se perdido, abrindo mão de sua história e de sua soberania. Para Chávez, era ainda válida aquela pessimista avaliação de Francisco de Miranda segundo a qual “Venezuela está herida en el corazón”. Mantendo a reflexão que fizera em 1982, Chávez reafirma a existência de uma grave crise na economia, nas instituições e na sociedade, que se iniciou como crise moral nos anos de 1970, corrompendo o país, atingindo a economia e resultando em uma crise social, na qual um país rico em recursos vindos do petróleo era povoado por pobres. O Caracazo, de fevereiro de 1989, e a rebelião militar liderada por Chávez em fevereiro de 1992 seriam momentos nos quais o vulcão de crise se tornara incontrollável. Nota-se a preocupação do presidente em recusar o rótulo de “golpista” que o acompanhava, por conta dos eventos de 92. Sua tentativa fracassada de tomar o poder por meio de uma insurreição de parte da Força Armada Nacional não seria um golpe de estado, mas sim uma inevitável revolta por conta de uma crise que grassava.

Dessa crise, avalia o recém-empossado presidente, resultou a insatisfação popular que levou à sua eleição. Ele recusa o protagonismo: foi o povo, em um ato de recuperação de sua consciência e de suas tradições, que decidiu pela revolução proposta pelos bolivarianos. Hugo

⁶²Ibidem, p. 5.

Chávez seria apenas uma consequência e não uma causa⁶³. Aliás, ele, Chávez, seria a garantia de que as mudanças exigidas pelo povo teriam caráter pacífico e democrático. Porém, num cenário de crise não haveria saída a partir de tergiversações, de compromissos com a ordem corrompida. Era urgente a transformação, e Chávez declara-se consciente de que foi eleito para fazê-la e não para celebrar novos acordos com os antigos grupos políticos no poder desde *Puntofijo*. Por isso, a única saída era devolver ao povo o poder soberano para reconstruir a ordem na única forma possível de fazê-lo: uma Assembleia Constituinte. Trata-se de um momento no qual a oposição, reduzida mas ainda forte, ameaça opor-se à convocação da assembleia (feita pelo próprio presidente), privando-a de legitimidade. É importante para Chávez enfatizar (e até deixar ameaças no ar) que o povo não terá paciência para outro governo que não cumpra com os anseios de mudança.

Na dimensão internacional desse projeto está a unidade latino-americana, outra face das ideias de Bolívar. A integração também é apresentada por Chávez como uma continuação necessária dos projetos do Libertador e outros próceres da independência, derrotados em suas aspirações de união. Aquela dimensão teleológica da história se faz mais uma vez presente:

*[...] cuando uno habla de unidad latinoamericana y caribeña, de relaciones con el mundo, de proyectos sociales, cuando uno habla de proyectos económicos humanistas, de proyectos políticos estables, sencillamente estamos nosotros aquí en esta Venezuela caribeña, amazónica, andina y universal, estamos retomando el sueño bolivariano*⁶⁴.

Chávez utiliza a história, ou melhor, a memória histórica coletiva, como fonte legitimadora de seu projeto. Mais que isso: ele recria essa memória e propõe uma nova

⁶³CHAVEZ, Hugo. 1999 - *Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 12.

⁶⁴CHAVEZ, Hugo. 1999 - *Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 31.

relação com o passado, mais próxima, rompendo com o distanciamento imposto pelo culto oficial. Essa recuperação do passado para a esfera do embate político (com todas as contradições e incongruências que podem ser reconhecidas) não interessa a essa pesquisa como uma demonstração da relação de Chávez com a abordagem científico-acadêmica da história. O intuito é analisar sua habilidade em criar uma ligação do povo venezuelano, tal qual existia nos anos 90, que passara por uma década de crise econômica e social cujo marco inicial foi o Caracazo, com a geração que realizou a independência. Um movimento mais de memória e mitificação do passado que de crítica consciente do mesmo, ainda que elogiosa. Nessa operação, há uma evidente busca pela auto-estima e pela valorização do povo, em especial, das camadas mais marginalizadas (remanescentes dos povos originários, guerrilheiros famosos por enfrentarem o Estado, trabalhadores pobres, etc), das quais veio o apoio a Chávez no golpe de 2002. Descendentes de guerreiros, povo de libertadores, caberia aos venezuelanos de hoje lembrar que são feitos de um “barro especial”⁶⁵ (expressão que já mencionamos) ou que compõe uma “estirpe bolivariana e libertária”⁶⁶. E, desdobrando a questão, além de equiparar o povo de hoje com a geração libertadora, equipara-se também o momento histórico. Se o início do XIX viu o nascimento do Estado independente, o final do XX veria o renascimento daquele Estado, daquela República, pelas mãos dessa nova geração, agora consciente do peso de sua herança e da força para operar a “revolução”, proveniente de seus antepassados.

⁶⁵Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto ante el pueblo de Caracas después de la toma de posesión”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 35.

⁶⁶CHAVEZ, Hugo. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la aprobación de la nueva Constitución Nacional”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 502.

Esses dois discursos apresentados mostram dois momentos da vida de Hugo Chávez e a manutenção de seu compromisso com as ideias que defendia quinze anos antes de alcançar a presidência. Durante o ano de 1999, em outros pronunciamentos⁶⁷, o presidente voltará a essa questão, reforçando a doutrina “bolivariana” e propondo sua visão do passado do país, na qual sua eleição e, especialmente, a elaboração da nova Constituição inaugurariam uma nova época, que retoma os laços com a República Bolivariana morta, no entender de Chávez, com o Libertador em 1830. De 1831 a 1998, o Estado venezuelano teria sido um Estado de traição ao povo e à herança histórica desse povo. Construído a partir da traição e expulsão de Bolívar (cuja simbologia – o Libertador expulso pelos oligarcas – é frequentemente invocada por Chávez), o Estado independente foi na prática uma negação dos ideais que moveram a independência. Já discutimos, no capítulo I, o quão fértil em doutrinas foi o movimento pela emancipação e até mesmo os limites do projeto mais radical, encarnado por Bolívar. Contudo, no discurso chavista, há uma evidente dualidade entre o projeto emancipador derrotado (popular, democrático, verdadeiramente republicano) e a república oligárquica (traidora, anti-povo, excludente) que se constrói sob as ruínas da Grande Colômbia. É em nome do projeto dessa República bolivariana derrotada e traída, tal qual apresentada em seu discurso, que Chávez se apresenta aos venezuelanos na rebelião de 1992, na campanha eleitoral, no momento da vitória e na qualidade de autor do ante-projeto da nova Constituição. O ano de 1999, da Constituinte e primeiro ano de Chávez como presidente, seria a continuação histórica do ano de 1830.

Falando ao povo após ter feito o discurso oficial como presidente empossado, ele afirma que estava morta a pátria de Bolívar, que a Venezuela que existira até então sequer

⁶⁷ Nesse ano, o presidente Chávez discursou oficialmente, conforme a publicação da Presidência da República, 27 vezes. Desses discursos, selecionamos nove para amparar a reflexão proposta. Esta escolha se justifica pelo retorno ao tema “Bolívar” nesses discursos.

podia ser considerada uma pátria. A vitória dos bolivarianos de hoje era o resgate, a ressurreição da pátria de Bolívar⁶⁸. Na Venezuela de 1999, estaria ocorrendo, mais que uma mudança política comum, uma Revolução seguidora do mesmo ideal da Revolução que começa em 1810 pela libertação das colônias espanholas. Os próceres que fizeram a independência presidiriam também esse novo momento, essa nova libertação, exigindo que seja completada a tarefa histórica da Independência⁶⁹. Por isso, Chávez repete o juramento de Bolívar no Monte Sagrado e por isso afirma ratificar seu compromisso “con los principios que hace 188 años ondearon libres por esta Caracas bolivariana”⁷⁰. Por isso ainda diz que “hoy la palabra de Bolívar vuelve a recorrer los campos y las ciudades de Venezuela”⁷¹.

Em outra ocasião, num discurso sobre os seus 100 primeiros dias de governo, ele voltará a enfatizar a retomada desses laços com o projeto de Bolívar e o engano no qual se envolveu a Venezuela após a morte do Libertador. O século XIX teria sido ao mesmo tempo o século da libertação e da traição. Viu-se nascer a Independência, viu-se também morrer o ideal que a impulsionou. A Venezuela teria se desfeito em diversas unidades, sob o pretexto do federalismo, para satisfazer aos interesses da oligarquia, que assassinara Sucre, herói de Ayacucho, e expulsara Bolívar. A IV República, como a chama Chávez, teria nascido

⁶⁸CHAVEZ, Hugo. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto ante el pueblo de Caracas después de la toma de posesión”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 33.

⁶⁹ Loc. cit.

⁷⁰Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la sesión solemne del Día de la Independencia Nacional”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 251.

⁷¹Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto ante el pueblo de Caracas después de la toma de posesión”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 36.

manchada pelo sangue e pela traição⁷². A V República, inaugurada pela nova Constituição, seria o retorno de Bolívar e a retomada de seu projeto.

Quando a Constituinte, aprovada por voto popular, se instaura e Chávez dirige-se aos deputados usando as mesmas palavras que Bolívar quando se dirigiu aos deputados de Angostura (“dichoso el ciudadano que bajo el escudo de las armas de su mando, convoca la soberanía nacional para que ejerza su voluntad absoluta”) há mais um reforço simbólico nessa associação. É Bolívar, “padre infinito de Venezuela” e “genio de América”⁷³, o guia do processo de transformação⁷⁴. A Revolução de hoje vem das guerras de independência, afirma novamente, e não é Chávez, mas Bolívar de novo quem conclama os patriotas a marcharem com ele, outorgando aos venezuelanos a tarefa de estarem à altura de sua história. Diz o presidente que:

Es Bolívar de nuevo, que vuela, ya lo decía él en Angostura “volando por entre las próximas edades”. Volemos con él, llegó el tiempo de volar de nuevo, llegó el tiempo de volar como el cóndor y como el águila. ¡Pobres de aquéllos que nos sean capaces de volar como el cóndor y como el águila! ¡Pobres de aquellos cuya fuerza sólo les permite arrastrarse como la serpiente! Pero nosotros, los patriotas, estamos obligados a volar con Bolívar en esta edad, que es una nueva edad republicana, una nueva edad bolivariana⁷⁵.

⁷²CHAVEZ, Hugo. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de los 100 primeros días de gobierno”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 141.

⁷³Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto ante el pueblo de Caracas después de la toma de posesión”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 33.

⁷⁴Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de los 100 primeros días de gobierno”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 141.

⁷⁵Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la instalación de la Asamblea Nacional Constituyente”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 279.

Esse retorno de Bolívar, que Chávez capitaliza para si como o líder bolivariano, ou o novo Bolívar ansiado pelo povo, tal qual nos informa a pesquisa de Salas de Lecuna, se justifica por três razões. A primeira já expusemos: é necessário que se complete a revolução de independência, implementando o projeto de Bolívar (na visão de Chávez, um projeto de república popular, democrática, anti-oligárquica, etc). Em uma situação de nova subordinação colonial (que Tulio Halperin Donghi chama de Regime Neocolonial⁷⁶) se faz necessária uma nova e definitiva independência. Pela persistência das questões que embalarão a emancipação, é possível tornar os próceres personagens atuantes na política presente, distantes da pacata estátua nas praças e comemorações cívicas tradicionais⁷⁷.

No discurso que faz em celebração ao dia da independência, em campanha pela nova Constituição, Chávez procura construir semelhanças entre o cenário político de 1810 e o de 1999. No século XIX haveria uma divisão entre os patriotas verdadeiros, ousados, determinados a empreender a obra de emancipação, e os conservadores, que tergiversavam. Os primeiros, Bolívar entre eles, estariam agrupados na Sociedade Patriótica, e os segundos, no Congresso. Diz Chávez que, em 1999, a mesma divisão ressurgia. Os chavistas, partidários da nova Constituição, seriam os patriotas, e seus adversários, os traidores. A Pátria é bandeira de Chávez, como fora de Bolívar, e seus adversários são isolados não só no cenário político conjuntural, mas também na história, caracterizados como descendentes da classe de traidores que hesitou em fazer a independência e que, depois de feita, traiu suas bandeiras⁷⁸.

⁷⁶ DONGHI, Halperin Tulio. *História da América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 2005, capítulos IV, V e VI.

⁷⁷ O historiador Elias Pino Iturrieta pensa que seria melhor que Bolívar ficasse “en una remota plaza que no los haga tan amenazantes (...) en el caso del Padre de la Patria nos conformaríamos con que volviera con su usual majestad al sarcófago alto y profundo en el cual reposan sus restos mortales” (PINO ITURRIETA, Elias. *El Divino Bolívar: ensayo sobre una religión republicana*. Madrid: Libros de la Catarata, 2003, p. 25).

⁷⁸ CHAVEZ, Hugo. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la sesión solemne del Día de la Independencia Nacional”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 247.

O presidente constata que, quase 200 anos depois daquela divisão política do início do processo de emancipação, a Venezuela caíra em uma nova escravidão. Não mais aquela escravidão que a submetia ao Império Espanhol, mas uma escravidão de pobreza, fome, desemprego e corrupção, tão cínica que se apresentava mascarada de democracia. Por isso, cabe aos venezuelanos de hoje repetir o gesto dos que lhes deram uma pátria e novamente empreender a libertação. A única diferença com o passado vem das armas empregadas: enquanto o século XIX viu a liberdade armada com canhões, o final do XX a vê armada com a Assembleia Nacional Constituinte⁷⁹.

A segunda, complemento da primeira, é a necessidade premente de realizar esse processo de retomada da República ideada por Bolívar em decorrência da profunda crise que a Venezuela atravessava, segundo Chávez. Essa crise se apresentava, como vimos já na análise do *El Libro Azul* e do discurso de posse, em todas as esferas possíveis: tratava-se de uma crise social, política, econômica e até mesmo cultural, já que o venezuelano vinha perdendo sua identidade devido à condição neocolonial. O primeiro passo para a resolução seria a afirmação da independência e da soberania do país, que Chávez associou à retomada pelo Estado do controle da extração de petróleo, principal produto de exportação do país⁸⁰. Mas a crise era também, e sobretudo, conforme Chávez, uma crise moral, ética, de valores. Abandonando princípios morais, a classe dirigente teria tornado o estado venezuelano um antro de corrupção, responsável pela fome do povo e pela manutenção do país em um estágio

⁷⁹CHAVEZ, Hugo. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la sesión solemne del Día de la Independencia Nacional”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 251.

⁸⁰Essa questão do nacionalismo petrolero é discutida em dissertação de mestrado defendida no PROLAM/USP: SANNÁ PINTO, Luiz Fernando. *Petróleo, gás e nacionalismo na Venezuela e na Bolívia: uma análise histórica*. São Paulo, 2009.

primário de desenvolvimento. Descrevendo o cenário sob seu ponto de vista, o presidente disse no discurso de seus 100 dias de governo que:

Esa es la crisis más terrible que tenemos, la crisis moral, la crisis de valores, la crisis ética. Nosotros no haremos nada si solucionamos la economía, el petróleo, vienen las inversiones; nosotros no haremos nada con constituyente; nosotros no haremos nada con el impulso de lo social, la educación y la salud; no haremos nada si no logramos solucionar, en el fondo, la madre de todas las crisis que aquí comenzó hace unos 30, 40 años, es la crisis ética, es la crisis moral. Yo hago un llamado a todos. Todos tenemos derecho a rectificar. Vamos a olvidarnos de los vicios del pasado, cuando aquí había gobernantes que robaban, mandaban a robar, permitían y tenían mafias, equipos que se organizaban para robar⁸¹.

É certo que acusar o governo antecessor não é exatamente uma inovação do discurso chavista. Porém, enfatizamos essa questão da caracterização do período anterior devido à, também aqui, semelhança, pensada ou não, com a descrição que Bolívar faz do continente. Já o Libertador afirmava que o maior problema da América, ou melhor, da consolidação de um governo republicano na América era a crise moral, como vimos no capítulo I. E a solução de Chávez para essa crise é a mesma de Bolívar: o presidente busca resgatar na Constituinte o projeto bolivariano de criação de um Poder Moral⁸², que fiscalizaria com rigor a “moral republicana”. A exemplo do destino do projeto de Bolívar em Angostura, o projeto chavista de um Poder Moral também foi rejeitado pelos deputados constituintes.

A terceira questão, enlaçada às duas primeiras, é a necessidade apontada por Chávez de “resgatar a pátria”. Como vimos no discurso chavista, os venezuelanos estavam desprovidos de uma pátria. Chávez não discorre sobre o que considera “pátria”, quais seus

⁸¹CHAVEZ, Hugo. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de los 100 primeros días de gobierno”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 174.

⁸²Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la instalación de la Asamblea Nacional Constituyente”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 289.

requisitos, etc. Fala sim sobre o conceito de povo contraposto ao de população, afirmando que um povo precisa ser mais que um mero amontoado de pessoas, precisa de uma ideologia que o unifique, dentre outras considerações. Mas sobre o conceito de pátria não discorre explicitamente. Porém, podemos depreender que ele usa essa expressão como o elo que liga as gerações do presente ao passado, a seus “pais”, portanto. Bolívar deu aos venezuelanos uma pátria, que surgiu de sua espada. Essa pátria foi vilipendiada e traída pelos inimigos de Bolívar (que, na retórica chavista, também são os inimigos do povo). Com isso, os venezuelanos viveram juntos em um Estado que negou seu direito a uma pátria, que já existira, que já fora dada à custa de guerras e que esperava o momento de ser recuperada. “Pátria” é a Venezuela ligada à sua história, a seu passado, ao exemplo e aos ideais de seus “pais”. Os “apátridas”⁸³, os “bandidos que destroçaram a pátria”⁸⁴ ou ainda os “inimigos da pátria”⁸⁵ são aqueles que têm “horror à Bolívar”. São os mesmos que querem manter sepultado o Libertador e seus ideais, mantendo os venezuelanos distantes de sua pátria.

Daí a tarefa do novo governo e na nova era que se inicia com a Constituição Bolivariana ser resgatar a pátria de Bolívar. Nas palavras de Chavez, trata-se de “Rescatar la Pátria de todos. Rescatarla del desastre en que la han sumido en estos últimos años”⁸⁶. Para

⁸³CHAVEZ, Hugo. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de presentar al país el proyecto de Constitución”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 447.

⁸⁴Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto conmemorativo de los 100 años de la Revolución Restauradora”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 197 e 294.

⁸⁵Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de presentar al país el proyecto de Constitución”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 447.

⁸⁶Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de los 100 primeros días de gobierno”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 139.

resgatar a Pátria, é preciso que o povo conheça sua história, estude-a copiosamente, não apenas para se inteirar de fatos passados, mas para armar-se para o futuro. Um povo que não conhece sua história (diz Chávez, citando Arnold Toynbee) é um povo sem futuro, desmemoriado, que não sabe de onde veio e tampouco para onde vai⁸⁷:

Un pueblo tiene que conocer de dónde viene, por qué tiene este barro; por qué este rostro, por qué este pelo, por qué esta pasión, por qué estos montes, por qué estas leyendas, por qué estos cuadros, por qué todo eso. Hay que conocerlo⁸⁸.

Conhecer a história, aqui, é localizar-se, encontrar-se, conhecer a si mesmo. Chávez usa em várias passagens, além desta última citada, a metáfora bíblica da terra formadora do homem. “¿Por qué tiene este barro?” é a pergunta que o venezuelano deve se fazer para encontrar a si mesmo. E a resposta para Chávez é evidente: “nosotros somos hechos con un barro especial” e “nosotros somos un pueblo de libertadores”⁸⁹, ou ainda filhos de uma estirpe bolivariana e libertária⁹⁰. A origem do povo venezuelano é apresentada como quase mística. A expressão “povo de libertadores” se refere tanto aos povos originários, que resistiram à invasão espanhola, quanto aos líderes do movimento de independência. Chávez funde, na sua construção retórica, várias lutas de resistência em um único tronco formador, do qual teria surgido o povo venezuelano da contemporaneidade. Se esse povo vive oprimido e semi-

⁸⁷CHAVEZ, Hugo. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de los 100 primeros días de gobierno”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 177.

⁸⁸Loc. cit.

⁸⁹Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto ante el pueblo de Caracas después de la toma de posesión. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 35.

⁹⁰Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la aprobación de la nueva Constitución Nacional”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 502.

escravizado, desprovido da Pátria que já teve, cabe ressuscitar essa Pátria e voltar a ser “lo que un día fuimos”⁹¹. “El pueblo imenso y eterno de Bolívar ha resucitado de entre los muertos”⁹², afirma Chávez após tomar posse como presidente, e repetirá que “Venezuela está resucitando”, que “se está levantando una Pátria nueva”⁹³. Em outra ocasião, no discurso que faz no início dos trabalhos da Constituinte, Chávez compara a Venezuela à fênix que volta das cinzas: “hermanos, nosotros estamos cubiertos de cenizas porque venimos de la tumba. Como el ave fénix, estamos renaciendo de nuestras cenizas, sobre las cenizas que se lleva el viento, al mismo tiempo, se levanta un sol naciente”⁹⁴. Essa ressurreição (também uma imagem religiosa com a qual Chávez constrói pontes com o que houve) não se operou somente com a sua eleição ou com a nova Constituição, mas começou com o Caracazo e atravessou os anos 90 crescendo em uma onda de contestação, cujo ponto culminante é a nova Carta Magna do país⁹⁵.

Uma característica desse processo, que Chávez chama de Revolução Bolivariana, vem a ser a busca por um caráter original, também tal qual havia intentado Bolívar. Essa Revolução não vem de fora, diz Chávez, mas nasce da própria Venezuela, de suas próprias e peculiares características. Tem a cara mestiça da América e segue com rigor o mandamento de Simón Rodríguez: “o inventamos o erramos”. Por isso, dirigindo-se aos constituintes,

⁹¹CHAVEZ, Hugo. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto ante el pueblo de Caracas después de la toma de posesión. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 37.

⁹²Ibidem, p. 38.

⁹³Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de los 100 primeros días de gobierno”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 141.

⁹⁴Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la instalación de la Asamblea Nacional Constituyente”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 284.

⁹⁵Ibidem, p. 275.

Chávez repete o apelo que Bolívar também fizera quase 200 anos antes: “cuidado, ojo pelao con las repúblicas aéreas”⁹⁶. A necessidade de evitar importar modelos alheios é repetida pelo presidente, que em contrapartida pede leis que reflitam a originalidade do processo “revolucionário” venezuelano (importante frisar que em diversas passagens Chávez enfatiza o caráter pacífico e democrático da revolução venezuelana⁹⁷). Esse modelo próprio é o pensamento de Bolívar, integrado à “árvore de três raízes”, composta ainda por Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora. Sua divisa, além do resgate da revolução do passado para o contexto presente, deveria ser, nas palavras de Chávez, a mesma que Bolívar propôs em Angostura: “Moral e Luzes”. Moral, para combater a crise profunda que estaria correndo as instituições e impossibilitando o desenvolvimento do país; Luzes, como uma forma de levar o acesso ao conhecimento a todas as camadas da população. Afinal, Bolívar já havia dito que “las naciones marchan hacia la grandeza al mismo paso con que camina su educación”, assim como disse em Angostura que “la educación popular debe ser el cuidado primogénito del amor paternal del Congreso. Moral y Luces son los polos de una República, moral y luces son nuestras primeras necesidades”.

A questão da originalidade do processo pode ser melhor notada se analisarmos alguns pontos da nova Constituição, tal como a vê Chávez. Para o presidente, a nova República

⁹⁶CHAVEZ, Hugo. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la instalación de la Asamblea Nacional Constituyente”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 280.

⁹⁷Por exemplo: “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de los 100 primeros días de gobierno”, p. 179; “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del acto conmemorativo de los 100 años de la Revolución Restauradora”, p. 198; “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la sesión solemne del Día de la Independencia Nacional”, p. 250. In: CHAVEZ, Hugo. *1999-Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.

resgata a Pátria, é popular e baseada nos pilares Moral e Luzes⁹⁸. Sua aprovação por referendo popular (com 71% dos votos) em 15 de dezembro de 1999 teria posto fim a uma “era nefasta”. Enfatiza Chávez, discursando após a divulgação dos resultados do Referendo que “hoy ha terminado una república antibolivariana, una república que nació al influjo nefasto del asesinato del Mariscal de Ayacucho Antonio Jose de Sucre, una República que nació al influjo nefasto de la traición a un pueblo”⁹⁹.

A V República é a negação desse Estado de traição. Ela é definida como um Estado responsável socialmente, democrático, composto por homens livres¹⁰⁰. Ela muda o nome do país para República Bolivariana da Venezuela, alçando o pensamento de Bolívar à dignidade constitucional, que obriga toda legislação inferior. Ela proclama que a Venezuela é, além de um Estado de Direito, um Estado de Justiça, o que, conforme Chávez, remete à preocupação em colocar o ser-humano no centro do processo e das preocupações políticas, tornando fato a igualdade jurídica¹⁰¹. Essas alterações seriam as mesmas propostas por Bolívar e rejeitadas por seus contemporâneos. O próprio Libertador transferiu a responsabilidade por essa transformação às gerações futuras, quando afirmou na mensagem ao Congresso da Bolívia: “propongo este código, si no lo aceptáis lo lego a la posteridad”¹⁰².

⁹⁸CHAVEZ, Hugo. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la instalación de la Asamblea Nacional Constituyente”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 282.

⁹⁹CHAVEZ, Hugo. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la aprobación de la nueva Constitución Nacional”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 498.

¹⁰⁰Ibidem, p. 500.

¹⁰¹Idem. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la instalación de la Asamblea Nacional Constituyente”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 289.

¹⁰²Ibidem, p. 299.

O preâmbulo do texto constitucional anuncia uma narrativa emancipadora que valoriza tradições até então marginalizadas (ao menos, conforme o discurso chavista), incorporando-as à nacionalidade na qualidade de elementos essenciais. Por exemplo, a valorização das lutas dos povos originários na resistência contra os espanhóis e as ideias da própria guerra de independência, que teriam sido abandonadas. Diz o preâmbulo da Constituição Bolivariana que

El pueblo de Venezuela, en ejercicio de sus poderes creadores e invocando la protección de Dios, el ejemplo histórico de nuestro Libertador Simón Bolívar y el heroísmo y sacrificio de nuestros antepasados aborígenes y de los precursores y forjadores de una patria libre y soberana; con el fin supremo de refundar la República para establecer una sociedad democrática, participativa y protagónica, multiétnica y pluricultural en un Estado de justicia¹⁰³.

Deus, Bolívar e os antepassados dos povos originários e formadores da pátria são convocados para legitimar a nova ordem e inspirar os venezuelanos. Essa nova ordem, por sua vez, é caracterizada por uma democracia participativa e protagônica, uma oposição à democracia representativa. A proposta é que, na maior medida possível, o povo decida diretamente os rumos do governo, dispensando os mecanismos da representatividade. Por isso, a Constituição cria um Poder Cidadão e determina a elaboração de uma lei que regule a atuação dos conselhos comunais. “A verdadeira democracia é a democracia participativa, não a representativa”, diria Chávez no discurso dos 100 dias de governo¹⁰⁴.

¹⁰³Constituição da República Bolivariana da Venezuela. Disponível em <http://www.constitucion.ve/documentos/ConstitucionRBV1999-ES.pdf>. Acesso em 02 nov 2010.

¹⁰⁴CHAVEZ, Hugo. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de los 100 primeros días de gobierno”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 178.

Portanto, podemos apontar algumas linhas mestras que conduzem o discurso chavista e sua relação com o “bolivarianismo”: a) constatar a vigência do passado, a presença da Revolução de Independência na atual Revolução Bolivariana; b) enfatizar que o projeto dos libertadores foi traído e, portanto, permanece sem uma conclusão, ou melhor, exige essa conclusão para que a história supere as questões não resolvidas nos 168 anos que separam a morte de Bolívar da nova Constituição (Bolivariana); c) Admitir que a Venezuela vive uma crise moral profunda, célula de todos os outros braços da crise (políticos, econômicos e sociais), cujo cerne é a não realização do compromisso da Revolução dos próceres; d) Combater essa crise e solucionar definitivamente as questões deixadas em aberto na história através da retomada das ideias de Bolívar, de suas elaborações para a construção do estado livre na América. Tais ideias, que Chávez considera base de uma República popular, democrática, que garante o máximo de felicidade aos cidadãos, contrária às discriminações advindas da colônia e preservadas pela “oligarquia”, constituem os princípios maiores da nova Constituição venezuelana.

Todas essas diretrizes são atinentes à dinâmica interna da Venezuela. Falta, ainda, um discurso que expresse a expansão além fronteiras nacionais dessa doutrina, já que todo o projeto de Bolívar estava amparado na concepção de unidade dos povos então recém-emanipados do Império Espanhol. A conversão da unidade de fato em unidade política, que Bolívar intenta mais claramente no Congresso do Panamá (sem sucesso), é pressuposto e não desdobramento do pensamento do Libertador. Portanto, se é natural que o presidente Chávez se preocupe com o povo de seu país, seus eleitores (então na expectativa do cumprimento das promessas de redenção que embalaram a campanha), é também natural que ele apresente também a bandeira da unidade como um projeto da nova República e dos bolivarianos.

Já vimos que ele encerra seu discurso de posse clamando pela construção dessa unidade. Também aqui, o projeto da independência fora derrotado e abandonado incompleto. Contudo, sua realização continua necessária, dada a realidade de um mundo dividido em blocos poderosos, no qual países isolados seriam fortes candidatos a perder sua soberania. No discurso de seus 100 dias de governo, ele retoma a questão e afirma a vigência da bandeira lançada por Bolívar no Congresso do Panamá e nota que a globalização pretende varrer do mapa os países latino-americanos. Em suas palavras:

O nosotros nos unimos o nosotros nos hundimos, he dicho por todo el Continente. La bandera de Integración Bolivariana, la bandera de la anfictionía, aquélla que nació en Panamá, en el Congreso de Panamá, bajo el signo de Bolívar, ahora es cuando tiene vigencia verdaderamente. Ahora más que nunca antes, en la historia de los siglos, ante el mundo globalizado que pretende barrernos del mapa, globalicémonos sí, pero empecemos por nosotros mismos, para poder enfrentar o para poder entrar en ese juego del mundo multipolar que ya se levanta sobre el siglo XXI que amanece.¹⁰⁵

Dessa forma, Chávez convoca a unidade dos povos do continente, assim como fez Bolívar, e se apresenta como o arauto da integração. A realização do projeto dos libertadores não deve se limitar às fronteiras dos estados da região e, por isso, a tarefa histórica que Chávez atribui aos venezuelanos se estende também a todos os povos do que hoje chamamos de América Latina.

¹⁰⁵CHAVEZ, Hugo. “Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de los 100 primeros días de gobierno”. In: _____. *1999 - Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005, p. 184.

Interpretações em torno do bolivarianismo
O “culto a Bolívar”, apoiadores e críticos de Chávez

*“Naquele dia, ouvi pela primeira vez algo que ouvira tantas
vezes nas viagens que fizemos pela Venezuela:
‘Chávez, você é Bolívar reencarnado’”.*

Nicolas Maduro

Como explicar a aceitação popular, medida pelos resultados das urnas, do discurso chavista? As respostas geram controvérsia. Procuraremos apresentar neste capítulo algumas interpretações que nos auxiliam na busca por uma resposta. Com isso, pretendemos localizar o problema na sua especificidade venezuelana, por meio de autores que trabalham com o conceito de “culto a Bolívar” (em especial, o criador desse conceito, Germán Carrera Damas), para depois apresentá-lo no plano geral do continente. Nossa intenção é demonstrar, acompanhando o pensamento de Carrera Damas, que já existia na Venezuela, antes de Chávez, um culto oficial a Bolívar promovido desde o Estado, além de uma vertente popular desse culto que, ao mesmo passo em que caminhava ao lado do culto oficial, construía uma visão própria do passado e do herói, condicionada por sua posição social. A nosso ver, Chávez vence as eleições não com o voto da antipolítica, mas por se comunicar diretamente com os anseios da camada majoritária da população do país, que depositava em Bolívar (e, por consequência, em um novo Bolívar) sua esperança de romper com a situação de pobreza. Pode-se dizer que o próprio Chávez é criado por essa vertente popular do culto a Bolívar, na mesma medida em que, dialeticamente, dela tornar-se-á criador.

Por outro lado, Chávez também está inserido em uma “matriz discursiva latinoamericanista”¹⁰⁶ que remonta à Independência. Não é exclusiva dele a bandeira bolivariana da unidade. Na história da América independente, mais de um líder político, militar, pensador, etc, reivindicou Bolívar e conclamou pela realização do projeto bolivariano. Sendo assim, Chávez se soma a eles dando uma nova forma também a essa projeção continental que alcançou a obra do Libertador. Esboçaremos uma tentativa de interpretação da receptividade desse discurso em nossas Considerações Finais, recorrendo ao pensamento do filósofo mexicano Leopoldo Zea e à projeção política continental concreta do bolivarianismo de Chávez: a *Alianza Bolivariana Para Los Pueblos de Nuestra América*, a ALBA. Mas, ainda neste capítulo, apresentaremos algumas reflexões que nos auxiliam a entender essa atualidade de Bolívar na América Latina.

O culto a Bolívar

Na Venezuela, o primeiro autor a trabalhar com essa presença do Bolívar mítico no imaginário político foi Germán Carrera Damas¹⁰⁷, em estudo publicado em 1969. Antes dele, é necessário dizer, houve historiadores que se debruçaram sobre a vida e a obra do Libertador, deixando inclusive sua parcela de contribuição também ao Bolívar mítico, como Larrazábal e Vicente Lecuna. Mas é com Carrera Damas que se inicia uma nova abordagem do tema e a construção do conceito de “culto a Bolívar”. Aliás, Carrera Damas critica a historiografia do período por considerá-la excessivamente elogiosa e por tomar como fonte única e “verdadeira” a avaliação que o próprio Bolívar fez de sua vida e do contexto político de sua

¹⁰⁶ Cf. ARNOUX, Elvira Narvaja de. *El Discurso Latinoamericanista de Hugo Chávez*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008, p. 42.

¹⁰⁷ CARRERA DAMAS, Germán. *El culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en Venezuela*. Caracas: Instituto de Antropología e Historia – Universidad Central de Venezuela, 1969.

época. O testemunho do Libertador é o preferido pela historiografia e, por isso mesmo, não existiriam condições para que fosse intentado um esboço da figura histórica de Bolívar, apartada do mito. Como diz Carrera Damas, o estudo histórico

[...] duerme en los archivos, en forma de los incontados documentos de todo orden que permitirían, como ya deberían haberlo permitido, la reconstrucción del cuadro histórico, si a esos documentos se les hubiese dedicado siquiera una parte de la atención, el cuidado y el estudio que se han prodigado a los documentos bolivarianos¹⁰⁸.

Por isso mesmo, o autor adverte que não pretende delinear a figura histórica de Bolívar em contraste com a figura construída pelo culto, mas sim compreender o surgimento e razão desse culto dada a constatação de que “es imposible dar un paso por la vida venezolana sin tropezar con la presencia de Bolívar”.¹⁰⁹ Conceituando o que chama de “culto a Bolívar”, Carrera Damas explica que

[...] por culto a Bolívar entendemos la compleja formación histórico-ideológica que ha permitido proyectar los valores derivados de la figura del Héroe sobre todos los aspectos de la vida de un pueblo. No es nuestro propósito indagar acerca de la consistencia de los méritos que recomiendan al Héroe para ser objeto de culto. Circunscribimos nuestra atención a las condiciones en que se gestó el culto, a sus manifestaciones y al sentido que se le ha dado históricamente¹¹⁰.

De acordo com o autor, “sucede con la figura histórica de Bolívar igual con la de todos los grandes soldados, santos y estadistas: yace bajo un impresionante túmulo de lucubraciones, ficciones y incluso consejas, poco menos que imposible de remover”¹¹¹. Esse impressionante túmulo é apreendido a partir de uma moral maniqueísta, na qual Bolívar surge como a encarnação do Bem enquanto seus opositores (de sua época e do tempo “presente”) seriam o próprio Mal. Bolívar é “caminante y guiador”, “caudillo incomparable”, “caudillo

¹⁰⁸ CARRERA DAMAS, Germán. *El culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en Venezuela*. Caracas: Instituto de Antropología e Historia – Universidad Central de Venezuela, 1969, p. 83.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 19.

¹¹⁰ Loc. cit.

¹¹¹ Ibidem, p. 39.

milagroso”, “genio perfecto”, “perfecto representante esporádico de su raza, de todas las razas”, “el Héroe”, “san Simón Bolívar”, conforme citações que o autor faz de obras que discutem o Libertador de forma a exaltar sua vida e seu legado. Por outro lado, e em menor número de adeptos, também há o extremo oposto da construção de uma imagem negativa de Bolívar, apresentando-o como um homem autoritário, um caudilho personalista bem distante dos ideais republicanos que a revolução de independência pretendeu consolidar (ao menos em seus programas¹¹²). Assim, mesmo na historiografia, os textos sobre Bolívar oscilam desde a adesão simples e militante até a crítica veemente: “una dualidad cuyas implicaciones distan mucho de restringirse a los límites de la indagación historiográfica o de la especulación literaria, y son cabalmente fuerzas actuantes en un presente conflictivo”¹¹³. O Bolívar “auténtico”, segundo Carrera Damas, permaneceria encoberto.

Teria, portanto, se constituído na Venezuela uma religião cívica: o bolivarianismo, que inclusive repete o rito tradicional católico. Luis Castro Leiva, intelectual crítico de Bolívar e de sua “herança”, anos mais tarde, ironizaria a apropriação das imagens católicas para a consagração dos generais da independência que, ao menos durante a fase inicial das guerras de emancipação, tinham na Igreja um de seus mais poderosos inimigos. Lembra Castro Leiva que a construção do Panteão Nacional, com a estátua de Bolívar ao centro, ladeado por outras figuras de heróis da independência, repetem a disposição das imagens de Cristo e dos apóstolos nas igrejas do país, numa clara associação do culto cívico às formas consagradas de religiosidade¹¹⁴.

¹¹² ROMERO, José Luis; ROMERO, Luiz Alberto (orgs.). *Pensamiento Político de la Emancipación (1790-1825)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, volumes 23 e 24, 1985.

¹¹³ CARRERA DAMAS, Germán. *El culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en Venezuela*. Caracas: Instituto de Antropología e Historia – Universidad Central de Venezuela, 1969, p. 40.

¹¹⁴ CASTRO LEIVA, Luis. *De la Pátria Boba à Teología Bolivariana*. Caracas: Monte Ávila, 1984.

Voltando a Carrera Damas, uma vez que há esse culto, cabe perguntar o porquê de seu surgimento e de sua perseverança. Explica o autor que “dicho culto ha constituido, en propiedad de términos, una necesidad histórica, sin que por ello deba entenderse más de lo que el concepto de necesidad pueda expresar en el orden histórico. Su función ha sido la de disimular un fracaso y retardar un desengaño, y la ha cumplido satisfactoriamente hasta ahora”¹¹⁵.

Mais uma vez, a explicação está na independência não “concluída”. A República de liberdade, igualdade e fraternidade, prometida pela revolução de emancipação, não se concretizou nos estados que emergem. Ao não receber o que esperava da vitória, o povo, como entende Carrera Damas, vivencia um fracasso que os “ideólogos de la burguesia terrateniente y comercial” convertem em promessas a serem realizadas no futuro, de forma que a necessidade histórica do culto a Bolívar seria composta por três linhas fundamentais: a) A necessidade de um fator de unidade nacional; b) A necessidade de um fator que legitime o governo, que cumpra o papel de inspiração política; c) A necessidade de um fator que aponte para a superação nacional, sendo que o bolivarianismo cumpre a função de uma “religião” da perfeição moral e cívica do povo. O culto, construído desde o Estado, teria uma função de conservação da ordem: unidade nacional, legitimidade do Estado e mandamento de conduta se coadunariam em torno da celebração religiosa do Libertador.

Portanto, há o “Bolívar-arquiteto”, construtor de uma grande obra dotada de dimensões sobre-humanas, sendo que os homens que o sucederam no poder não estariam à altura da grandeza do Libertador. Há também o “Bolívar juiz e censor”, que teria dado a liberdade aos venezuelanos e que vigia sua obra e a atuação dos que a atacam. Liberais ou conservadores, opositores ou oficialistas, esquerda ou direita, todos invocam essa imagem

¹¹⁵ CARRERA DAMAS, Germán. Op. cit.

do Bolívar que contempla a Venezuela e condena os que se desviam daquilo que ele construiu e ideou. E ainda há um “Bolívar consolador”, à medida que mostra que o povo venezuelano foi capaz de glórias no passado. É a vigência do que Carrera Damas chama de “seremos porque já fomos” – e talvez esse “consolo” não cumpra exatamente um papel consolador, já que denota também uma concepção aflitiva do vivenciar histórico. Sob o exemplo grave de Bolívar, caberia aos venezuelanos atingir a mesma perfeição do Pai da Pátria¹¹⁶.

O início do culto se deu com a repatriação dos restos mortais de Bolívar, enterrado na Colômbia, onde faleceu em 1830. José Antonio Paez, presidente do país e general das guerras de independência, teria utilizado esse ato (sempre conforme a reflexão de Carrera Damas), como uma maneira de legitimar a convocação pela união nacional em torno de seu governo – lembrando que a região foi marcada por guerras civis e instabilidade política. O dever dos venezuelanos é construir a República, com ordem, assim como teria desejado o mais nobre de todos os nascidos naquela pátria, Simón Bolívar. Discursando naquele ato, Paez afirma: “nos resta, sin embargo, un deber: consagrar al Libertador el monumento más digno de su gloria: la consolidación de las instituciones de Venezuela por la sabiduría de los legisladores, por la prudencia de la administración ejecutiva, por la ilustración del pueblo, por la unión de todos los venezolanos”¹¹⁷. Então, é preciso realizar o legado de Bolívar, concluimos nós. Mas como explicar por que esse legado nunca se realiza? De todo modo, a vida política venezuelana seria marcada por momentos de desalento e inconformidade. O povo venezuelano, os intelectuais, os políticos, entre outros setores, expressam sua insatisfação e suas dúvidas quanto a seu destino. Porém, isso não o impede de buscar soluções e é na existência dessa busca que o culto a Bolívar se enraíza.

¹¹⁶ Essa discussão se desenvolve com mais atenção por Carrera Damas no capítulo IV de sua obra citada no texto.

¹¹⁷ CARRERA DAMAS, Germán. *El culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en Venezuela*. Caracas: Instituto de Antropología e Historia – Universidad Central de Venezuela, 1969, p.58.

Ao lado do culto oficial surge outro, popular, que se relaciona com o culto estatal, mas não tem o mesmo grau de racionalização, ficando mais centrado no terreno da fé. Carrera Damas acredita que houve uma transformação não imaginada na qual um culto para o povo se converteu em um culto do povo e, nessa vertente, existiria um potencial transformador. Ao cultuar Bolívar, o povo passa a cultuar a si mesmo, valorizando sua memória de um passado de lutas por direitos. O sentimento popular encontra em Bolívar a imagem símbolo de seu protesto, eleição que “tiene la virtud de condensar un programa de lucha que de otra manera podría ser ardua tarea la de inculcarlo a una conciencia popular analfabeta y difícilmente accesible en una Venezuela semi-primitiva”, nas palavras de Carrera Damas¹¹⁸. O povo não cultuaria o Bolívar construtor da ordem, mas o Bolívar libertador dos escravos e chefe dos exércitos populares. O problema aqui, conforme o autor, vem do uso corriqueiro que “más de un demagogo” fez desse culto, “usando y abusando de este sentimiento popular, apoyando en él su política o derivando de él algo de su prestigio para sus posturas desacostumadas de brillo propio”¹¹⁹. De qualquer maneira, é importante frisar que sobrevive, ao lado do culto estatal, uma vertente popular que tem em Bolívar um símbolo para as suas lutas por transformações.

É de Yolanda Salas de Lecuna, historiadora venezuelana, a coordenação de uma pesquisa sobre essa vertente popular do culto ao Libertador. Ou melhor, nos termos usados por ela, uma pesquisa sobre a maneira pela qual a memória coletiva apresenta Bolívar¹²⁰. A obra consiste em um trabalho de história oral, no qual os entrevistados representam diferentes setores da sociedade e respondem perguntas sobre o seu próprio passado (e o de sua comunidade) e sobre sua visão de Bolívar e das guerras de independência. O testemunho oral

¹¹⁸ CARRERA DAMAS, Germán. *El culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en Venezuela*. Caracas: Instituto de Antropología e Historia – Universidad Central de Venezuela, 1969, p. 224.

¹¹⁹ Ibidem, p.225

¹²⁰ LECUNA, Yolanda Salas de; VILORIA, Norma Gonzalez; VELASQUEZ, Ronny. *Bolívar y la Historia en la Conciencia Popular*. Caracas: Universidad Simón Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1987.

é interpretado aqui como uma manifestação determinada pelo entorno social e cultural do entrevistado, podendo representar uma forma de construção e invenção de identidades e memórias coletivas. Os discursos das camadas mais pobres da sociedade, aos quais Carrera Damas atribuía um culto a Bolívar com características bem diferentes do culto oficial, são originados à margem do poder central e se confundem com outras referências sagradas desses grupos. Assim, essa população empobrecida e negligenciada produz um referencial que mescla bolivarianismo e cristianismo. Imagens como “renascimento” e “ressurreição”, trazendo de volta a Pátria “sagrada”, estão presentes no discurso chavista. A entrada em vigor da Constituição de 1999, bolivariana por princípio, seria a ressurreição da Venezuela de Bolívar, deus cívico, comparado a Jesus em diversos testemunhos recolhidos.¹²¹

Mas, retomando a explicação de Salas de Lecuna, antes de passar aos resultados da investigação, a autora conceitua “consciência histórica coletiva” (seu objeto de pesquisa) como a forma pela qual um determinado grupo recorda e atribui significados à sua história, expressando-se por meio de textos, músicas, arquétipos culturais e outras formas de representação que se formulam em palavras e imagens. Assim, o homem é visto nessa abordagem, que se baseia no conceito de cultura de Clifford Geertz, como um ser imerso em uma multidão de significados.

Dentre as consciências históricas coletivas formuladas, a popular é eminentemente mitológica. A história do país e a história sagrada se fundem no imaginário popular, do qual emerge um Bolívar dotado de poderes sobrenaturais (o que marca também a prática do candomblé, para não dizer que esse imaginário se refere apenas ao cristianismo). Bolívar, como Cristo, conforme se conclui nas entrevistas, possui uma missão redentora, de origem

¹²¹ LECUNA, Yolanda Salas de. “La dramatización social y política del imaginario popular: el fenómeno del bolivarianismo en Venezuela”. In: MATO, Daniel (org.). *Estudios Latinoamericanos sobre Cultura y Transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Clacso, p. 204.

divina: libertar o povo da opressão em que vive. As ideias de “liberdade” e “opressão” deixam seu contexto original de luta contra a Espanha, no qual eram dotados de significados claros – oposição entre colônia e independência – para atingir outra dimensão, na qual seu sentido é recriado pela memória popular coletiva. Por “opressão” se entende a condição de vida do povo empobrecido, sendo “liberdade” o rompimento com o domínio dos mais fortes e a melhoria daquelas condições. Explica Salas de Lecuna que

La preponderancia de esta dimensión social y humana, aunada a la misión redentora y libertadora de ese Bolívar sacralizado, fundamenta la razón de su permanente vigencia en la sociedad venezolana. Hoy en día, desde el más allá, el héroe sigue ejerciendo sus poderes para proteger y velar por las necesidades de un conglomerado que todavía se siente desprotegido”¹²².

Esse sentimento abre espaço para uma crença messiânica, para a esperança no retorno de “Bolívar”, protetor dos pobres. “Só outro Bolívar poderia nos salvar”, foi uma das frases mais repetidas pelos entrevistados na pesquisa que Salas de Lecuna realizou nos anos de 1980.

Portanto, a vertente popular do culto, intuída por Carrera Damas, foi objeto do estudo da pesquisadora, que inovou ao se utilizar da metodologia da história oral. Essa vertente interage com o culto oficial, mas cria sua significação própria por surgir nas camadas sociais mais pobres e excluídas. Sua expressão é conceituada por Salas de Lecuna como “consciência mitológica” e abre ao pesquisador a possibilidade de investigar a forma pela qual essa memória coletiva se representa na história e, mais ainda, a forma pela qual atualiza o tempo histórico na sua vivência cotidiana.

¹²² LECUNA, Yolanda Salas de; VILORIA, Norma Gonzalez; VELASQUEZ, Ronny. *Bolívar y la Historia en la Conciencia Popular*. Caracas: Universidad Simón Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1987, p. 204.

Outra vertente, chamada pela autora de “consciência épica”, é a das classes mais ricas. A pesquisa mais detida sobre essa faixa privilegiada é posterior ao *Bolívar y la Historia en la Conciencia Popular* e aparece em um artigo intitulado *La Conciencia Épica en la Narrativa Oral de los Vencidos y de los Vencedores*¹²³. Para os “vencedores”, a história surge como uma memória de grandes feitos. Os entrevistados narram a história de suas famílias, contam feitos de parentes que ocuparam altos postos no Estado, alguns inclusive personagens das guerras de independência. A ideia central coletada nesses depoimentos é a alegada vinculação/ascendência a castas de guerreiros (mais precisamente, comandantes) ou intelectuais. O exercício da guerra e o prestígio intelectual, vinculado à consolidação do Estado, são valores narrados como expressões de prestígio e poder.

Por outro lado, a memória dos vencidos, os que esperam a vinda de alguém igual a Bolívar para trazer a liberdade e a justiça, é marcada por relatos de constantes fugas, debandadas por conta da pobreza ou da dependência de um ou outro membro da elite. O épico dessas narrativas não está em grandes vitórias nas guerras, mas sim na cotidiana tarefa de sobreviver apesar das dificuldades encontradas. Os “vencidos” não contam façanhas, mas vicissitudes.

Trata-se de dois grupos que veem a si mesmos e à história de maneiras diferentes. Na interpretação de Salas de Lecuna, a recepção popular mitológica de Bolívar, dotada de forte apelo messiânico, somada à narrativa épica e guerreira dos “vencedores”, fundadores do estado e políticos pela força aristocrática de suas famílias, leva à aceitação do caudilho. Esse tipo de líder, identificado como herói civilizador, se legitimaria por surgir à imagem e encarnação de Bolívar. Nesse espaço de receptividade, Chávez teria crescido após a rebelião

¹²³ Idem. *La conciencia épica en la narrativa oral de los vencidos y de los vencedores*. Disponível em www.lacult.org/docc/ora_01_conciencia.doc. Acesso em 13 abr 2010.

de 1992, quando passa a ser visto como um bolivariano disposto a sacrificar a vida pela salvação da pátria.

Podemos abordar a questão também sob uma perspectiva mais ampla, inserindo-a na história do continente. Um autor que nos fornece chaves de interpretação para tanto é Javier Ocampo López, pesquisador de história das ideias. Ele apresenta como problema central no seu campo o fato de vigerem na América Latina duas formas diferentes de se vivenciar o tempo. A primeira, vinda dos povos originários, seria uma temporalidade cíclica, enquanto a segunda, que aqui desembarca com os conquistadores europeus, seria linear-histórica. Por isso, os mitos e crenças latino-americanos, produto das diversas etnias que aqui travam contato, compõem um quadro heterogêneo e desafiador, além de importante no entendimento do desenvolvimento histórico das sociedades latino-americanas, mais precisamente nos seus momentos de transformação¹²⁴.

Os mitos e as crenças refletem a objetivação de forças vitais de grande dimensão que os povos encontram em fenômenos naturais e humanos. No caso do mito, tais forças são convertidas em “imagens” veneradas que impulsionam à ação, fazendo com que determinados personagens, ideias ou mesmo fenômenos naturais tornem-se objeto de mitificação, constituindo uma tradição forte o bastante para controlar a conduta dos indivíduos. Nas palavras de Ocampo

[...] podemos así convertir en mitos a determinados hombres caudillos que poseen un carisma o fuerza vital humana; o a determinadas ideas y conceptos que se mitifican como formas más precisas de integración política: los mitos de patria y sus símbolos, libertad, igualdad, república, revolución, pueblo modelo para el futuro, regreso al pasado, etcétera¹²⁵.

¹²⁴ OCAMPO LÓPEZ, Javier. “Mitos e creencias en los procesos de cambio de America Latina”. In: ZEA, Leopoldo (comp.). *America Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI, 1986.

¹²⁵ Ibidem, p. 414.

Em momentos de crise econômica, política e social seria comum que os povos se voltassem para um passado mitificado ou para um movimento messiânico que apontasse para um futuro de felicidade, igualdade e justiça. Nesse caso, o mito passaria a cumprir uma função transformadora.

Os movimentos sociais indígenas ou negros seriam uma expressão desse messianismo e a própria “revolução” teria se consolidado na América Latina enquanto um mito aglutinador de expectativas, como a luta pela justa distribuição dos bens, a libertação da condição neocolonial e, no plano cultural e acadêmico, a busca pela superação do eurocentrismo e pela definição de uma personalidade própria do continente frente ao mundo. Todos esses princípios estariam agrupados sob a força do mito “revolução”. Tanto as frequentes mudanças de governo por meios extra-constitucionais, que não transformaram a realidade econômica e social, quanto a vertente da “revolução total”, defendida por organizações de esquerda, apresentam a revolução com todos aqueles atributos míticos de salvação. Mais forte ainda seria o mito do caudilho como herói civilizador:

Una proyección de las fuerzas míticas alrededor del ‘salvador’ o ‘mesías’ se encuentra en el inconsciente colectivo de las masas populares de América Latina y sus actitudes ante los caudillos. El caudillo militar o político manifiesta una fuerza superior, capaz de llevar a los pueblos a la sociedad anhelada o ‘tierra sin males’; una fuerza vital carismática que irradia gran poder¹²⁶.

O caudilho se projeta por força de seu carisma e de suas atribuídas qualidades sobre-humanas, que o fazem uma pessoa extraordinária, capaz de tornar-se o depositário da esperança do povo.

Conforme Ocampo López, “algunos caudillos-héroes de la revolución de independencia y la consolidación nacional han traspasado su presencia y la vigencia de sus

¹²⁶ OCAMPO LÓPEZ, Javier. “Mitos e creencias en los procesos de cambio de America Latina”. In: ZEA, Leopoldo (comp.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI, 1986, p. 420.

ideas en los siglos XIX y XX, y su fuerza vital se ha convertido en mito nacional con función integradora de la nacionalidad”.¹²⁷ Seria esse o caso de Bolívar, principalmente na chamada “área bolivariana”, composta pelas regiões nas quais o Libertador atuou pela independência, hoje formada por Venezuela, Colômbia, Panamá, Equador, Peru e Bolívia.

Aquela justaposição entre os tempos cíclico e linear nos ajuda a compreender os conflitos em torno do uso da imagem de Bolívar, do Bolívar-símbolo, usado à esquerda e à direita. O discurso “bolivariano” remete-nos a uma concepção cíclica, na qual o próprio Bolívar retornaria para realizar sua obra, traída pelos oligarcas da Venezuela, e na qual os problemas do século XIX, de guerra pela independência, de construção de um aparato institucional capaz de garantir a soberania e a estabilidade do país, de questões sociais candentes, como a problemática em torno da definição de quem comporia o corpo de cidadãos da república nascente, estaria de novo no centro da política. Por outro lado, uma concepção histórica ataca esse uso político de Bolívar, que na Venezuela, segundo alguns autores, teria se convertido, já no século XIX, como veremos, em objeto de culto popular ou mesmo em uma religião cívica.

Em sua *História da América Latina*, Tulio Halpherin Dongui¹²⁸ apresenta uma concepção particular do tempo histórico latino-americano. Ciência do que muda, do que se transforma no tempo, aqui seria a História o estudo das permanências. A condição colonial seria o eixo da história latino-americana. Preso a um passado do qual não consegue se desvencilhar (ou libertar), o latino-americano viveria os mesmos confrontos dos homens do século XIX. Ao conquistar a independência, o continente, no caso da América de colonização espanhola retalhado em diversos países, foi submetido a uma condição neocolonial. A soberania e os projetos de uma América unida e poderosa caíram por terra tão logo as

¹²⁷ Ibidem, p. 422.

¹²⁸ HALPHERIN DONGUI, Túlio. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

independências se consumaram, assim como não foram contempladas pelos estados nascentes as demandas das camadas populares que ingressaram nos exércitos libertadores. A revolução, que se tornaria já no século XX um mito de transformação, fica como que suspensa no tempo. A vitória na guerra converte-se em uma frustração política, econômica e social, que gera tanto o sentimento de espera por uma justiça que ainda se realizaria no futuro, quanto a certeza de alguns movimentos políticos de que a obra da independência deveria ser concluída, completada, para que a América Latina atingisse as aspirações procuradas de olhos postos no porvir.

Assim, sempre marcada pela condição colonial, seja em termos político-econômicos (governos subordinados ou subservientes ante aos centros do poder mundial; economias agro-exportadoras e, no século XX, industrializações desde o Estado, criticadas por setores das elites), seja em termos culturais (notadamente, o eurocentrismo), a América Latina convive com os mesmos questionamentos deixados pelas revoluções de independência. “Hoje, 200 anos depois, ainda seguimos buscando a nós mesmos”, diria Hugo Chávez, após dois anos e meio de exercício da presidência, em conferência proferida na Sorbonne. Sendo esse cenário uma permanente crise, nos termos em que falava Ocampo López, é fecundo o terreno para a propagação de mitos. Oprimido pela condição colonial, que não teria conseguido superar, o latino-americano expressa suas aspirações no resgate dos heróis do passado, que efetivamente foram à guerra e expulsaram o dominador. As guerras civis que sucederam a independência, bem como os governos autoritários, foram responsabilidade, sob aquela perspectiva, não de um processo histórico que estivesse potencialmente contido na própria luta de emancipação, mas sim das elites *terratenientes* que derrotaram as aspirações dos verdadeiros líderes da independência. Por se tornarem isentos do resultado frustrante das guerras (do ponto de vista das massas empobrecidas que compuseram os exércitos; e em conformidade com a leitura de

Halpherin Dongui), os heróis daquela luta são promovidos a heróis do presente, cujas ideias podem construir o futuro almejado.

Não pretendemos com isso dizer que a presença de “heróis” como Bolívar seja apenas uma manifestação mitológica ou acrítica. Tampouco dizer que o uso de Bolívar como símbolo das lutas do presente só se torna possível na medida em que se afasta toda e qualquer leitura histórica do que propôs o Libertador em sua época. Muitos projetos se baseiam no que Bolívar pensou e escreveu concretamente, defendidos ao largo desses quase 200 anos desde as guerras contra o Império Espanhol, como a proposta integradora de Francisco Bilbao, no Chile do XIX, ou o integracionismo aprista de Haya de la Torre, no XX, para citarmos apenas dois exemplos. O importante é frisar que se há um pensamento bolivariano, cujas matrizes podem ser utilizadas na construção de projetos políticos do presente, há também uma dimensão do imaginário, construtora do Bolívar “caudilho libertador”, que ainda completará sua tarefa messiânica de libertação. Se há um Bolívar “histórico”, pensador da política, autor de uma obra volumosa e valiosa, há também um Bolívar mítico, capaz de congrega as mais elevadas qualidades humanas e as aspirações populares por justiça social.

Outros discursos bolivarianos

Os bolivarianos interpretam o processo do qual são partícipes como único e até mesmo exemplar para todos os povos do mundo. A mensagem de Bolívar (democrática, igualitária, na visão deles) não seria exclusiva dos venezuelanos, mas dirigida a todos os povos do mundo em luta contra o imperialismo. Francisco Pídival já havia afirmando, nos anos 1970, que

Bolívar seria o precursor da luta anti-imperialista¹²⁹, o que é repetido pelos partidários de Chávez.

Dentre os partidários de Chávez, William Izarra apresenta a “Revolução Bolivariana” como um confronto entre uma doutrina revolucionária, cuja base é a democracia direta, a participação *protagônica* do povo no poder, e a democracia representativa, vista como mera farsa que, na prática, fez perpetuar a corrupção do Puntofijismo. Ecoa aqui a visão chavista do Libertador enquanto teórico da democracia direta e popular. Após definir ideologia como um “sistema de creencias, valores e ideas, que explican y legitiman el orden político-social de una realidad determinada, comunes a un conjunto de personas que viven dentro de una sociedad”¹³⁰, ele afirma que a construção de uma ideologia (no sentido de matriz de pensamento) não se faz do todo para as partes, mas sim a partir de uma perspectiva individual. Os dados observáveis por cada um deixam de ser elementos abstratos e se convertem em juízos que formam uma representação da realidade, convertida em modelo, em ideologia, em pensamento e anseio coletivo. A ideologia é, assim, a base que sustenta qualquer projeto.

Os bolivarianos pretendem, conforme Izarra, formular novos juízos e sustentar um novo modelo, cujas raízes estão na obra de Simón Bolívar, que, conforme vimos em Chávez, é entendido como o autor de um projeto adequado aos venezuelanos e à América. A ideologia bolivariana pretende consolidar-se como a base fundamental da sociedade, sustentando assim um projeto político que substituiria a democracia representativa do passado (vista como forma de dominação das cúpulas do poder sobre o coletivo) por uma nova democracia. “La democracia representativa se fundamenta en la representación del pueblo. Por el contrario,

¹²⁹ PIDIVAL, Francisco. *Bolívar – Pensamiento Precursor del Antiimperialismo*. Cuba: Casa de las Américas, 1977.

¹³⁰ IZARRA, William. “Orígenes y fundamentos ideológicos de la Revolución Bolivariana”. In: *Para Comprender la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ediciones de la Presidencia, 2004, p. 11-24, p. 12.

una revolución no tiene representantes, solo voceros”¹³¹, diz. No mesmo sentido, Haiman el Troudi também defende a participação popular no governo como meta principal dos bolivarianos, já que “la gente es mejor planificadora que el mejor planificador del gobierno”¹³².

Aristides Medina Rubio, outro bolivariano, lembra o nome original do movimento (Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 – MBR-200) e afirma que já ali ficava refletida verdadeiramente a filiação ao pensamento do Libertador, que, mais que uma menção, era um resgate. Para Rubio, nas últimas três décadas do século XX, teria ocorrido um processo de destruição do ideal bolivariano, uma destruição da base da ideologia do venezuelano. Em suas palavras, “esos destruidores fueron alejando a Bolívar y al pensamiento bolivariano consecutivamente de nosotros, hasta casi lograr que Bolívar se convirtiera en un proscrito en la historiografía venezolana”¹³³. O ideal do Libertador é apresentado como o alvo de uma tentativa deliberada de destruição por parte de seus opositores. O consórcio político derrotado nas eleições de 1998 procurou, na visão de Rubio, afastar do povo e da história o pensamento revolucionário de Bolívar, não se limitando apenas em convertê-lo em uma inofensiva estátua de praças públicas, mas sim o proscrevendo da história. Proscrito foi Bolívar em 1830, condenado ao desterro. Proscrito estaria novamente até a vitória de Chavez em 1998. “Felizmente”, prossegue Rubio, “el movimiento MBR-200 comenzó la reaparición de Bolívar y su pensamiento en la ideología, en la cotidianeidad, en fin, en el ideario de los venezolanos”¹³⁴.

¹³¹ IZARRA, William. “Orígenes y fundamentos ideológicos de la Revolución Bolivariana”. In: *Para Comprender la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ediciones de la Presidencia, 2004, pp. 11-24, p. 16.

¹³² TROUDI, Haiman el. “Orígenes y fundamentos ideológicos de la Revolución Bolivariana”. In: *Para Comprender la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ediciones de la Presidencia, 2004, pp. 25-38, p. 16.

¹³³ RUBIO, Aristide Medina. “Orígenes y fundamentos ideológicos de la Revolución Bolivariana”. In: *Para Comprender la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ediciones de la Presidencia, 2004, pp. 39-48, p. 40.

¹³⁴ RUBIO, Aristide Medina. “Orígenes y fundamentos ideológicos de la Revolución Bolivariana”. In: *Para Comprender la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ediciones de la Presidencia, 2004, p. 39-28, p. 40.

Gaspar E. Velásques M. procura localizar a origem histórica e social desse “resgate” do Libertador. Segundo ele, o levante popular conhecido como Caracazo, de 1989, evidenciou a falta de democracia no país e mostrou que o povo desejava uma transformação das estruturas de poder. Posteriormente, a globalização neoliberal, patrocinada pelos EUA, provocou o desmonte do Estado e ampliou a repressão para tentar conter a reação popular. O quadro de crise econômica, a pobreza, a ausência de um Estado interventor e a falta, enfim, de espaços realmente democráticos teria preparado o caminho para o retorno de uma ideologia revolucionária do passado: o bolivarianismo, que enfrentou e derrotou um Império. A resposta foi a “Revolução Bolivariana”, cuja característica principal seria a originalidade, não só na Venezuela como no mundo:

La actual Revolución Bolivariana no es una lucha étnica, territorial o secesional, no es religiosa, tribal, es una revolución genuina por su esencia y por su forma, es una Lucha de Clases, pues en definitiva, es una revolución derivada de una Crisis Revolucionaria, donde los de abajo no quieren que siga gobernando la oligarquía y la oligarquía no está en capacidad de imponer su opresivo poder sobre los de abajo. Esto es lo que la distingue y la hace única en el mundo a la Revolución Bolivariana, e incluso, por encima de los conflictos que se dan en el Medio Oriente. Y veamos así la magnitud de lo que significa nuestro proceso revolucionario, es decir, que está en el ojo del huracán, la Revolución Bolivariana es la que demarca las contradicciones entre el imperio y los pueblos, es la que marca la contradicción entre el capital y el trabajo, es la que demarca la contradicción entre la lucha por la libertad y autodeterminación de los pueblos y la sumisión. En ese sentido lo dicho ubica el carácter universal de nuestra revolución bolivariana”¹³⁵

Velásquez também apresenta Bolívar como um pensador revolucionário. Segundo ele, Bolívar defendeu a participação popular no governo, o que pode ser atestado por uma declaração do Libertador em Cúcuta, em 1821: “no puede haber República donde el pueblo no estea seguro del ejercicio de sus propias facultades”. Bolívar seria ainda um revolucionário, afirmando, por exemplo, no Discurso de Angostura que “un gobierno es revolucionario en la

¹³⁵ VELÁSQUEZ, Gaspar. “Orígenes y fundamentos ideológicos de la Revolución Bolivariana” . In: *Para Comprender la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ediciones de la Presidencia, 2004, p. 49-66, p. 51.

medida en que es eminentemente moral y en la medida en que es eminentemente popular”¹³⁶.

Assim, também aqui o Libertador é apresentado como um defensor da democracia participativa, protagonizada pelo povo em todas as etapas da decisão política.

Carlos Escarrá Malavel, jurista e deputado constituinte, em apresentação à obra de outro apoiador de Chávez, o sociólogo Heinz Dieterich, procura demonstrar as raízes do pensamento de Bolívar que, por sua vez, influenciariam o presente¹³⁷. Para ele, Bolívar recebeu influência do socialismo utópico e, por isso, centrou seu pensamento nos eixos igualdade, liberdade e suprema felicidade social. Bolívar desenvolveu sua obra preocupado em vinculá-la às condições concretas com as quais se defrontava, mais especificamente com o povo a quem dirigiu sua obra. Por isso, Malavel afirma que ser bolivariano é, antes de mais nada, ser consciente de que a verdade só pode residir no povo e não em respostas alheias e distantes.

Aprofundando seu raciocínio, Malavel conclui que a obra de Bolívar se localiza entre o socialismo utópico e o científico, contendo elementos desses dois pensamentos, e que a obra ideada pelo Libertador para a América era a construção do socialismo. Por comentário nosso, cabe lembrar que esse livro de Dieterich apresentado por Malavel é escrito após Chávez proclamar o caráter socialista da revolução. Se antes Bolívar era o legitimador da democracia popular direta e outras bandeiras que então embalavam o chavismo, agora, ampliado o caráter da revolução, Bolívar passa a ser pai do socialismo na América. Como símbolo, referência apreendida por todos, o Libertador legitima o “socialismo do século XXI”, sendo apresentado até mesmo como um de seus autores, assim como no passado

¹³⁶ VELÁSQUEZ, Gaspar. “Orígenes y fundamentos ideológicos de la Revolución Bolivariana”. In: *Para Comprender la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ediciones de la Presidencia, 2004, p. 49-66 e 58.

¹³⁷ MALAVAL, Carlos Escarrá. “Presentación – a manera de diálogo con el autor”. In: DIETERICH, Heinz. *Hugo Chávez y el Socialismo del siglo XXI*. Disponível em <http://www.rebelion.org/docs/55395.pdf>, p. XIII-XXX. Acesso em 25 ago 2010, p. XVIII.

legitimara, contraditoriamente, uma ditadura como a de Juan Vicente Gómez. Evidentemente, os bolivarianos reivindicam para si a interpretação correta da obra do Libertador, enquanto acusam os opositores de a macularem. Não é o caso, aqui, de discutir se alguém tem razão, se Bolívar era o conservador filho de uma elite crioula ou se um revolucionário socialista, mas apresentar as múltiplas formas de apropriação da imagem de um personagem histórico (que, aliás, não foi unanimidade nem em sua época).

Prosseguindo, Malavel afirma que Bolívar foi o precursor “de la dialéctica histórica, del movimiento de movimientos, del ataque a la propiedad como derecho individual y del establecimiento de forma de igualdad y felicidad social bajo parámetros realizables”¹³⁸. Cita uma frase que Bolívar teria dito em Quito, em 1825, como apoio à sua tese: “la igualdad entre los ciudadanos es la base de la constitución de la República”. Portanto, conforme a interpretação de Malavel, Bolívar visava a um estado que se destinasse à construção do bem comum e da felicidade de todos. Por sua concepção igualitária de justiça, o Libertador aboliu a escravidão e defendeu os direitos dos indígenas às terras que habitavam, decretando em 1820 que “se devolverá a los naturales, como propietarios legítimos, todas las tierras que formaban los resguardos según sus títulos, cualquiera que sea el que aleguen para poseerlas los actuales tenedores”¹³⁹.

Oposição acadêmica ao Bolívar de Chávez

A crítica acadêmica (que muitas vezes não se contém em seus limites e extrapola para a crítica política) relativiza a novidade quanto à presença de Bolívar no debate político, como

¹³⁸ MALAVÉ, Carlos Escarrá. “Presentación – a manera de diálogo con el autor”. In: DIETERICH, Heiz. *Hugo Chávez y el Socialismo del siglo XXI*. Disponível em <http://www.rebellion.org/docs/55395.pdf>, p. XIII-XXX. Acesso em 25 ago 2010, p. XVIII.

¹³⁹ Ibidem, p. XIX.

já vimos, e mesmo quanto ao seu reivindicado teor revolucionário. A historiadora María Elena González Deluca afirma que a primeira experiência de uso do passado e de uma criação de uma história ficcional a serviço da política já vem da independência, sendo seguida por diversas outras. Em suas palavras,

[...] la deformación del pasado con fines políticos es una práctica tan antigua que se confunde en el tiempo con la historia misma en sus dos acepciones (...) en Venezuela el pasado ha sido siempre una cantera explotada sin reservas, y también sin muchos escrúpulos, para apoyar los más diversos argumentos políticos en función de estructuras de poder¹⁴⁰.

Para ela, apesar de antiga, a questão exige um novo e mais atento olhar, devido ao projeto chavista que apresenta como suporte teórico de sua doutrina uma releitura do passado que, no entender de Deluca, converte a história em doutrina revolucionária, provocando a desintegração da história como disciplina acadêmica científica e mesmo como memória nacional compartilhada. Bolívar teria se tornado instrumento de um grupo político específico, excluindo da nacionalidade todos os que não aceitem a sua leitura de Bolívar. Ela também afirma que o personalismo é uma tradição venezuelana, com a história muitas vezes sendo reduzida a relatos das façanhas de grandes líderes, desde os da independência até os caudilhos como Cipriano Castro ou Vicente Gómez. Porém, “en las seis últimas décadas” – (acrescentamos nós o que a autora não enfatizou: durante a vigência do Puntofijismo), o personalismo teria ficado atenuado devido ao papel predominante dos partidos políticos. Criticando a vertente que considera o chavismo uma corrente política que afirma o protagonismo popular na cidadania e na história, Deluca entende que com Chávez, a narrativa da história centrada na ação de indivíduos teria voltado à tona, construindo uma visão do

¹⁴⁰ DELUCA, María Elena González. Historia, usos, mitos, demonios y magia revolucionaria, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, volume 11, número 2, p. 159-186, maio-agosto, 2005, p. 160.

passado na qual o povo surge apenas como uma tela de fundo sem muita importância, como uma força inorgânica a seguir esse ou aquele caudilho¹⁴¹. Poderíamos contra-argumentar que em vários momentos Chávez enfatiza o protagonismo popular tanto na “Revolução Bolivariana” quanto na Revolução de Independência. Ele, Chávez, seria apenas o produto de uma vontade popular que começara a manifestar com o Caracazo, em 1989, da mesma forma que Bolívar teria sido consubstanciação do povo que o seguiu nas guerras de emancipação.

De todo modo, a visão dessa historiadora é crítica quanto à influência do chavismo na produção historiográfica e na memória popular coletiva. O culto a Bolívar que, como vimos, não é novidade na Venezuela, teria sofrido uma transformação negativa, pois o culto anterior à Chavez, ainda que tenha deformado a imagem do Libertador, manteve-o como um personagem do passado, “un dogma patriótico inofensivo”¹⁴². Já na construção do Movimento Bolivariano, o Libertador é apresentado como o líder revolucionário de um projeto contrário ao da oligarquia que o traiu, desterrou e governou a Venezuela até a vitória de Chávez, constituindo o cerne da oposição atual.

Critica-se o fato de esse Bolívar revisitado não ser apenas uma imagem do passado, ou uma inofensiva estátua de praça a congregar a nação em torno de um herói que a consolide, mas sim um personagem presente, autor de um projeto político que exclui os inimigos da pátria. A historiadora ainda afirma que Bolívar “de mito nacional pasa a ser mito revolucionario. Y de una actitud reticente frente a la crítica de los excesos del culto, se ha pasado al rechazo total que los creyentes reservan para los herejes”¹⁴³.

¹⁴¹ DELUCA, María Elena González. Historia, usos, mitos, demônios y magia revolucionaria, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, volume 11, número 2, p. 159-186, maio-agosto, 2005, p. 169.

¹⁴² Ibidem, p. 175.

¹⁴³ Loc. cit.

Outra voz crítica é a do historiador Elias Pino Iturrieta, para quem o Bolívar do “sacerdote” Chávez é tão ameaçador e destrutivo para a consciência nacional que deveria ser deixado longe, “en una remota plaza que no los haga tan amenazantes (...) en el caso del Padre de la Patria nos conformaríamos con que volviera con su usual majestad al sarcófago alto y profundo en el cual reposan sus restos mortales”¹⁴⁴. Também há, afinal, os que acham mais sadio Bolívar retornar às suas estátuas nas praças e a seu descanso no Panteão da Pátria. Para esse autor, o triunfo de Chávez e sua pregação bolivariana (que teria chegado aos “extremos da demência”¹⁴⁵) se explica pela necessidade do povo venezuelano, carente material e psicologicamente, de buscar sua grandeza no passado. Porém, a novidade chavista teria sido exatamente aquilo que o presidente apresenta como positivo e que Pino Iturrieta considera patológico: o rigor na recorrência à obra de Bolívar.

Pino Iturrieta não vê problemas no Bolívar símbolo, na imagem que agrega e forma a nacionalidade, tal qual Joana D’Arc ou El Cid, mas vê uma “patologia” no estudo e aplicação “clínica” do pensamento do Libertador, expressão de outro século. O Bolívar de Chávez perderia sua função de elemento aglutinador da comunidade para servir apenas a uma parte dos venezuelanos, ficando seus opositores condenados pelo “pecado” de não se curvarem aos ditames do “deus-cívico”.

Já Salas de Lecuna explica que Chávez teve sucesso ao conseguir vincular sua narrativa histórica, inclusive a de sua própria vida nos *llanos*, àquela memória dos vencidos, da qual falávamos acima. Dessa forma, ele teria se tornado “síntesis de la consciencia

¹⁴⁴ PINO ITURRIETA, Elias. *El Divino Bolívar: ensayo sobre una religión republicana*. Madrid: Libros de la Catarata, 2003, p. 25.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 10.

histórica colectiva”¹⁴⁶, difundida amplamente pelos meios de comunicação de massa como, por exemplo, é o caso do programa de TV “Aló Presidente”. Na opinião da historiadora, “el mito bolivariano popular secuestrado por Chávez se adueña de lo emocional, vive su trance extático e irrumpe en la esfera de lo sagrado”¹⁴⁷, sendo que o presidente consegue, através dessa vivência do mito, levar ao centro do cenário político as frustrações da parcela mais pobre da população, convertendo-a em uma esperança que Pino Iturrieta chamaria de religiosa.

Juan Eduardo Romero também estuda os usos e interpretações da história venezuelana no pensamento do presidente Hugo Chávez. Segundo Romero, a questão principal a emoldurar a específica é a da legitimidade do poder enquanto elemento de manutenção de uma dada ordem política. Nesse sentido, o recurso à ideologização do passado não é novo e estaria presente nos projetos políticos venezuelanos desde o século XIX, cabendo o destaque ao uso constante da simbologia bolivariana pelos mais diversos grupos políticos. O bolivarianismo, na visão desse autor, difundido pela história oficial, realizava uma operação de idealização ou endeusamento da figura do Libertador, mantendo-o afastado dos demais cidadãos e garantindo para aquela história o monopólio da representação do herói. “El pueblo, en esta perspectiva, se construye a si mismo como simple espectador, que no anhela otra cosa que la satisfacción de sus necesidades sociales mediante el accionar del partido político”¹⁴⁸, reflete Romero. Ao mesmo tempo, a noção de história experimentada pelo povo é marcada

¹⁴⁶ LECUNA, Yolanda Salas de. “La dramatización social y política del imaginario popular: el fenómeno del bolivarismo en Venezuela”, in: MATO, Daniel (org.). *Estudios Latinoamericanos sobre Cultura y Transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Clacso, p. 209.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 209.

¹⁴⁸ ROMERO, Juan Eduardo. Usos e Interpretaciones de la Historia de Venezuela en el Pensamiento de Hugo Chávez, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas: Universidad Central de Venezuela, p. 211-235, 2005, p. 218.

por uma consciência religiosa, na qual a fé em Deus extrapola para a fé e obediência ao Bolívar ressurgido, o que, evidentemente, significaria uma manipulação ideológica.

O discurso chavista surge e se impõe devido à crise do modelo de democracia de Punto Fijo. Em dificuldades, o povo esperava construir a relação direta como o líder, que traria as soluções à imagem do culto cívico ao Libertador. Nas palavras do autor:

Chávez y todo el movimiento social aglutinado a su alrededor han sabido utilizar estas carencias socio-históricas, adecuarlas con un discurso estructurado en función de construir una representación simbólica generalizadora, capaz de concentrar las variadas y múltiples expresiones de la atomización del entorno social, ante el desencaje de los hilos de agregación de voluntades y pareceres sociales, y al hacerlo han empleado una estrategia de legitimación basada en el manejo – a su conveniencia – del pasado histórico¹⁴⁹.

Emília Bermúdez e Gildardo Martínez também afirmam que Hugo Chávez é um ator importante na produção de símbolos, sendo que a efetividade simbólica de seu discurso se explicaria pela utilização dos “núcleos de sentido” que constituem a cultura política do venezuelano: o imaginário religioso, por um lado, e a insatisfação com a vida nos tempos da democracia, por outro. A crise econômica e os índices de pobreza sob o regime democrático (aqui os autores se referem ao período anterior a Chávez) teriam colaborado para o despreço da população para com as instituições democráticas¹⁵⁰. O povo não estaria pronto para defender a democracia a todo custo, segundo Bermúdez e Martínez, em uma visão diametralmente oposta à dos bolivarianos apresentados no início desse tópico, para os quais o povo se mobiliza justamente para construir uma democracia, já que antes de Chávez ela era apenas a máscara de um regime de exploração.

¹⁴⁹ ROMERO, Juan Eduardo. Usos e Interpretaciones de la Historia de Venezuela en el Pensamiento de Hugo Chávez, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas: Universidad Central de Venezuela, p. 211-235, 2005, p. 231.

¹⁵⁰ BERMÚDEZ, Emilia; MARTÍNEZ, Gildardo. Hugo Chávez: la articulación de un sentido para la acción colectiva, Maracaibo: Asociación Venezolana de Sociología, *Revista Espacio Aberto*, número 1, volume 9, p. 53-77.

Mas, para Bermúdez e Martínez, Chávez é bem sucedido por conseguir unificar em um só discurso a religião com o culto a Bolívar. Citações da Bíblia e de Bolívar são constantes em seus discursos inclusive em comparações entre o Libertador e o Cristo. Ao mobilizar o imaginário popular, já que “la construcción del sentido social presupone tanto lo simbolizado como la referencia a un contexto relativo al nivel de satisfacción de las expectativas de los actores”¹⁵¹, Chávez teria se tornado seu intérprete e se constituído em uma liderança carismática de tipo weberiano. Em síntese, para esses autores

[...] este liderazgo carismático de Hugo Chávez encuentra su base de apoyo en los núcleos simbólicos de la cultura política del venezolano que la democracia no pudo cambiar: en la gran fuerza imaginativa y simbólica que aún tienen las ideas de patria, república, nación, sacrificio y el binomio política y moral con la carga de republicanismo que la cultura oficial le imprimió y que refuerzan en el imaginario popular la visión mesiánica y autoritaria como salida de la crisis¹⁵².

Uma saída para o labirinto?

Em texto no qual discute questões referentes à colonialidade do poder e ao eurocentrismo, Aníbal Quijano nos remete à persistência secular dos problemas do continente. Em sua visão, a insistência em problemas que nunca se resolvem, ou melhor, a falta de soluções para problemas antigos se deve em grande parte ao fato de a consciência do latino-americano, do pensamento latino-americano, estar enviesada pelo eurocentrismo, um instrumento epistemológico que nega a essência do continente. Em suas palavras

[...] por sua natureza, a perspectiva eurocêntrica distorce, quando não bloqueia, a percepção de nossa experiência histórico-social, enquanto leva, ao mesmo tempo, a admiti-la como verdadeira [...] Consequentemente, nossos problemas também não podem ser percebidos senão desse modo distorcido, nem confrontados e resolvidos salvo também parcial e distorcidamente. Dessa maneira, a colonialidade do poder

¹⁵¹ Ibidem p. 55.

¹⁵² Ibidem, p. 74.

faz da América Latina um cenário de des/encontros entre nossa experiência, nosso conhecimento e nossa memória histórica”¹⁵³.

Por conta disso, nossa história teria se configurado como “um longo e tortuoso labirinto” no qual os problemas não resolvidos habitam o latino-americano como fantasmas, sendo necessário “exorcizá-los” para que possamos encontrar uma saída. Tais fantasmas “habitam nossa existência social, assediam nossa memória, inquietam cada projeto histórico, irrompem com frequência em nossa vida, deixam mortos, feridos e contundidos, mas as mutações históricas que lhes dariam finalmente descanso não estiveram até hoje a nosso alcance”¹⁵⁴. A única forma de lidar com esses fantasmas e fazer com que eles “nos iluminem antes de desvanecer” é nos libertar do eurocentrismo e partir de nossa experiência histórica própria. E quais são esses fantasmas? A democracia, a unidade, a identidade, a modernidade, questões em aberto que nos assombram desde a independência. Nenhuma dessas questões será solucionada sem estar integrada às outras, afinal a identidade é pressuposto da unidade e vice-versa. Enfim, é condição de qualquer solução definitiva que liberte o latino-americano do labirinto em que se erigiu sua história e sua memória uma ruptura com o eurocentrismo e com a base do padrão de poder global, assentado no racismo, no entender de Quijano. Mais ainda, é necessário um mergulho nas identidades negadas por uma história de exploração que se mascara em uma marcha para o progresso. É necessária uma imersão na realidade do continente, que construa soluções apoiadas em uma realidade que deve se descolonizar. Há um espaço, portanto, para soluções que reivindiquem sua condição “nativa”, que se legitimem exatamente pelo fato de partirem da realidade profunda do continente, sem buscar primeiro

¹⁵³ QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os Moinhos de Vento da América Latina. *Estudos Avançados*, 19 (55), p. 9-31, 2005, p. 15.

¹⁵⁴ QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os Moinhos de Vento da América Latina. *Estudos Avançados*, 19 (55), p. 9-31, 2005, p. 15.

uma resposta elaborada a léguas de distância de nós. “Ou inventamos ou erramos”, já dizia Simón Rodríguez, mestre do Libertador.

Assim, afirmar que uma revolução possui caráter “bolivariano” é afirmar o caráter original dessa revolução. É afirmar que ela não é cópia de fórmulas importadas, mas criação nova a partir de uma história e realidade próprias. Ao buscar em Bolívar e nos demais líderes da Independência sua fonte teórica e sua simbologia, os bolivarianos reafirmam a necessidade de se produzir soluções latino-americanas para os problemas latino-americanos e demonstram que existe de fato receptividade a esse discurso. Parece-nos que a proposta é enfrentar os “fantasmas” com armas próprias, emergidas da realidade latino-americana e, mais especificamente, de uma história que teria sido negada pelo oficialismo, como a dos povos originários, dos africanos e seus descendentes, do caráter libertador e popular das guerras de independência, etc.

Acreditamos que parte da resposta à pergunta quanto ao porquê do sucesso do discurso chavista está na própria forma pela qual o venezuelano se relaciona com sua história, que depreendemos em especial da leitura de Carrera Damas e das pesquisas de Salas de Lecuna. Porém, essa saída ainda é insuficiente, pois nem Chávez se limita às questões internas da Venezuela quando invoca o pensamento de Bolívar e nem o próprio Bolívar pode ser lido sob uma ótica nacional (que ele mesmo não conheceu). Assim, reafirmamos que o pensamento bolivariano só se completa e ganha sentido quando analisado sob a perspectiva da integração do continente, ou, como preferia Bolívar, da *união* das repúblicas ibero-americanas. As questões essenciais da definição de uma identidade própria em oposição à assimilação acrítica ou mera cópia do que vem de fora e de construção de um estado livre em oposição a uma realidade advinda do escravismo e da colonização, não são restritas aos estados nacionais que surgem no século XIX. Por isso, Bolívar está presente também nas palavras dos presidentes

do Equador, Rafael Correa, da Bolívia, Evo Morales, e até mesmo de Lula, do Brasil, país que não teve a atuação dos exércitos de Bolívar e que inclusive era visto como potencial inimigo pelo Libertador. Para compreender o sucesso da forma pela qual Chávez constrói a relação de sua política com o passado é necessário transcender as fronteiras nacionais. A *Alternativa Bolivariana* para as Américas (ALBA), convertida hoje em *Aliança Bolivariana* para as Américas, que analisaremos nas Considerações Finais, é a expressão política dessa pretensão continental do chavismo.

De todo modo, esses fantasmas produzidos pela história (a unidade, a modernidade, a democracia), no dizer de Quijano, continuam habitando e assombrando nosso cotidiano, cobrando uma resolução. A proposta de integração da ALBA ou a de democracia direta e *protagônica* da qual falam os bolivarianos procura dar nova resposta a esses fantasmas e encontrar uma saída para o labirinto no qual nossa história (e nossa memória) se converteu. A reação contrária à interpretação chavista, à sua leitura de Bolívar (que reconhecemos como uma possível dentre muitas outras) representa o quão emaranhada é essa questão. Afinal, como diz Quijano, “não se convocam impunemente os fantasmas que a história produziu”.¹⁵⁵

¹⁵⁵ QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os Moinhos de Vento da América Latina. *Estudos Avançados*, 19 (55), p. 9-31, 2005, p. 15.

Considerações Finais

A História e a Memória em Seu Labirinto

“Propongo este código, si no lo aceptáis lo lego a la posteridad”

Simón Bolívar

Falávamos, no capítulo primeiro, das questões fundamentais que, segundo o filósofo mexicano Leopoldo Zea, Bolívar teve a argúcia de formular. A definição de uma identidade (*quem somos*) sucedida pela necessária explicação dessa identidade (*por que assim o somos*) é necessária para a definição daquilo que poderemos ser. Para Zea, Bolívar teve o mérito intelectual de elaborar essas perguntas fundamentais e, mais ainda, de respondê-las com a argúcia que tornou o seu pensamento uma referência. Em suma, o Libertador teria feito àquele mundo conturbado as perguntas corretas. Tanto que outros debaterão essas mesmas questões em diferentes momentos da história latino-americana, chegando a respostas diversas, mas sempre em torno dos problemas propostos por Bolívar. A importância do Libertador é tamanha que há uma posição constantemente reafirmada segundo a qual a integração continental, projeto bolivariano, é uma solução chave entendida por diversos pensadores como a que condensa e resolve todas as questões fundamentais que Zea lê no pensamento de Bolívar. Aliás, a união das repúblicas livres foi a solução que o próprio Libertador encontrou, definindo-a como a resposta dotada da qualidade de unir todas as questões e resolvê-las de uma vez. Assim, a unidade seria a solução para os impasses em torno da identidade, da liberdade, da república, etc. Queremos enfatizar aqui que essa solução chave tem larga carreira na história das ideias políticas do continente.

Assim também o afirma Elvira Narvaja de Arnoux, linguista e especialista em análise do discurso, professora da Universidade de Buenos Aires, em trabalho no qual se debruça sobre os discursos de Hugo Chávez cuja temática é a América Latina. Diz ela que existe uma

matriz discursiva latino-americanista que percorre a história intelectual e política do continente. O pai dessa matriz é Bolívar, sendo Hugo Chávez apenas mais um dos que recorrem a esse discurso.

Arnoux define matriz discursiva tanto como um espaço de regularidades gerador de discursividade como um modelo que dá forma discursiva a dados diversos¹⁵⁶, sendo a matriz latino-americanista o esquema pelo qual se pode pensar a unidade latino-americana. Para a autora, essa matriz surge já nos anos de 1830 e se caracteriza por alguns eixos temáticos: a referência à ameaça do estrangeiro, a necessidade apregoada de convocação de um Congresso dos países do continente, a afirmação dos princípios republicanos, o reconhecimento da unidade “natural” da América Latina, a explicação do fracasso das prévias tentativas de unificação por meio das acusações aos governos e às elites “traidoras”. Enfeixando esses temas, haveria ainda um componente utópico que vislumbra um futuro glorioso uma vez alcançada a unidade, além da narrativa épica dos feitos dos heróis da independência.

Concordando com essa avaliação, podemos constatar que, antes de Chávez, mais de um pensador, mais de um político, percorreram esses mesmos pontos em seus programas, discursos, etc. Afirmaram que o projeto emancipador ficou incompleto e que ainda está passível de ser realizado. Assim o disse José Martí, em 1893, combatendo pela independência de Cuba:

[...] pero así está Bolívar en el cielo de América, vigilante y ceñudo, sentado aún en la rica roca de crear, con el inca al lado y el haz de banderas de los países: así está él, calzadas aún las botas de campaña, porque lo que él no dejó hecho, sin hacer está hoy; porque Bolívar tiene que hacer en América todavía (...) así, de hijo en hijo,

¹⁵⁶ ARNOUX, Elvira Narvaja de. *El Discurso Latinoamericanista de Hugo Chávez*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008, p. 42.

mientras la América viva, el eco de su nombre resonará en lo más viril y hondo de nuestras entrañas!¹⁵⁷

Como antes já havia enunciado o argentino Juan Bautista Alberdi que, em 1845, destacava a importância do esforço feito por Bolívar em prol da organização de um Congresso geral dos países da América, que traçasse as linhas mestras da união. Alberdi evoca Bolívar como a autoridade e referência para a união das repúblicas do continente. Um exemplo dessa valorização do Libertador, em um contexto no qual os inimigos de Bolívar triunfavam e o “culto” propriamente dito, tal qual descrito por Carrera Damas, ainda não se formalizara, é a passagem na qual Alberdi lembra o realismo político de Bolívar, associado (em um aparente paradoxo) às qualidades de visionário:

Un filósofo, señores, un hombre que piensa y que no obra, puede ser un utopista, pero un hombre de espada, un hombre de acción, es lo que puede haber más positivo y práctico en la vida. De este género de hombres era el general Bolívar (...) Fue también original en su pensamiento, pues la América del Sur ofrece tal homogeneidad en sus elementos orgánicos y tales medios para la ejecución de un plan de política general, de tal modo es adecuado para ella el pensamiento de un orden político continental, que si no temiésemos violar la cronología de los grandes hombres, más bien diríamos que Bolívar fue copiado por Napoleón, Richelieu y Enrique IV.¹⁵⁸

Alguns anos depois de Alberdi, poucas décadas após a consumação das independências, em 1856, o chileno Francisco Bilbao retorna à questão atacando a desunião que prevaleceu no continente, a despeito da realidade que, para ele, levaria naturalmente à união. Na sua visão, a independência sem a unidade seria incompleta. A obra dos libertadores cumpriu a primeira etapa do projeto de libertação, sendo que caberia às gerações que os

¹⁵⁷ MARTÍ, José. “Simón Bolívar”. In: ZEA, Leopoldo (comp.). *Fuentes de la Cultura Latinoamericana*. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1993 volume 3, p. 583-589.

¹⁵⁸ ALBERDI, Juan Bautista. “Sobre la Conveniencia de un Congreso General Americano”. In: ZEA, Leopoldo (comp.). *Fuentes de la Cultura Latinoamericana*. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1993 volume 2, p. 147-163.

sucederam a tarefa de garantir a independência por meio da consolidação da União (a unidade como pressuposto da independência foi afirmação de Bolívar repetida por outros até chegar também ao discurso chavista). Na mesma linha de Alberdi, que, por sua vez, ecoa os debates em torno da convocação do Congresso do Panamá, Bilbao defende a realização desse congresso americano, superando a realidade dos “Estados Des-unidos del Sur” através do estabelecimento de uma Confederação. Para o chileno

Uno es nuestro origen y vivimos separados. Uno mismo nuestro bello idioma y no nos hablamos. Tenemos un mismo principio y buscamos aislados el mismo fin. Sentimos el mismo mal y no unimos nuestras fuerzas para conjurarlo. Columbramos idéntica esperanza y nos volvemos las espaldas para alcanzarla. Tenemos el mismo deber y no nos asociamos para cumplirlo.¹⁵⁹

Seguindo a ideia da revolução de independência como uma obra incompleta, o porto-riquenho Eugenio Maria de Hostos também enfatizava, em 1870, a necessidade da união. Em um texto clássico sobre a batalha de Ayacucho, Hostos afirma que ela afirmou um princípio posteriormente desrespeitado pelas novas gerações de americanos. Por terem combatido em Ayacucho forças de todos os países do continente, ali teria sido selado o compromisso da unidade, razão da vitória. Mas a despeito disso, permanecia a desunião: e aqui pesa a crítica de um centro-americano à falta de apoio à causa da independência no Caribe¹⁶⁰. Da América Central veio também Sandino, que apresentou um plano para a realização do “supremo sueño de Bolívar”, cujos artigos apontavam para a abolição da Doutrina Monroe e a constituição de uma nacionalidade comum a todos os países da união latino-americana.

¹⁵⁹ BILBAO, Francisco. “Iniciativa de la América. Idea de un Congreso Federal de las Repúblicas”. In: ZEA, Leopoldo (comp.). *Fuentes de la Cultura Latinoamericana*. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1993, volume 1, p. 53-66.

¹⁶⁰ HOSTOS, Eugenio Maria de. “Ayacucho”. In: *Fuentes de la Cultura Latinoamericana*. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1993, volume 1, p. 281-286.

Haya de la Torre, ao lançar sua candidatura à presidência do Peru, em 1931, afirma também um compromisso com as bandeiras da Revolução de Independência:

[...] nuestro programa máximo no es sino la cristalización del viejo ideal bolivariano. Nosotros hemos sintetizado en un programa de unidad económica y política latinoamericana las frases inmortales de Bolívar: unión, unión América adorada, que si no la anarquía te va a devorar.¹⁶¹

Assim, os programas nacionalistas, autodefinidos como anti-imperialistas ou como patriotas, sempre reivindicaram Bolívar como seu primeiro referencial, como o autor de um projeto que ainda deveria ser realizado para completar a obra da emancipação. Não é exclusividade do discurso chavista essa referência, como também afirma Elvira Narvaja de Arnoux ao comentar que o tom épico da narração do passado é uma

[...] representación idealizada de la etapa de la Independencia en la que se inscribe la referencia ineludible a la figura emblemática de Bolívar. El momento fundacional es desprendido del recorrido histórico volviéndose mito y los procesos posteriores son vistos como caída, pérdida, deterioro, fracaso¹⁶².

Esse fracasso é atribuído às elites traidoras que teriam dividido o continente em várias repúblicas para atender seus interesses particulares. Já vimos como Hugo Chávez usa esse argumento para justificar a derrota do projeto de Bolívar no pós-Independência.

Assim, entendemos que Hugo Chávez é o mais recente arauto da obra de Bolívar dentre vários outros que o antecedem. Isso não diminui a originalidade da abordagem chavista que, como vimos, é plena de elementos novos, embora herde suas questões do passado. Mas dá à ideologia bolivariana uma raiz histórica mais profunda e mais abrangente que a história e o território venezuelano. Seria o caso de investigar a forma pela qual outros povos do

¹⁶¹ HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. Discurso Programa, in: MONTESINOS, Jorge Nieto (comp.). *Haya de la Torre o la Política como Obra Civilizatoria*. México: Fondo de Cultura, p. 169.

¹⁶² ARNOUX, Elvira Narvaja de. *El Discurso Latinoamericanista de Hugo Chávez*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008, p. 58.

continente, além dos venezuelanos, se relacionam com a memória do Libertador e das guerras pela emancipação, o que, evidentemente, não faremos nos limites deste trabalho. De todo modo, concluímos que o bolivarianismo de Chávez é sim um fenômeno típico da realidade venezuelana, mas não só. Com toda a sua especificidade (que permitiu o surgimento de conceitos como o de “culto a Bolívar”), o bolivarianismo de Chávez filia-se a uma corrente de pensamento continental, comum a mais países do continente latino-americano. E, além disso, responde, à sua maneira, as questões a partir das quais pensou o Libertador, conforme Zea. Como vimos no capítulo segundo, Chávez procura definir uma identidade, explicar as razões de um presente de pobreza e apresentar um futuro melhor, caso o ideal síntese de Bolívar, a unidade do continente, seja alcançado.

Aliás, devemos lembrar ainda que a própria Revolução Bolivariana admite a existência de uma dimensão interna – o combate aos setores vinculados à exploração do povo – e uma dimensão externa – o combate ao imperialismo e a luta pela construção da verdadeira independência – ambos complementares, já que um não pode se afirmar sem o outro. Também por isso Chávez patrocinou a constituição da Aliança Bolivariana para as Américas, bloco de países hoje formado por Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador, Nicarágua, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Dominica e, ao menos ainda nominalmente, Honduras¹⁶³. Chávez definiu a organização não como um mecanismo de integração econômica moldado sob o interesse do capital, mas sim como “um conceito, um espaço geopolítico, social, cultural e ideológico, alinhado com os projetos daqueles que nos deram pátria”. No mesmo sentido, o documento assinado entre Venezuela e Cuba em 2004 criando a ALBA afirma que é seu “el objetivo de construir una Patria Grande en la América Latina, según lo soñaron los

¹⁶³ Essa dissertação foi escrita no segundo semestre de 2010, momento em que Honduras ainda é membro da ALBA.

héroes de nuestras luchas emancipadoras”¹⁶⁴. Ao se distanciar de uma integração somente com fins econômicos, a ALBA surge como contraponto à ALCA, tentativa fracassada dos Estados Unidos de constituir um mercado comum americano.

Não podemos nos deter aqui em uma análise do funcionamento da ALBA ou das consequências geopolíticas de seu surgimento, mas enfatizamos que, ao se projetar para além das fronteiras venezuelanas (mantendo a coerência com o pensamento de Bolívar), o bolivarianismo de Chávez encontrou terreno fértil para seu discurso, demonstrando mais uma vez a necessidade de um estudo de fôlego sobre a receptividade do pensamento de Bolívar nos demais países da América Latina. Portanto, um discurso político que remeta à independência, ou que afirme a necessidade de concretizar a independência não encontra terreno fértil apenas na Venezuela.

Além de demonstrar que a “novidade” do chavismo não é absolutamente nova na história das ideias políticas da América Latina, muito embora seja responsável por retomar uma vertente desse pensamento, teceremos mais algumas considerações sobre o discurso bolivariano de Hugo Chávez. Dados nossos limites, essas considerações finais são mais orientações para discussões futuras que reflexões aprofundadas.

Retomamos aqui o que anunciávamos na introdução desse trabalho. O discurso de Chávez tem uma linha diretiva muito clara: a afirmação do caráter venezuelano e, por extensão, latino-americano, como algo gradioso, que merece o orgulho. O enaltecimento desse povo passa pela recuperação de seus heróis, como o faz Chávez. Entendemos que esse discurso-documento nos ensina mais sobre as aspirações da sociedade do presente que sobre as condições históricas do momento da independência.

¹⁶⁴ Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=470>. Acesso em 11 dez 2010.

Por isso, acreditamos que é uma atitude limitada a dos que se debruçam sobre o discurso chavista e elaboram uma pesada crítica a suas referências históricas ou à sua falta de cientificidade ao tratar do passado. Esse discurso não pretende ensinar ao povo a pesquisa histórica científica criteriosa, com a crítica demandada, mas sim construir e oferecer uma visão generosa que o povo faça de si mesmo. Ou ainda, um espelho no qual o povo se reconheça e caminhe com autoestima. “Barro especial” que é, não deve se sentir inferior a ninguém. Devido a essa característica, esse discurso é bem sucedido na Venezuela e, de outras maneiras, na América Latina. Dada a condição semicolonial e os indicadores de extrema pobreza, existe um terreno fértil para um discurso dessa natureza.

Portanto, não compreenderemos as razões da aceitação do discurso bolivariano se o lermos como uma obra de história (embora o próprio Chávez enfatize que fale sim da história tal qual foi). Nossa chave de interpretação foi lê-lo como uma forma pela qual uma sociedade preferiu ver a si mesma. Essa sociedade empobrecida, com um Estado apartado das classes sociais mais baixas, entende a ascensão do chavismo em fins dos anos 90 como uma oportunidade de mudança profunda (que o próprio Chávez chama de “Revolução”) em suas estruturas e, como elemento fundamental, de sua relação com o passado. Não afirmamos aqui (e nem temos condições para tanto) que Hugo Chávez promoveu uma mudança radical na Venezuela, muito embora os indicadores sociais apresentem uma melhora exponencial¹⁶⁵.

¹⁶⁵ Indicadores econômicos do período de governo de Hugo Chávez são apresentados e analisados no livro WEISBROT, M. SANDOVAL, L. *La economía venezolana en tiempos de Chávez*. Washington: Center for Economic and Policy Research, 2007. Segundo os autores, do ponto mais baixo de 2003 até 2007, o PIB real cresceu 76% (corrigida a inflação). Desse PIB, os gastos sociais que em 1998 eram 8,2% das despesas passaram a 13,6% em 2006. Em termos reais (corrigidos os efeitos da inflação), o gasto social por pessoa subiu 170% nesse período. Se incluirmos no cálculo o gasto social da PDVSA, o número chega a 20,9% do PIB e 314% a mais que 1998. A PDVSA, sobre a qual o governo Chávez retomou o controle para o estado venezuelano, afastando todo o alto escalão e mais da metade do corpo de funcionários durante a crise de 2002-03, responde sozinha por 13,3 bi de dólares no setor social. Trata-se de uma estratégia do governo para converter em ganho real para a população do país os dividendos do petróleo. A pobreza que, em 1998, atingia 43,9% da população, após aumentar para 55,1% em 2003, em 2006 já caíra para 30,4% e em 2008 estava em 27,5%. Cabe observar que esse índice não leva em consideração a ampliação do acesso à educação e saúde, além de outros programas sociais do governo, como o que garante a distribuição gratuita de gêneros de primeira necessidade a 60% dos

Mas afirmamos sim que o discurso chavista encontrou-se com a memória popular e teve êxito em construir para o povo uma positiva autoimagem.

Cabe ainda perguntar, e aqui recorremos mais uma vez a Leopoldo Zea, o que faz essa sociedade pensar a si mesma nesses termos. Qual condição está presente para que esse discurso exista e se propague, além das condições de vida? O filósofo mexicano apresenta-nos uma explicação na formação histórica do continente. “Si algo define al hombre, si ha dicho, es la historia (...) la historia que da sentido a lo hecho, a lo que se hace y a lo que se puede seguir haciendo”, escreve em seu *El Pensamiento Latinoamericano*¹⁶⁶. O homem, explica Zea, é ao mesmo tempo o que foi, o que é e o que pode vir a ser. Essas três dimensões – passado, presente e um futuro em aberto, a ser construído – constituem o homem no sentido histórico. Mas, o viver dessa tríplice dimensão que compõe o homem pode se manifestar em mais de uma maneira. Em uma delas pode-se colocar toda a ênfase no passado, subordinando a ele o presente e suas possibilidades de futuro; em outra, prioriza-se o presente, deixando a ele subordinados tanto o passado quanto o futuro e, outros ainda, centram-se no futuro, representando o passado e o presente como meros caminhos para se atingir os objetivos almejados. Em consequência, dependendo da dimensão adotada como centro vital da experiência, a história pode ser captada e vivida também de três maneiras. Se escolhido o passado, a história será vista como permanente afirmação e conservação do que foi feito, cabendo à atuação dos homens no presente conservar esse passado e projetar essa

venezuelanos. Como o índice de pobreza se atém à renda exclusivamente, os ambulatorios médicos e esse programa não têm seus efeitos captados. O índice de desemprego que, em 1999, atingia 15% da população subiu a 18,4% em 2003 e, em 2007, já havia descido a 8,3%. O emprego formal subiu de 44,5%, em 1998, para 49,4% em 2007. Na saúde houve um considerável aumento das unidades de atendimento, com construção de ambulatorios e hospitais. Representativa é a estatística do número de médicos por habitante: em 1998 estava em 1 médico a cada 14.373 venezuelanos e, em 2006, sempre conforme os dados de Weisbort e Sandoval, já era de 1 médico a cada 1.379 habitantes. Na educação também houve melhoras: mais de um milhão de adultos foram alfabetizados, tornando a Venezuela território livre do analfabetismo, como atestou a Unesco. Além disso, o número de crianças em idade escolar frequentando as salas de aulas aumentou de 271.593 (1999/2000) para 1.098.489 (2005/2006).

¹⁶⁶ ZEA, Leopoldo. *El pensamiento latinoamericano*. Barcelona: Ariel, 1976, p. 17.

permanência também para o futuro. Nessa perspectiva, não há espaço para a construção da história como algo propulsor da transformação. Na segunda hipótese, eleito o presente como centro, a história é instrumento de um progresso sem fim, sem limites. O passado é um discurso que legitima e justifica o agir no agora, no presente. Já na terceira hipótese, vigora uma espera permanente de uma mudança a acontecer, sendo que tal espera não se converte em ação movida para o esperado, mas em uma dimensão passiva de expectativa, cuja causa explicaremos mais adiante. Nas palavras de Zea, “El movimiento de la historia, su dialéctica, se orientará a la conservación del pasado, o la esperanza expectante en el presente o al cambio permanente en el futuro”¹⁶⁷.

O americano, ao voltar-se sobre si mesmo, sobre suas origens, ao procurar encontrar o seu lugar no mundo, busca uma tomada de consciência. Mas, nesse movimento, qual sua posição ante essa tríplice dimensão histórica? Para Zea, as Américas se dividem em duas visões: uma, “ocidental”, do americano do norte, que toma como seu eixo o futuro; outra, ibérica, dos americanos do sul do rio Bravo, cujo eixo é o passado. O norte-americano fez de seu passado um instrumento do futuro, que construía dia a dia, enquanto o latino-americano tratou de enfrentar esse passado, negando-o. Ele nega e luta contra seu passado, se obriga a destruí-lo, por considerá-lo a causa da impossibilidade de ser algo diferente do que é. Assim, se o norte-americano transita facilmente do passado para o presente, já mirando o futuro, o latino-americano vê seu passado como o maior obstáculo para atingir um futuro desejado (com o porém de não haver aqui nenhum elo entre passado e futuro, que permanece numa dimensão de expectativa). O passado não forma parte de seu ser, ou melhor, de seu ser ideado, mas é compreendido como o fator que impossibilita a relação com o futuro.

¹⁶⁷ ZEA, Leopoldo. *El pensamiento latinoamericano*. Barcelona: Ariel, 1976, p. 18.

As raízes dos povos originários, dos ibéricos e dos africanos, a ordem social e política construída, tudo é negado, não aceito. Assim, teríamos um presente sem princípio, uma ordem inaugurada sem relação assumida com o passado, que ela mesma nega e procura superar sem realizar um processo de assimilação. A colônia, que no final do XIX José Martí dizia ainda estar viva dentro das Repúblicas que já haviam obtido suas independências, não foi assimilada, ou mesmo superada a partir das condições históricas dadas no momento da Revolução de independência. Pelo contrário, a ordem inaugurada negou-se a aceitar a herança recebida (da qual ela mesma era parte e produto) e procurou construir um país livre com os olhos postos no futuro e nos exemplos do que seria esse futuro: os países da Europa ocidental (evidentemente, excluídos os ibéricos) e os Estados Unidos. Com um presente visto como algo suspenso na história, já que desvinculado de raízes próprias, o tempo atual é tido pela América Latina como um ponto de partida sem um princípio, já que o princípio é negado, é aquilo que não queremos ser. O resultado é a vigência desse passado, que permanece regendo a vida e a consciência que o latino-americano tem de sua história, apesar de permanentemente negado. Viveríamos, conforme Zea, um presente que nada quer de seu passado e nada pode oferecer na construção de um futuro, esperado, mas deixado sem apoio. O esperado futuro redentor é dotado de uma face milagrosa: espera-se por ele por pura expressão do desejo, que permanece alheio à dimensão histórica concreta, apartado da realidade, numa crença que Zea considera uma verdadeira utopia milenarista. Os mil anos de felicidade viriam milagrosamente, cabendo apenas esperar sua chegada.

Essa dimensão de expectativa é a essência da experiência histórica do latino-americano. Por sua natureza, tudo o que foi feito e que se vier a fazer a partir dessa dimensão está condenado ao vazio, por não se relacionar à realidade histórica da qual não podemos nos livrar, apesar de a negarmos. Em 1959, Ernesto Mayz Vallemilla perguntava no seu *El*

Problema de America (conforme citação de Zea): “¿es que por vivir de expectativa no somos todavía? ¿O será, al contrario, que ya somos (...) y nuestro ser más íntimo consiste en ser un esencial y reiterado no-ser-siempre-todavía?”¹⁶⁸.

Mas estaríamos mesmo indelevelmente marcados por essa espera? E sendo a resposta um sim, não haveria nenhuma qualidade positiva nesse vivenciar particular da história? Zea entende que sim. Ele nos leva a concluir que, imerso na dimensão de expectativa, o esperar do latino-americano não se relaciona com o presente, ficando alheio à realidade que o circunda e da qual faz parte. Mas, esse esperar torna o latino-americano um ser sempre preparado para qualquer possibilidade, já que qualquer futuro está na sua ideia do possível, tanto para o bem quanto para o mal. Não existe impossibilidade quando não se leva em conta os condicionantes da realidade. Frente a essa consciência da história, qualquer futuro pode advir. Então, vemos algo diferente da passividade da espera milenarista. Ao se manter preparado para qualquer possibilidade, o latino-americano age sobre a sua realidade, aceitando ou rechaçando o que vier. Ele não apenas espera, mas *sabe* esperar, escolhendo. Como diz Zea, saber esperar é muito diferente do simples esperar¹⁶⁹. Preparar-se para fazer frente aos acontecimentos - quaisquer acontecimentos – é uma ação que pode e deve ser material (organizando-se política e socialmente) e que não é menos poderosa que a ação do norte-americano.

Porém, para Zea, essa saída confortável não é a solução. Nossa única possibilidade de consolidarmos uma visão histórica e filosófica de nós mesmos, de nosso lugar no mundo e, portanto, de construirmos um caminho para o futuro, seria assimilar esse passado que negamos. Afinal, “tenemos aún en la epidermis al conquistador y al conquistado, al colonial, al liberal romántico y a todo esto que fue nuestro pasado”¹⁷⁰. A negação realizada não nos

¹⁶⁸ VALLEMILLA, Mayz. *El problema de America* apud ZEA, Leopoldo. *El pensamiento latinoamericano*. Barcelona: Ariel, 1976, p. 23.

¹⁶⁹ ZEA, Leopoldo. *El pensamiento latinoamericano*. Barcelona: Ariel, 1976, p. 26.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 54.

afasta de nossa realidade, pelo contrário, quanto mais a negamos, mais prisioneiros dela nos tornamos. Quanto mais projetamos o futuro para fora de nossa realidade, construída a partir desse passado que negamos, mais distantes ficamos daquele futuro almejado. Ao negar o passado, sem realizar o movimento dialético de superá-lo, o latino-americano tornou-se prisioneiro da primeira realidade da qual foi consciente: a condição colonial. É essa condição que, passados quase 200 anos das guerras de independência, ainda predomina no presente. Temos uma consciência da realidade como dependência. Por isso, as disputas políticas durante todo o século XX (e podemos acrescentar que também nesse início de século XXI) seguem sempre girando em torno dessa percepção da realidade. “Ayer, lucha contra España, ahora contra la nueva metrópoli de esta colonia que aún no dejamos de ser, los Estados Unidos. Siempre la misma lucha: la de nuestra independencia”¹⁷¹.

Isso se deve ao fato de o latino-americano renunciar ao passado apenas formalmente. Por sua renúncia não ser dialética, esse passado tornou-se sempre presente, surgindo em cada discurso político, em cada obra literária, em cada projeto para o futuro. Além disso, essa renúncia formal implica em uma atitude irresponsável ante a realidade. Negar simplesmente, desejando ser República, desejando ser liberal, sem solucionar os problemas da realidade colonial, não construiu e nem poderia construir o futuro almejado. A tarefa do pensamento e da política seria, ainda hoje, assimilar profundamente esse passado que somos, solucionar os conflitos que ele ainda gera, superar, enfim, a condição colonial que ainda hoje nos mantém prisioneiros. Bolívar disse aos deputados de Angostura: “Nuestras manos ya están libres, y todavía nuestros corazones padecen de las dolencias de la servidumbre”¹⁷². Bolívar aponta ali um problema que Leopoldo Zea ainda discute no final dos anos de 1970, comprovando a persistência da questão.

¹⁷¹ ZEA, Leopoldo. *El pensamiento latinoamericano*. Barcelona: Ariel, 1976.

¹⁷² BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985, p. 102.

A persistência secular dos problemas do passado adviria, pois, dessa realidade não assimilada. O latino-americano se tornaria prisioneiro da única condição que conheceu: a colonial. Daí adviria sua falta de estima pelo que é seu, pela sua realidade própria, fazendo com que soluções fossem incessantemente buscadas em modelos importados. A Europa ou os Estados Unidos, entendidos por setores intelectuais e por projetos de governo, como o de Sarmiento na Argentina, como o modelo a ser seguido, são invejados e copiados. O eurocentrismo, tão criticado por Quijano, advém dessa percepção da realidade.

O chavismo procura uma alternativa ao caminho da cópia amparando-se na solução que já Bolívar apontara: ideias originais para uma realidade original. E, antes disso, valoriza essa realidade original como tão “boa” quanto a europeia, estadunidense ou qualquer outra. Dialoga com o estado colonial do latino-americano, mas procurando outro caminho de superação dessa condição (uma segunda e definitiva independência). E é também por isso que o passado se faz tão necessário: é preciso assimilá-lo, vivê-lo profundamente, mergulhar na história para dela emergir com uma possibilidade de futuro. Os heróis não são mais apenas personagens isolados que, como o “Bolívar censor” de Carrera Damas, cobram desde as alturas uma postura digna e ordeira. São agora, conforme assimilação do discurso bolivariano, parte do cotidiano e matéria que compõe as atuais gerações, filhas do mesmo barro, da mesma terra de guerreiros da liberdade. Assim, consuma-se uma aproximação entre as gerações do presente e aquela geração do passado que fez a revolução de independência. Se problemas houve ou se a situação colonial persistiu de outras maneiras, a responsabilidade cabe a uma elite traidora, e não ao povo.

Mas essa incompletude da revolução de independência só pode ser afirmada porque sua obra principal, a emancipação completa do continente (política, econômica, cultural), não é sentida ou compreendida como realizada. Por viver tão profundamente os problemas do

passado, tornados presente, o latino-americano precisa retirar desse passado a poesia de sua revolução. E, por serem as mesmas questões e, em linhas discursivas, os mesmos problemas (independência, exploração, etc.), também são os mesmos os heróis. No discurso de Chávez, a possibilidade de futuro depende da concretização da revolução do passado, ou melhor, da assimilação desse passado e da resolução definitiva das questões que ele nos legou. Sem isso, não haveria um futuro ou uma saída para os tortuosos labirintos da história e da memória¹⁷³ que lemos também em Zea. Sem isso, a Revolução do passado continuaria rondando a vida do presente, cobrando sua consumação.

¹⁷³ Dos quais falava Aníbal Quijano.

Apêndice

Esboço biográfico de Simón Bolívar

A vida de Bolívar está entre a história e o mito. Diversas passagens ganham tons de epopeia, que contribuem para a construção da imagem do herói. Episódios que vão do seu juramento ante o Monte Sacro, quando contava 24 anos, ao delírio sobre o Chimborazo, texto no qual o próprio Bolívar narra um encontro seu com o espírito da Grande Colômbia. À parte essa dimensão ao mesmo tempo gloriosa e trágica, pretendemos aqui fazer um breve esboço biográfico que localize o personagem no seu tempo e no debate de seu tempo.

Bolívar nasceu em 24 de julho de 1783, em Caracas, filho de uma das mais ricas famílias do mundo colonial espanhol. Teve como preceptores Andres Bello e Simón Rodríguez, quem lhe colocou em contato com as ideias do Iluminismo. Simón Rodríguez seria seu amigo e conselheiro durante toda a vida.

Até os 20 anos, Bolívar teve uma vida comum para seu grupo social. Viajou pela Espanha entre os anos de 1799 e 1801, retornando a Caracas para casar-se em 1802. A morte da esposa poucos meses após seu casamento muda o rumo de sua vida. Desgostoso, decide voltar à Europa, conhecendo dessa vez a França e a Itália, entre 1804 e 1807. Na França, reencontra seu mestre Simón Rodríguez e, com ele, viaja o país e tem contato mais profundo com as ideias contrárias ao Antigo Regime. Assiste à coroação de Napoleão, por quem sempre nutriu um sentimento ambíguo de admiração pelas conquistas e ao mesmo tempo repúdio pelo fato de aceitar uma coroa, quando, para Bolívar, seria a República a forma de governo adequada a homens livres. Ilustra essa ambiguidade, uma conversa de Bolívar com seu lugar-tenente Daniel O'Leary, citada por Werneck de Castro, na qual o Libertador teria dito que

[...] adorava Napoleão como o herói da República, como a brilhante estátua da glória, o Gênio da Liberdade (...) fez-se imperador e desde aquele dia olhei-o como a um tirano hipócrita (...) Desde então não pude reconciliar-me com Napoleão; sua própria glória me parecia um resplendor do inferno, as lúgubres chamas de um vulcão destruidor erguendo-se sobre a prisão do mundo¹⁷⁴.

Gerhard Masur, outro biógrafo, também procura enfatizar essa dubiedade de Bolívar, dividido entre Napoleão e Rousseu, entre o conquistador sedento por glórias e o fanático admirador da liberdade republicana¹⁷⁵.

Também na França, conheceu Alexander von Humboldt, que retornara de suas viagens pela América. Diz a tradição que Humboldt teria afirmado a Bolívar sua crença de que a América estava madura para a independência, mas que ainda faltava o homem que a fizesse¹⁷⁶. Naqueles anos, quando Bolívar dividia-se entre os debates políticos e uma vida de festas nos salões dourados da capital francesa, talvez não tenha inspirado em Humboldt grande confiança. Bonpland teria emendado a frase do amigo garantindo que “as revoluções produzem seus homens”¹⁷⁷.

Da França, Bolívar parte para a Itália acompanhado por Simón Rodríguez. Em Roma, aos pés do Monte Sacro, para onde a plebe teria se retirado em suas lutas por direitos nos primórdios da República Romana, Bolívar faz o seu famoso juramento: “juro por el Dios de mis padres; juro por ellos; juro por mi honor, y juro por mi Patria, que no daré descanso a mi brazo, ni reposo a mi alma, hasta que haya roto las cadenas que nos oprimen por voluntad del

¹⁷⁴ WERNECK DE CASTRO, Moacir. *O Libertador – a vida de Simón Bolívar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 33.

¹⁷⁵ MASUR, Gerhard. *Simón Bolívar*. México: Grijalbo, 1960, p. 55.

¹⁷⁶ O episódio é narrado por vários autores, dentre eles: GALEANO, Eduardo. *As Caras e as Máscaras*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1997, p. 142; MASUR, Gerhard. *Simón Bolívar*. México: Grijalbo, 1960, p. 55; WERNECK DE CASTRO, Moacir. *O Libertador – a vida de Simón Bolívar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 35.

¹⁷⁷ WERNECK DE CASTRO, Moacir. *O Libertador – a vida de Simón Bolívar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 35.

poder español!”¹⁷⁸. O fato de esse juramento ser pronunciado em Roma não significa uma admiração incondicional de Bolívar pelas realizações dos antigos romanos. Ele mesmo afirma, pouco antes de fazer seu juramento, que de tudo aquele povo foi capaz e de tudo ele produziu, de oradores a assassinos, de poetas a crimes grandiosos, mas quanto à “emancipación del espíritu, la extirpación de las preocupaciones, el enaltecimiento del hombre y para la perfectibilidad definitiva de su razón, bien poco, por decir nada”¹⁷⁹ teriam feito os romanos. O “grande problema del hombre en libertad (...) esa misteriosa incógnita”¹⁸⁰ só poderia se verificar pela primeira vez na história humana na obra que estaria por se empreender no Novo Mundo. Muitos anos mais tarde, ante os deputados no Congresso de Angostura, Bolívar reafirmaria sua certeza no fato de que a América tinha a oportunidade de fazer triunfar pela primeira vez em definitivo a causa da liberdade humana.

Ainda em 1807, Bolívar retorna à Venezuela e logo se envolve com clubes literários, já conspirando pela independência. Um relatório daquela época produzido pelas autoridades espanholas alerta para o potencial perigo que Bolívar representava e o descreve como homem de “orgulho indomável e ambição desmedida”¹⁸¹.

Quando Vicente de Emparán é deposto, sendo estabelecida a Junta de Caracas, em abril de 1810 (em meio a um movimento que tomou as principais cidades, como Buenos Aires, Bogotá e México), Bolívar já aderira publicamente à causa da emancipação. Como dissemos anteriormente, essa primeira fase da rebelião é marcada por seu aristocratismo e por sua ambiguidade em relação à separação do Império – por isso mesmo, carecia de legitimidade no interior do continente, que se mantém fiel ao rei e combate a Junta. Por estar entre os mais radicais, adeptos da independência sem ressalvas, Bolívar é isolado no

¹⁷⁸ BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985, p. 4.

¹⁷⁹ BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985, p. 4.

¹⁸⁰ Loc. cit.

¹⁸¹ MASUR, Gerhard. *Simón Bolívar*. México: Grijalbo, 1960, p. 75.

movimento, mas diante das dificuldades a Junta recorre a ele para a difícil missão de obter apoio e reconhecimento inglês ao novo governo, missão na qual não foi bem sucedido. A Inglaterra se limita a oferecer uma mediação entre a Espanha e a Junta de Caracas, pela qual obteve de Cádiz vantagens comerciais na América do Sul. Em compensação, Bolívar faz contato em Londres com Francisco de Miranda e o convence a voltar à América e comandar a rebelião.

A elite criolla que dominara a Junta reluta em aceitar o comando do “príncipe dos conspiradores”. Porém, a delicada situação política, com Caracas atacada pelas cidades que permaneciam leais ao Império (Maracaibo, Guayara e Coro), deixando claro que as forças realistas eram superiores à Junta, eleva a força política dos radicais, Bolívar entre eles. A ruptura política no interior do movimento fica clara quando os partidários da ruptura total e da República fundam a Sociedade Patriótica e fustigam as posições moderadas da aristocracia presente na Assembleia Nacional.

Miranda é nomeado Tenente-general e, nesse complexo cenário, em 5 de julho de 1810, é proclamada formalmente a independência da Venezuela. Essa Primeira República é atacada pelos realistas desde o início, aumentando a repressão e as barbaridades da guerra. A confusão foi tamanha que, quando Valencia se levanta contra a República, são venezuelanos os líderes realistas e espanhóis os defensores da causa da independência, leais a Caracas¹⁸². Realiza-se a Constituinte em meio à guerra e, contrariando a posição de Miranda e Bolívar, que ainda coincidiam, opta-se por uma República federal, em contraposição a um governo mais centralizado. Em vez de um presidente, opta-se por um Comitê Executivo composto por três pessoas que se alternariam na presidência. A autonomia das províncias ficava garantida, cabendo a cada um dos sete estados membros da federação redigir sua Constituição.

¹⁸² MASUR, Gerhard. *Simón Bolívar*. México: Grijalbo, 1960, p. 117.

Sem um comando unificado e forte, a defesa da República tornou-se quase inviável. Anos mais tarde, Bolívar se tornará um crítico ainda mais acerbo do federalismo e do governo descentralizado pensando na experiência da Primeira República. A contra-ofensiva realista é lançada desde Maracaibo, sob o comando de Monteverde, que recebe a adesão de desertores da República. Um terremoto em março de 1812 é utilizado pela Igreja Católica (realista) como prova do descontentamento de Deus para com os republicanos. Além disso, a adesão ao rei chega aos llanos, sob o comando de Boves, o que aumenta muito a violência da guerra. Bolívar perde a praça de Puerto Cabello, que estava sob seu comando, e a República, exaurida, enfim se rende em julho de 1812. Miranda é levado pelos realistas e morrerá em uma prisão espanhola. Bolívar consegue sair do país, optando por dirigir-se a Cartagena, em Nova Granada, cidade sob controle de rebeldes republicanos.

Há polêmica entre os biógrafos quanto à entrega de Miranda aos espanhóis. Madariaga afirma que Bolívar prendeu Miranda e o entregou aos realistas para obter, em troca, o salvo-conduto que o possibilitou sair do país e salvar a vida¹⁸³. Masur diz que Miranda foi preso por Bolívar devido a suspeitas de traição que pairavam sobre o comandante da República, que teria assinado uma paz vergonhosa com Monteverde. Werneck de Castro também narra o episódio com um meio termo entre as duas explicações: Bolívar prendeu Miranda na intenção de levá-lo a julgamento por traição à Pátria, mas, como também foi preso pelos espanhóis, teve de entregar Miranda. De uma forma ou de outra, Monteverde deu a Bolívar o salvo-conduto que o permitiu chegar em Cartagena em 1812.

Lá, ele imediatamente alista-se nas forças defensoras de Nova Granada e lidera uma campanha que, quatro meses depois de sua chegada, já expulsara os espanhóis do rio Magdalena, fato que lhe deu renome e lhe vale o posto de general. Oito meses depois da

¹⁸³ MADARIAGA, Salvador de. *Bolívar*. México: Editorial Hermes, 1951.

queda da Venezuela independente, Bolívar organiza um exército de libertação e, com o apoio dos granadinos, invade a Venezuela no início de 1813 para continuar a guerra. Entre seus oficiais estão homens que o acompanharão por toda a vida, como Rafael Urdaneta e aquele que se tornará seu maior inimigo: Francisco de Paula Santander.

Na Venezuela, a reação havia imposto o regime do Terror, com extermínios e castigos terríveis aos que se vincularam aos patriotas. Nesse cenário, Bolívar responde com a declaração da guerra de morte, determinando não só a independência, mas o extermínio de todo espanhol que não aderisse à causa da liberdade¹⁸⁴. Vitorioso, em 6 de agosto de 1813 ele já entra em Caracas, aclamado pela multidão. Prefere não restaurar a Constituição federal da Primeira República, que considera responsável pela derrota, por ter institucionalizado a desunião. Assume, assim, o posto de ditador, amparado pelas glórias militares, e recebe o título de “El Libertador”, inaugurando o período da chamada Segunda República.

Apesar da derrota de Monteverde, o novo governo não está seguro e as forças realistas continuam ameaçadoras, devido principalmente aos ataques comandados por Boves e sua “Legião do Inferno”, composta por *llaneros*, homens pobres do campo que, ao defenderem a causa da Coroa, evidenciavam o quanto a independência ainda significava pouco para as camadas mais pobres da população colonial. Nas palavras de Masur, “tres meses después de su victoriosa entrada en Caracas, Bolívar comenzó a comprender que el más grande conflicto todavía estaba por delante: la batalla por el alma de Venezuela”¹⁸⁵. E a violência dessa batalha aumentou em 1814, com ambos os lados dando ordens de não fazer prisioneiros. Ao fim, sem conseguir apoio de Santiago Mariño, patriota que controlava o leste da Venezuela e que terminará derrotado por seu isolamento, Bolívar enfrenta sozinho as forças de Boves (que morrerá pouco depois), sendo derrotado. Com mais esse revés, Bolívar retorna a Cartagena. A

¹⁸⁴ BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985, p. 18-19.

¹⁸⁵ MASUR, Gerhard. *Simón Bolívar*. México: Grijalbo, 1960, p. 184.

Caracas rebelde é novamente ocupada e saqueada pelos realistas. “Vivan las cadenas!”, aclamará Fernando VII em sua Restauração.

Em Cartagena, Bolívar ainda conseguirá um comando, planejando uma segunda invasão da Venezuela. Porém, a resistência contra ele crescera e, afinal, também a Nova Granada estava ameaçada pela investida realista. Bolívar é deposto por uma junta militar e os patriotas se veem derrotados e às portas de uma guerra civil. Sem apoio, Bolívar deixa a Nova Granada, renunciando a seu posto, e vai para o Haiti, em mais um momento de derrota e reflexões. Em 1815, a já fortalecida Espanha (graças à derrota de Napoleão e à Restauração de Viena) consegue enviar um exército à Venezuela que, sob as ordens do general Pablo Morillo, ocupa Caracas. Em dezembro do mesmo ano, Morillo derrota os patriotas de Cartagena e implanta o terror em toda a Nova Granada, restaurando o domínio do Império.

Quando desembarcou na Jamaica, Bolívar estava com 32 anos, duas repúblicas perdidas e empobrecido. Reflete sobre a derrota na famosa Carta da Jamaica, ou Carta Profética, na qual, apesar de tudo, ainda demonstra uma fé inabalável na vitória¹⁸⁶. Após sobreviver a um atentado, que só não se consumou por Bolívar não estar dormindo na rede onde deveria, parte novamente para Cartagena a fim de organizar a resistência. No caminho, sabe da queda da cidade frente a Morillo e muda a rota para o Haiti, onde chega no final de dezembro de 1815. Lá, recebe apoio do presidente Alexandre Petión, que arma uma expedição e permite que Bolívar recrute voluntários, com a única condição de o caraquenho se comprometer a libertar os escravos assim que consumasse a independência (promessa que Bolívar cumprirá). No Haiti, reuniram-se os homens mais influentes da Revolução: Mariño, Bermúdez, Piar, Brion, Palacios e Aury, que aceitaram entregar o comando supremo a Bolívar, também por influência de Petión.

¹⁸⁶ BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985, p. 47-63.

Com 250 homens, Bolívar parte novamente para a Venezuela em 31 de março de 1816. O mando supremo foi questionado desde o desembarque: Mariño e Bermúdez criticam o comando de Bolívar, que voltará ao Caribe em busca de víveres e munição, para depois desembarcar em Isla Margarita, evitando o confronto no continente, muito embora as forças patriotas já combatessem e ganhassem terreno. Bolívar compreendia que a campanha seria longa, sendo necessário o estabelecimento de uma base territorial segura para os exércitos patriotas, além de afirmar seu comando para impedir a atuação desordenada das tropas. Mas o maior desafio ainda era político: converter um grupo de chefes orgulhosos em um exército organizado. Uma dificuldade que podemos ilustrar com um episódio, dentre os muitos que ocorreram: Mariño realizou sozinho um “Congresso” que o proclamou chefe da revolução, atitude que levou homens como Urdaneta e Antonio José de Sucre a desertarem e a se reincorporarem às tropas que permaneceram com Bolívar. O problema da base territorial será resolvido em abril de 1817, com a ocupação de Angostura. Já a centralização do comando só virá com a ordem de fuzilamento dada contra o general Piar, acusado de conspiração. Um ato de poder brutal cujo efeito foi a confirmação da autoridade suprema de Bolívar.

Centralizado o comando e ocupando o exército uma base segura, começa o recrutamento de indígenas e escravos, além dos haitianos que chegaram com Bolívar. A dificuldade com o tamanho do contingente foi resolvida com a incorporação desses setores marginalizados. Mas ainda faltava o coração da Venezuela, a população dos *llanos*, que antes combatera ao lado de Boves pela causa realista. Esse coração virá com a aliança feita entre Bolívar e o novo chefe dos *llaneros*, José Antonio Páez, que jurou fidelidade ao Libertador. Trazendo a Revolução para as camadas pobres, Bolívar superará a desconfiança quanto ao aristocratismo criollo dos primeiros levantes e fundará no mês de fevereiro de 1819, em

Angostura, a Terceira República, cujo braço armado agora é eminentemente popular. Como vitória final sobre seus inimigos internos, Bolívar é eleito presidente.

O impasse da guerra, no qual nenhuma força tinha condições de vencer, é desfeito pela ousadia militar de Bolívar, que planeja surpreender o inimigo atacando onde não o esperam: na Nova Granada. Deixando Páez encarregado da defesa do território venezuelano livre da ação de Morillo, ele parte com o exército pelos *llanos*, cruza os Andes e derrota os espanhóis na Batalha de Boyacá, em 7 de agosto de 1819. Três dias depois, entra triunfante em Bogotá, deixando a Nova Granada livre dos realistas. Vitorioso, retorna à Venezuela em dezembro de 1819 e solicita ao Congresso a unificação com a Nova Granada, no que é atendido. Em Bogotá, Santander, que havia permanecido na condição de vice-presidente, também consegue a aprovação da união. É criada a República da Grande Colômbia, sendo Bolívar confirmado na presidência.

Em novembro de 1820, Bolívar aceita o armistício de seis meses proposto por Morillo que, sem os reforços esperados, não tem condições de lutar. Bolívar foi criticado por aceitar o acordo, mas com ele conseguiu enfraquecer as posições realistas e fortalecer as patriotas. Por fim, Morillo acaba retornando à Espanha, deixando a causa realista desprovida de um comandante experiente. Bolívar entabula negociações para obter o reconhecimento espanhol da independência, mas é atropelado por uma rebelião comandada por Urdaneta, que passa a hostilizar as forças realistas e leva o presidente à ação. A derrota dos espanhóis vem na Batalha de Carabobo, em 28 de abril de 1821, e Bolívar, mais uma vez, entra com seu exército em Caracas.

Nessa altura, San Martín já havia libertado o Vice-Reinado do Rio da Prata, o Chile e era aclamado Protetor do Peru, porém, com uma posição bastante fragilizada. Já pensando na libertação definitiva do sul, Bolívar envia a Quito o agora general Sucre que, formando um

exército com recrutas colombianos, argentinos e peruanos, toma a cidade na Batalha de Pichincha, em maio de 1822. Bolívar vai a Guayaquil em meio às discussões quanto ao futuro daquela província (reivindicada por Peru e Grã-Colômbia) e lá realiza a famosa conferência com San Martín. A reunião decidiria os rumos da continuação da luta contra o último bastião realista da América: o Peru. Porém, não se sabe se por discordâncias quanto ao comando da guerra ou quanto à forma de governo a ser adotada pelo continente libertado, San Martín declara-se decepcionado (“o Libertador não é o homem que pensávamos”¹⁸⁷) e renuncia ao seu comando, partindo rumo ao exílio. Os patriotas peruanos são derrotados em janeiro de 1813 e Bolívar tem diante de si mais uma guerra de libertação. Em agosto de 1823, seis meses após enviar Sucre ao Peru, recebe autorização do Congresso da Grã-Colômbia para também partir levando consigo um exército.

No Peru, Bolívar encontrará um cenário difícil, mas conhecido: divisão no comando patriota, disposição da elite *criolla* para apoiar os espanhóis, falta de engajamento da população pobre. Além disso, Santander, que ficara na presidência da Grã-Colômbia, resiste a mandar tropas e dinheiro, enquanto manobra no Congresso para retirar de Bolívar o comando do exército. Santander não via a independência peruana como um problema com o qual os colombianos deviam se preocupar ou empreender recursos, opondo-se à ideia de Bolívar (que, se tinha um “idealismo” ao antever a libertação e união de toda a América, tinha também o pragmatismo de compreender o perigo da existência de um bastião do Império na fronteira da Grande Colômbia). Os partidários de Santander espalham rumores de que o Libertador aspirava a uma Coroa continental, de que a unificação que ele pretendia patrocinar seria a unificação de seu Império, de que em breve ele se proclamaria Dom Simón I, imperador da América.

¹⁸⁷ GONZALEZ, Horácio. “San Martín”. In: *A Sagração da Liberdade – Heróis e Mártires*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

Bolívar contorna a oposição, derrota os espanhóis e conquista a independência do Peru na Batalha de Junin, em 1824. A vitória final viria pela liderança de Sucre, na Batalha de Ayacucho, em 9 de dezembro de 1824, libertando também o Alto Peru, que será organizado em país independente recebendo o nome de Bolívar como homenagem ao Libertador. O projeto de Constituição para a Bolívia é um dos documentos mais importantes escritos por Bolívar, demonstrando a evolução de seu pensamento após os anos de guerra e experiência na tentativa de organizar as instituições da América livre¹⁸⁸.

Nessa altura, ele é presidente do Peru e da Grã-Colômbia. Está no auge de sua glória, mas cercado pela indefinição. Seu plano é convocar um congresso de todas as repúblicas livres do continente para conformar uma grande federação, uma América unificada, o que fará em 1826 com o Congresso do Panamá. Porém, o separatismo é forte mesmo dentro da Grande Colômbia, onde os chefes disputam poder e se mostram dispostos a sacrificar a unidade em prol de suas autoridades locais.

O projeto de Bolívar era ambicioso. Construir uma liga de estados (“nação de nações”) americanos, capaz de se contrapor à Santa Aliança e oferecer uma alternativa de liberdade. Mais ainda, Bolívar pensava a América unificada como um passo necessário para se estabelecer o “equilíbrio do mundo”, enfraquecendo o centro imperial e abrindo as portas da liberdade também para as demais regiões do planeta. As bases desse projeto político unionista são união das Repúblicas americanas sob um direito internacional comum, sendo tarefa da União a arbitragem e resolução de conflitos entre os estados membros ou entre um estado membro e um estrangeiro; obrigação de defesa mútua contra agressão estrangeira; abolição da escravidão e das formas de discriminação racial; rechaço aos empreendimentos coloniais. Causa polêmica a menção ao privilégio a ser dado ao comércio com a Inglaterra, que Bolívar

¹⁸⁸ BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985, p. 195-204.

acreditava ser a salvaguarda contra a intervenção da Santa Aliança. Quanto aos Estados Unidos, receberam de Santander um convite para participação no congresso, mas Bolívar se opôs¹⁸⁹.

O Congresso do Panamá se reúne em 1826, com a presença de Peru, Grã-Colômbia, México e Guatemala. O rio da Prata não enviou delegados e o representante do Império do Brasil não conseguiu realizar a viagem a tempo de participar. O resultado da União não foi o esperado, mas assinou-se um tratado de união aberto aos estados que não compareceram. Contudo, o tratado aprovado se mostra na prática mais uma carta de intenções que um acordo no qual os estados se empenhariam.

Afinal, o separatismo é forte mesmo dentro da Grande Colômbia, república que seria a pedra angular na unidade pensada por Bolívar. Líderes Santander e José Antonio Paez. Os interesses políticos e econômicos que emergiram das guerras de independência encontram nesses chefes locais, e não em Bolívar, seus representantes. Tais setores proclamam sua vinculação ao liberalismo e veem em Bolívar uma ameaça à ordem constitucional, temendo que o Libertador se proclamasse ditador com o apoio do exército. Esse, aliás, era o cerne da propaganda santanderista antes do atentado que quase matou Bolívar em setembro de 1828, cuja responsabilidade foi atribuída ao próprio Santander. A unidade proposta por Bolívar não era aceita pelos outros principais líderes das repúblicas da América do Sul. Um exemplo desse desacordo vem da dificuldade que Bolívar teve na campanha do Peru para conseguir o envio de dinheiro e tropas do governo colombiano. Como já mencionamos, Santander, ocupando a presidência, respondeu a uma solicitação de Bolívar com a frase que resume o seu pensamento: “yo soy gobernante de Colombia y no del Perú”. Segue lembrando a Bolívar o que entende serem os limites da Constituição do país: “las leyes que me han dado para

¹⁸⁹ MARTÍNEZ, Gustavo Vargas. *Bolívar y el Poder – Orígenes de la Revolución en las Repúblicas entecas de América*. México: UNAM, 1991.

regirme y gobernar la República nada tienen que ver con el Perú y su naturaleza no ha cambiado porque el Presidente de Colombia esté mandando un ejército en ajeno territorio”¹⁹⁰. Santander vê o Peru como um território estrangeiro. Bolívar entende o Perú e as demais repúblicas como partes naturalmente unidas de um mesmo povo. O choque era inevitável.

O fracasso do Congresso anuncia a queda da Grande Colômbia. A disputa entre Santander e Páez se agrava, fortalecendo os partidários da divisão do país em dois estados. Os partidários de Bolívar tentam que ele assuma a ditadura para restabelecer a ordem, mas os santanderistas se apegam à defesa da ordem constitucional e começam uma forte campanha contra Bolívar. Quando o Libertador retorna a Bogotá, em novembro de 1826, tem uma recepção fria e vê escrito nos muros da cidade o lema tomado por Santander: “Viva a Constituição!”. O acordo político repele a ditadura, confirmando Bolívar como presidente e Santander como vice, sendo feita uma paz com os venezuelanos de Páez, que duraria pouco.

Em meio ao crescimento da oposição a Bolívar, o exército que ficara estacionado no Peru rebela-se e adota uma nova constituição para o país, abandonando a constituição de Bolívar. O presidente procura então o apoio da Igreja, força conservadora, para manter a união e conseguir a vitória nas próximas eleições para o Congresso que revisaria a Constituição, 10 anos depois de Angostura. Porém, a manobra não é suficiente e, ante a eminente vitória dos santanderistas, os bolivarianos reagem isolando o Congresso e, com o apoio da maior parte dos generais da campanha da independência, conferem plenos poderes a Bolívar. Um decreto orgânico foi o instrumento jurídico utilizado para conceder-lhe o mandato de “Presidente-Libertador”, na prática, uma ditadura sem o cargo de ditador. Os santanderistas radicalizam suas posições e lançam o lema de “não haverá liberdade enquanto

¹⁹⁰ BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985, p. XXII.

viva o Libertador”¹⁹¹. No dia 25 de setembro de 1827, ocorre um fracassado atentado contra a vida de Bolívar. Acusado de ser o mentor da conspiração, Santander é condenado à morte, mas, temendo a reação de seus partidários, o Conselho Militar comuta a pena pela de exílio.

Mesmo sem a presença do líder da oposição, a desintegração já é um movimento de fato. Páez, na Venezuela, volta à carga pela separação e se rebela contra a presidência de Bolívar, separando a Venezuela da Grande Colômbia. Em 4 de maio de 1830, o Congresso grã-colombiano aceita a separação como fato consumado e dissolve a República. É eleito um novo presidente, Mosquera, e Bolívar é desterrado do país. Em 13 de maio do mesmo ano, Juan José Flores proclama a independência da agora República do Equador. Em 4 de junho, o marechal Sucre, visto com o sucessor de Bolívar, é assassinado. Sem apoio político, desgostoso, Bolívar dita cartas amargas sobre o destino do continente (“la América es ingobernable para nosotros”; “él que sirve una revolución ara en el mar”; “si fuera posible que una parte del mundo volviera al caos primitivo, este sería el último período de América”¹⁹²). A caminho do exílio e às vésperas de sua morte, Bolívar redige um último proclama, ainda clamando pela união, em 10 de dezembro de 1830. Nesse documento, ele afirma que seus inimigos conseguiram confundir o povo: “he sido víctima de mis perseguidores que me han conducido a las puertas del sepulcro. Yo les perdono”. E finda com esse último apelo à unidade: “¡Colombianos! Mis últimos votos son por la felicidad de la patria. Si mi muerte contribuye para que cesen los partidos y se consolide la Unión, yo bajaré traquilo al sepulcro”¹⁹³. Em 17 de dezembro daquele ano, Bolívar morre antes de completar 40 anos de idade.

¹⁹¹ MASUR, Gerhard. *Simón Bolívar*. México: Grijalbo, 1960, p. 535.

¹⁹² BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985, p. 273.

¹⁹³ BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985, pp. 276-277.

Mapa 1

América Latina colonial em 1800¹⁹⁴

¹⁹⁴ BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo, Edusp, 2009, vol. III, p. 22.

Mapa 2

Teatro de operações do exército de Bolívar nas guerras de independência.¹⁹⁵

¹⁹⁵ BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo, Edusp, 2009, vol. III, p. 138.

Mapa 3

Teatro de operações do exército de San Martín nas guerras de independência no Peru.¹⁹⁶

¹⁹⁶ BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo, Edusp, 2009, vol. III, p. 148.

Mapa 4

Campanhas de Bolívar e San Martín nas guerras de independência.¹⁹⁷

¹⁹⁷ HILGIMANN, Werner; HIRMAN, Kinder. *Atlas of World History – from the French revolution to the present*. Harmondsworth: Penguin Books, 1995, p. 44.

Mapa 5

América do Sul após as independências¹⁹⁸

¹⁹⁸ LYNCH, John. *Las Revoluciones Hispanoamericanas – 1808-1826*. Barcelona: Editorial Ariel, 2004, p. 13.

Mapa 6

Grande Colômbia (1819-1830).¹⁹⁹

¹⁹⁹ LYNCH, John. *Las Revoluciones Hispanoamericanas – 1808-1826*. Barcelona: Editorial Ariel, 2004, p. 205.

Mapa 7

América Latina em 1830, com a Grande Colômbia fragmentada.²⁰⁰

²⁰⁰ BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo, Edusp, 2009, vol. III, p. 266.

Mapa 8

América Latina contemporânea.²⁰¹

²⁰¹ CHASTEEN, John Charles. *América Latina – uma história de sangue e fogo*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001, p. 21.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Izaías. *Venezuela – Povo e Forças Armadas*. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2007.

ARCINIEGAS, Germán. *Bolívar, el hombre de la gloria*. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 1983.

BÁEZ, Luis; ELIZALDE, Rosa Miriam. *Chávez Nuestro*. Habana: Casa Editora Abril, s.d.

BELAÚNDE, Víctor Andrés. *Bolívar y el pensamiento político de la revolución hispanoamericana*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1959.

BERMÚDEZ, Emilia; MARTÍNEZ, Gildardo. Hugo Chávez: la articulación de un sentido para la acción colectiva. *Revista Espacio Aberto*, Maracaibo: Asociación Venezolana de Sociología, volume 9, número 1, p. 53-77.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo, Edusp, 2004, vol. II.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da independencia a 1870*. São Paulo, Edusp, 2009, vol. III.

BILBAO, Luis. *Chavez y la Revolución Bolivariana*. Buenos Aires: Capital Intelectual S/A, 2002.

BLANCO MUÑOZ, A. *Habla el comandante*. Caracas: Fundação Cátedra Pio Tamayo, Universidad Central de Venezuela, 1998.

BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985.

BOLÍVAR, Reinaldo; BONILLA MONILA, Luís; CASTELLANO, María Egilda; EL TROUDI, Haiman; GONZÁLEZ, Franklin; HERNÁNDEZ, Daniel; IZARRA, William; MANCEBO, Jorge Pérez; MIEREZ, Erick Rodríguez; MONCADA, Samuel; MONTILLA, Antonio; MONTOYA, Roberto Hernández; MORILLO, Gaspar Enrique Velásquez; NAVARRO, Hector; OBEDIENTE, Mario Sanoja; PÉREZ, Pedro Enrique Calzadilla; RODRÍGUEZ, Carlos Lanz; RUBIO, Arístides Medina; TIRADO, Wladimir Ruiz; VALENCIA, Judith. *Para Comprender la Revolución Bolivariana*. Caracas: Anauco Ediciones, 2004.

BONILLA-MOLINA, Luis. *Historia de la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ministerio de la Comunicación e Información, 2004.

BOSCH, Juan. *Bolívar y la guerra social*. Buenos Aires: Editorial J. Álvarez, 1966.

BUSANICHE, José Luis. *Bolívar visto por sus contemporáneos*. Cidade do México, Fondo de Cultura, 1981.

CARRERA DAMAS, Germán. *Culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en Venezuela*. Caracas : Universidad Central de Venezuela, 1969.

CASTRO LEIVA, Luís. *De la Pátria Boba à Teologia Bolivariana*. Caracas: Monte Ávila, 1984.

CHASTEEN, John Charles. *América Latina – uma história de sangue e fogo*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001

CHAVEZ, Hugo. *Agenda alternativa bolivariana*. Disponível em http://www.minci.gob.ve/doc/folleto_agendabolivarina.pdf. Acesso em 08 fev 2010.

_____. 1999 - *Año de la Refundación de la República – selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.

_____. *Con el ALBA Despiertan los Pueblos*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2008.

_____. *El Libro Azul*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007.

_____. *La Unidad Latinoamericana*. Bogotá: Ocean Sur, 2006.

_____. *Mensaje bolivariano del Comandante Hugo Chávez Frías a la nación*. Disponible em www.minci.gob.ve/doc/mensaje_del_comandante_hugo_chavez_frias.pdf. Acesso em 08 fev 2010.

_____. *Proyecto de declaración programático MBR-200*. Disponible em www.mci.gob.ve/libros_folletos/6/25966/?desc=proyecto_proclamatico. Acesso em 08 ago 2010.

Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Disponible em <http://www.constitucion.ve/>. Acesso em 28 jan 2010.

DIETERICH, Heinz. *Bases de la Democracia Participativa*. Buenos Aires: Editorial 21, 2001.

_____. *Hugo Chávez: con Bolívar y el pueblo nace un nuevo proyecto latinoamericano*. Buenos Aires: Editorial 21, 1999.

_____. *Hugo Chávez – el destino superior de los pueblos latinoamericanos. Conversaciones con Heinz Dieterich*. Caracas: Instituto Municipal de Publicaciones, 2004.

_____. *La Cuarta Vía al Poder*. Buenos Aires: Editorial 21, 2000.

DOMINGUES, Jorge I. *Insurrección o lealtad. La desintegración del Imperio Español en América*”. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1980.

GALEANO, Eduardo. *Memória do Fogo 2 - As Caras e as Máscaras*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

_____. *As Veias Abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCÍA, Carlos Bosch. *El descubrimiento y la integración iberoamericana*. México: UNAM, 1991.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONZÁLEZ, Afonso Rumazo. *Simón Bolívar*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2006.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *Imperialismo e libertação*. São Paulo: Vértice, 1987.

_____(coord.). *Cultura y creación intelectual en América Latina*. Siglo XXI, 1984.

GONZALEZ, Horácio. “San Martín”. *A Sagração da Liberdade – Heróis e Mártires*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

GOTT, Richard. *À sombra do Libertador*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencia*. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1992.

HALPERIN-DONGHI, Túlio. *Historia Contemporânea de Latinoamerica*. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

HARNECKER, Marta. *Um homem, um povo*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *Militares junto al pueblo*, 2003. Disponível em <
<http://www.antiescualidos.com/img/3.%20Militares%20junto%20al%20pueblo%20-%20Marta%20Harnecker%20-%20Revolucion%20Bolivariana%20-%20Libros%20-%20Chavez.pdf>>. Acesso em 21 jul 2008.

HILGIMANN, Werner; HIRMANN, Kinder. *Atlas of World History – from the French revolution to the present*. Harmondsworth: Penguin Books, 1995.

IRWIN, Domingo; BUTTÓ, Luis Alberto. *Bolivarianismos y Fuerza Armada en Venezuela – los bolivarianismos en la mirada de las ciencias sociales*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1320.html>.

ITURRIETA, Elías Pino. *El Divino Bolívar: ensayo sobre una religión republicana*. Madrid: Libros de la Catarata, 2003.

IZARRA, William. *En Busca de la Revolución*. Caracas: Procuciones Karol, 2001.

JÍMENEZ, Héctor Herrera. *Las Fuerzas Armadas ante la Nueva Agenda Mundial y el Caso Venezolano*. Caracas: Imprenta Nacional, 2004.

JONES, Barth. *Hugo Chávez – Da Origem Simples ao Ideário da Revolução Permanente*. São Paulo: Editora Novo Conceito, 2008.

LECUNA, Yolanda Salas de; VILORIA, Norma Gonzalez; VELASQUEZ, Ronny. *Bolívar y la Historia en la Conciencia Popular*. Caracas: Universidad Simón Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1987.

LYNCH, John. *Las Revoluciones Hispanoamericanas – 1808-1826*. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.

MADARIAGA, Salvador de. *Bolívar*. México: Editorial Hermes, 1951.

MARCANO, Cristina; TYSZKA, Alberto Barrera. *Hugo Chávez sem uniforme – uma história pessoal*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se Inventa – Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MARTÍNEZ, Gustavo Vargas. *Bolívar y el Poder – Orígenes de la Revolución en las Repúblicas entecas de América*. Cidade do México: UNAM, 1991.

MARX, Karl. *Simón Bolívar por Karl Marx*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MASSUR, Gerhard. *Simón Bolívar*. Cidade do México: Grijalbo, 1960.

MORÓN, Guillermo. *Breve Historia Contemporánea de Venezuela*. Cidade do México: Fonde de Cultura Económico, 1994.

NAVARRO, Ramón Herrera. *La Revolución Chavista*. Caracas: Instituto Municipal de Publicaciones de la Alcaldía de Caracas, 2003.

PAZ, Octavio. *El laberinto de la soledad – Postdata – Vuelta a El Laberinto de la Soledad*. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1999.

PAZMIÑO T., Darwin T. *Soy Bolivariano. El manifiesto de lucha*. Caracas: Instituto Municipal de Publicaciones de la Alcaldía de Caracas, 2003.

PIDIVAL, Francisco. *Bolívar – pensamiento precursor del antimperialismo*. Havana, Casa de las Américas, 1977.

QUIJANO, Aníbal. Colonidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (compilador). *La colonidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. *Modernidad, Identidad y Utopía en América Latina*. Lima: Sociedad y Política, 1988.

RODRÍGUEZ GAVARITO, César A.; CHAVEZ, Daniel; BARRET, Patrick S. (Eds). *La Nueva Izquierda en América Latina – Sus Orígenes y trayectoria futura*. Madrid: Libros de La Catarata, 2008.

ROMERO, José Luis; ROMERO, Luiz Alberto. *Pensamiento Político de la Emancipación (1790-1825)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, volúmenes 23 e 24, 1985.

SEVERO, L. Venezuela: los diez años de gobierno Chávez y el desafío de “sembrar petróleo”. *Revista Oikos*, Rio de Janeiro, volume 8, número 1, p. 93-117, 2009.

TRÍAS, Vivian. *Simón Bolívar y el nacionalismo del Tercer Mundo*. Montevideo: L. Soares, 1957.

ZEÁ, Leopoldo. *El Pensamiento Latinoamericano*. Barcelona: Ariel, 1976.

_____(comp.) *Fuentes de la cultura latinoamericana*. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1993, 3 volúmenes.

_____. *Simón Bolívar, integración en la libertad*. México: Edicol, 1980.

WEISBROT, M. SANDOVAL, L. *La economía venezolana en tiempos de Chávez*. Washington: Center for Economic and Policy Research, 2007.